

**Universidade de Lisboa**

**Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação**



**A Construção do Parque Escolar do Ensino Primário  
na cidade de Portalegre**

**Uma perspectiva através dos documentos locais**

**Agostinha Maria Ferreira Madureira Mendes**

**Mestrado em Ciências da Educação**  
*Área de Especialização em História da Educação*

**2008**

Universidade de Lisboa  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação



**A Construção do Parque Escolar do Ensino Primário na  
cidade de Portalegre**

**Uma perspectiva através dos documentos locais**

**Agostinha Maria Ferreira Madureira Mendes**

**Mestrado em Ciências da Educação**  
*Área de Especialização em História da Educação*

Dissertação orientada pelo Prof. Doutor Justino Magalhães e  
pela Prof. Doutora Maria João Mogarro

**2008**

## **Resumo**

Aborda-se neste trabalho a construção do parque escolar do ensino primário em Portalegre, no período de 1900 a 1974. A sua análise é efectuada com base na informação recolhida a partir das actas das Reuniões de Câmara do Município de Portalegre e outros documentos locais.

Tendo por base uma abordagem das perspectivas arquitectónicas dos edifícios escolares, é analisada a escola como uma instituição que, embora ocupando um espaço e um lugar específico ao longo do tempo, também ela foi evoluindo de acordo com as necessidades e as modificações verificadas na sociedade, tanto a nível social, curricular, didáctico, médico, higiénico e pedagógico.

O parque escolar passou por diversas transformações, procurando adaptar o edifício escolar às suas funções. Neste trabalho, começa-se por efectuar uma breve abordagem histórica dos principais tipos de arquitectura escolar: Conde de Ferreira, Adães Bermudes, Plano dos Centenários e Sem Plano. Para cada um destes tipos arquitectónicos é feita uma descrição das suas principais características.

A partir da análise da legislação que rege, em finais do século XIX e durante o século XX, as incumbências e competências das câmaras municipais em matérias de educação, é realizada uma reflexão histórica sobre o papel do município na educação e a política educativa seguida pelo poder local em Portalegre.

Seguidamente, com base na análise das actas do município, é elaborada, reportando-se aos procedimentos administrativos, uma história dos edifícios construídos de raiz para o fim escolar na cidade de Portalegre.

Em matéria de equipamentos e materiais escolares é efectuado um enquadramento histórico sobre a evolução do mobiliário e material escolar durante o período em estudo, com base nas actas da Câmara Municipal de Portalegre e nos inventários de edifícios, mobiliário e materiais didácticos existentes no arquivo do Centro de Área Educativa de Portalegre.

## Summary

In this investigation we report on the study of the buildings of elementary schools in Portalegre, in the period from 1900 to 1974. This analysis is based upon the minutes of Portalegre's city council meetings, as well as other local documents.

Using the architects' perspectives of the school buildings, we analyse School as an institution which, although occupying a specific space and a specific place in time, has also evolved, necessitated by the transformations that took place in society, on a social, curricular, didactic, medical, hygienic and pedagogic level.

The school park carried out several transformations, trying to adapt the school buildings to their main functions. In this investigation, we begin by undertaking a brief historic approach of the main types of school architecture: "Conde de Ferreira", "Adões Bermudes", "Plano dos Centenários" e "Sem Plano".

For each of these architectural styles we have included a description of their main characteristics. Based on the Legislation at the end of the 19<sup>th</sup> century and during the 20<sup>th</sup> century, and considering the incumbencies and abilities of the city councils relating to education, this investigation carries out a historical reflection on the role of the city councils in terms of education and the educative politics undertook by the local political authorities in Portalegre.

Furthermore, based on the analysis of the minutes of the city council, referring to the administrative procedures, we have detailed a history of the buildings constructed with the specific purposed of serving as school buildings in the city of Portalegre.

In what the equipment and school materials is concerned, this investigation carries out a historic framing on the evolution of the furniture and school material in the above mentioned period. This is done on the basis of the existing minutes of Portalegre's City council and also in the inventories of buildings, furniture and didactic materials of the archives of "Centro de Area Educativa de Portalegre".



**Palavras-chave**

Espaço Escolar

Arquitectura Escolar

Município Pedagógico

Equipamentos Escolares

Material didáctico

## **Keywords**

Scholar space

Scholar architecture

Pedagogical Municipality

School Equipment

Didactic Material

## **Índice Geral**

<b>Resumo</b>	2
<b>Summary</b>	3
<b>Palavras-chave</b>	4
<b>Keywords</b>	5
<b>Índice Geral</b>	6
<b>Índice de Fotografias</b>	8
<b>Índice de Quadros</b>	11
<b>Agradecimentos</b>	12
<b>Introdução</b>	13
A pertinência do estudo	13
Enquadramento teórico	14
Fontes e Metodologia	17
Apresentação da Estrutura da dissertação	19
<b>Capítulo I - As perspectivas arquitectónicas sobre edifícios escolares</b>	21
1.1- Espaço e Lugar: a dimensão espacial da actividade humana	22
1.2 - A escola como um lugar	23
1.3 - A dimensão educativa do espaço escolar	25
1.4 - A localização: urbanismo e educação	27
1.5 - Os principais tipos de arquitectura escolar	29
1.5.1 - Conde de Ferreira	30
1.5.2 - Adões Bermudes	32
1.5.3 - Plano dos Centenários	35
1.5.4 - Sem Plano	39
<b>Capítulo II - Escolas de Portalegre</b>	46
2.1 - O Município e Educação	46
2.2 - O Município de Portalegre e a sua politica Educativa	55

2.3 - História dos Edifícios e Espaços Escolares de Portalegre	62
2.3.1 - Escola da Corredoura	62
2.3.2 - Escola da Fontedeira	71
2.3.3 - Escola da Estrada da Serra	80
2.3.4 - Escola da Praceta	85
 <b><u>Capítulo III</u> - Equipamentos e materiais escolares</b>	 93
3.1 - Evolução do mobiliário escolar e do material didáctico	931
3.2 - O mobiliário escolar e material didáctico das escolas de Portalegre	113
<b>Considerações Finais</b>	144
<b>Fontes e Bibliografia</b>	147
1 - Legislação	147
2 - Arquivo do Centro de Área Educativa de Portalegre	147
3 - Imprensa Local	147
4 - Actas da Câmara Municipal de Portalegre	147
5 - Bibliografia	151

## Índice de Fotografias

<b>Foto I</b> - Edifício escolar da Corredoura, Tipo – Adães Bermudes	69
<b>Foto II</b> - Edifício escolar da Corredoura, Tipo – Adães Bermudes	69
<b>Foto III</b> - Vista parcial da cidade e da serra, na qual podemos ver a Escola da Corredoura	70
<b>Foto IV</b> - Edifício escolar da Corredoura depois de remodelada	70
<b>Foto V</b> - da fachada da Escola da Fontedeira	78
<b>Foto VI</b> - Frente da Escola da Fontedeira com alunos	78
<b>Foto VII</b> - Pátio e das alunas da Escola da Fontedeira	79
<b>Foto VIII</b> - Vista parcial da cidade de Portalegre onde se pode ver a Escola da Fontedeira	79
<b>Foto IX</b> - Escola da Estrada da Serra	83
<b>Foto X</b> - Fachada principal da Escola da Estrada da Serra num dia de festa	83
<b>Foto XI</b> - Escola da Estrada da Serra actualmente	84
<b>Foto XII</b> - Vista parcial da Escola da Praceta actualmente	92
<b>Foto XIII</b> - Peças de mobiliário escolar recomendadas em 1877, pela Direcção- Geral da Instrução Pública	97
<b>Foto XIV</b> - Folha de um catálogo comercial de material escolar (década de 1940)	102
<b>Foto XV</b> - Ilustração do trabalho, sobre mobiliário escolar, do Dr. Almiro do Vale (1937)	103
<b>Foto XVI</b> - Mobiliário escolar: carteira desenhada, em 1943, pelo Arq. Alberto Silva Bessa	104
<b>Foto XVII</b> - Carteira escolar dimensionada de acordo com as observações feitas, pelo médico escolar, a 3381 crianças de Lisboa, durante o ano lectivo de 1945-1946	105
<b>Foto XVIII</b> - Modelos de carteiras escolares com estrutura metálica. Catálogo comercial da Fábrica Jerónimo Osório de Castro (década de 1950)	107
<b>Foto XIX</b> - O novo mobiliário escolar disposto de forma tradicional, numa sala de aula (1970)	111

<b>Foto XX</b> - Edifício Rural. Uma nova geração, uma nova mentalidade	112
<b>Foto XXI</b> - Frente levantamento da Escola da Corredoura	118
<b>Foto XXII</b> - Verso do levantamento efectuado em 1936. Lista de material da escola Escola da Corredoura no ano de 1936	119
<b>Foto XXIII</b> - Frente do levantamento da Escola nº1 da Sé	120
<b>Foto XXIV</b> - Verso do impresso do levantamento efectuado em 1936. Lista de material da Escola da Sé de Portalegre	121
<b>Foto XXV</b> - Frente do levantamento da Escola do Largo dos Combatentes	122
<b>Foto XXVI</b> - Verso do impresso do levantamento efectuado em 1936. Lista de mobiliário e material didáctico da Escola do Largo dos Combatentes, no ano de 1936	123
<b>Foto XXVII</b> - Frente do levantamento da Escola do sexo feminino Asilo da Infância Desvalida	124
<b>Foto XXVIII</b> - Verso do levantamento efectuado em 1936. Lista de mobiliário e material didáctico da Escola Sexo Feminino Asilo da Infância Desvalida, no ano de 1936	125
<b>Foto XXIX</b> - Carteiras em que a madeira se reduzia aos tampos montados em estruturas metálicas	130
<b>Foto XXX</b> - Edifício escolar da Fontedeira	131
<b>Foto XXXI</b> - Lista de material didáctico da Escola da Fontedeira - Portalegre na década de 60	132
<b>Foto XXXII</b> - Edifício escolar da Corredoura	133
<b>Foto XXXIII</b> - Lista de material didáctico da Escola da Corredoura - Portalegre na década de 60	134
<b>Foto XXXIV</b> - Edifício escolar da Estrada da Serra	135
<b>Foto XXXV</b> - Lista material didáctico da Escola da Estrada da Serra - Portalegre na década de 60	136
<b>Foto XXXVI</b> - Edifício da Escola do Magistério Primário de Portalegre, onde funcionava a Escola da Sé, escola primária anexa à do Magistério Primário	137
<b>Foto XXXVII</b> - Lista de material didáctico da Escola da Sé (escola anexa à Escola do Magistério Primário) – Portalegre na década de 60	138

<b>Foto XXXVIII</b> - Mapa do Corpo Humano	141
<b>Foto XXXIX</b> - Caixa métrica	141
<b>Foto XLI</b> - Tinteiro em porcelana para os alunos	142
<b>Foto XLI</b> - Colecção de pesos	142
<b>Foto XLII</b> - Sala de aula da Escola da Sé anexa à Escola do Magistério Primário, do ano de 1966, com as fotografias do chefe de Estado, do Presidente do Conselho de Ministros e do crucifixo	143
<b>Foto XLIII</b> - Reconstituição de uma sala de aula, com materiais e mobiliário das escolas do Concelho de Campo Maior	143

## Índice de Quadros

<b>Quadro I</b> - Tabela de altura e largura dos bancos e mesas	95
<b>Quadro II</b> - O diagrama apresentado relaciona os valores do quadro anterior com a sua aplicação prática	110
<b>Quadro III</b> - Material escolar das Escolas de Portalegre (levantamento de 1936)	126
<b>Quadro IV</b> - Mobiliário das Escolas de Portalegre (levantamento de 1936)	128
<b>Quadro V</b> - Análise das fichas da Direcção do Distrito Escolar de Portalegre sobre o material didáctico existente nas escolas primárias de Portalegre na década de 60	139



## **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer à Prof. Doutora Maria João Mogarro pela atenção e compreensão com que acompanhou a elaboração desta dissertação e pela sua sábia orientação e disponibilidade, agradecimentos extensivos ao Prof. Doutor Justino Magalhães pelo seu apoio e orientação.

Uma menção especial é devida à Professora Teresa Oliveira pela ajuda, incentivo e optimismo.

O meu agradecimento aos professores do mestrado pela orientação e aos colegas de mestrado pela amizade, colaboração e inter-ajuda.

Agradeço a todas as pessoas e entidades que me ajudaram durante a realização deste trabalho, em especial na investigação e recolha de materiais.

Agradeço à minha família e amigos pelo apoio e incentivo sempre presentes.

A todos dedico este meu trabalho, singelo contributo para o estudo e valorização da história das Escolas do Ensino Primário na Cidade de Portalegre.

## ***Introdução***

### **A pertinência do estudo**

A Escola como lugar, a “escola estável,” não implicou sempre um lugar especificamente construído para esse fim. Muito pelo contrário, o habitual durante muitos anos foi recorrer a edifícios locais não pensados para escolas. A escola como lugar, até ter atingido um lugar próprio e se tornar independente, percorreu um longo caminho.<sup>1</sup> O objectivo que pretendo alcançar com esta dissertação é reconstruir o percurso da escola primária em Portalegre, no período de 1900 a 1974, até ter atingido esse lugar. Para alcançar esse objectivo procurarei dar resposta às seguintes perguntas:

- Como é que a política educativa influenciou a construção do parque escolar do Ensino Primário em Portalegre?
- Quais as preocupações da autarquia com a instrução primária?
- Como se expressaram essas preocupações nos registos oficiais, as actas do município?
- Como se reflectiram as preocupações pedagógicas com as condições de trabalho dos alunos na arquitectura escolar?
- Que influências científicas e pedagógicas se fazem sentir nas tipologias de escolas?

Procurarei responder a estas questões no decorrer da minha dissertação e as mesmas servir-me-ão de linha condutora.

Este trabalho baseia-se numa pesquisa histórica centrada na evolução da escola primária na cidade de Portalegre e incide sobre a criação do parque escolar nesta cidade, desde o início do século XX até à década de 70. A escolha da delimitação temporal acompanha a construção dos edifícios escolares construídos de raiz com a finalidade de funcionarem como escolas. Este arco temporal é atravessado por três regimes políticos distintos, apresentando uma grande riqueza histórica. A opção pela cidade de Portalegre justifica-se pelo desejo de contribuir para o enriquecimento da história local da cidade onde estudei e me formei, estando profundamente ligada aos seus contextos escolares actuais. A delimitação temporal que defini decorre de ter sido durante esses anos que se

---

<sup>1</sup> VIÑAO, Antonio Frago. (1993-94) Del espacio escolar y la escuela como lugar: propuestas e cuestiones. *Historia de la educación*. vol. XII-XIII, Madri, pp. 17-74.

desenvolveu a construção de edifícios expressamente construídos com finalidade escolar e o meu tema por ser um tema pouco trabalhado e não haver um trabalho realizado, nesta perspectiva, sobre o parque escolar de Portalegre.

A minha experiência profissional como professora do primeiro ciclo deu origem a um conjunto de interrogações sobre esta temática, para as quais procurarei encontrar respostas através da minha pesquisa, consolidando a minha formação e contribuindo para o conhecimento acumulado.

## Enquadramento teórico

“Os historiadores de educação só recentemente se têm vindo a ocupar da arqueologia material da escola, centrados como têm estado na análise dos discursos teóricos e políticos acerca da instrução, assim como dos mecanismos da sua implantação nas sociedades contemporâneas. Actualmente novas perspectivas dão atenção aos silêncios da história do ensino, superando esse esquecimento da história da escola e da especificidade própria das instituições educativas. Neste sentido, valorizam diálogos múltiplos com testemunhos da realidade escolar e das suas representações como os objectos didácticos, as práticas que a eles andam associadas, os mecanismos de ocupação do espaço e da gestão do tempo, as normas e regras que pautam a vida quotidiana das nossas escolas.”<sup>2</sup>

Importa fazer o ponto da situação relativo à produção portuguesa no respeitante ao tema em estudo a evolução do parque escolar do Ensino Primário em Portalegre. Não foi publicada até agora nenhuma obra especificamente dedicada ao tema em questão, embora ele tenha vindo a ser abordado, nos últimos anos, em obras cuja temática evidencia alguns pontos de contacto com a que é abordada nesta dissertação.

Destaquemos, em primeiro lugar, as obras de Dionísio Cebola, que faz uma recolha de dados importantes sobre o ensino primário no Distrito de Portalegre, sistematizando a data de construção das escolas, assim como dos primeiros mestre-escola que nelas leccionaram. O mesmo autor conta também um pouco sobre a história das Delegações Escolares do concelho de Portalegre e divulga dados sobre as escolas, professores e auxiliares que nelas trabalhavam.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> MOGARRO, Maria João (2001). *A Formação de professores no Portugal contemporâneo - a Escola do Magistério Primário de Portalegre*. Tese de Doutoramento. Cáceres/Lisboa: Universidade de Estremadura/ Universidade de Lisboa, pp. 11- 59.

<sup>3</sup> CEBOLA, Dionísio (1983). *O Ensino Primário no Distrito de Portalegre*. Portalegre: Edição da Assembleia Distrital; idem. (2001). *A Escola Primária no Distrito de Portalegre*. Nisa: Edição Câmara Municipal; idem. (1997). *Direcções Escolares (Subsidio para a sua história)*. Portalegre: Edições do Autor.

Outra referência importante é a obra de Maria João Mogarro sobre a Escola do Magistério Primário de Portalegre e a formação de professores primários, em especial a parte introdutória e as relações entre a escola de formação e as escolas primárias da cidade.<sup>4</sup>

A nível do contexto nacional, importantes são os trabalhos de Filomena Beja<sup>5</sup>, nos quais faz uma resenha histórica sobre as escolas em Portugal, desde as medidas do Marquês de Pombal até aos anos 70 do século XX. Dos seus livros constam fotos, plantas e desenhos de mobiliário escolar que dão conta da evolução da arquitectura escolar, em Portugal, nas diversas regiões, abarcando também o progresso dos equipamentos e da tecnologia educativa. Além disso, faz referência às principais medidas tomadas pelos governos em relação à instrução primária, apresentando também textos de contextualização.

Outra obra de relevo é a de Carlos Manique Silva,<sup>6</sup> que faz uma análise histórica da arquitectura escolar portuguesa de 1860 a 1920, com especial incidência na arquitectura das escolas primárias e dos liceus portugueses.

Os contributos teóricos a utilizar neste trabalho procurarão consolidar o campo de pesquisa definido, dando resposta às questões levantadas pelo objecto de estudo.

O tema da arquitectura escolar conduz a uma importante discussão em relação aos estudos sobre espaços e construções escolares. Trata-se de caminhos já percorridos por autores como S. F. Wolf<sup>7</sup>, Viñao Frago e Escolano<sup>8</sup> e Viñao Frago.<sup>9</sup>

Segundo Viñao Frago

“Cualquier actividad humana precisa de un espacio y un tiempo determinados. Así sucede con la enseñar y aprender, con la educación. De aquí que esta, la educación, posea una dimensión espacial y de aquí que, asimismo, el

---

<sup>4</sup> MOGARRO, Maria João (2001). *A Formação de professores no Portugal contemporâneo - a Escola do Magistério Primário de Portalegre*. Tese de Doutoramento. Cáceres/Lisboa: Universidade de Extremadura/ Universidade de Lisboa, pp. 11- 59.

<sup>5</sup> BEJA, Filomena e outros (1989). *Muitos anos de escolas vol. I - 1ª parte: edifícios para o ensino infantil e primário até 1941*. Lisboa: Centro de Documentação e Informação.; idem. (1996). *Muitos anos de escolas vol. II - edifícios para o ensino infantil e primários anos 40 - anos 70*. Lisboa: Centro de Documentação e Informação.

<sup>6</sup> SILVA, Carlos Miguel Jesus Manique da (2002). *Escolas belas ou espaços são?: uma análise histórica sobre a arquitectura escolar portuguesa 1860-1920*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

<sup>7</sup> WOFF, S. F. (1992). *Espaço e Educação: os primeiros passos da arquitectura das escolas públicas paulistas*. São Paulo.

<sup>8</sup> VIÑAO, Antonio Frago; ESCOLANO, Agustín (1998). *Currículo, espaço e subjectividade: a arquitectura como programa*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A.

<sup>9</sup> VIÑAO, Antonio Frago (1993-94). Del espacio escolar y la escuela como lugar: propuestas e cuestiones. *Historia de la educación*. vol. XII-XIII, Madri, pp. 17-74.

espacio sea, junto con el tiempo, un elemento básico, constitutivo, de la actividad educativa.”<sup>10</sup>

Outra referência importante são os trabalhos de António Nóvoa sobre a Escola Nova, a polémica em redor do analfabetismo e da alfabetização, as relações entre as noções de instrução e de educação, a valorização da imagem e função social do professor de instrução primária durante o período republicano, aspectos que se reflectiram nos edifícios escolares e na organização do ensino.<sup>11</sup>

Os trabalhos de Rogério Fernandes revelam-se importantes pelas suas sínteses sobre a renovação pedagógica em Portugal, e também pelo conjunto de produções no âmbito da história da educação em Portugal.<sup>12</sup>

Os estudos relativos a instituições escolares têm vindo a assumir uma importância crescente na produção historiográfica portuguesa sobre educação. Nesta perspectiva, Justino Magalhães é autor de uma obra fundamental sobre a alfabetização e a escolarização em Portugal, e tem vindo a reflectir sobre a importância da história das instituições escolares. Recentemente, as suas preocupações conduziram a uma pesquisa e reflexão sobre o “município escolar”.<sup>13</sup>

Por seu lado, Salvado Sampaio analisou a legislação e as estatísticas educativas, relativamente ao ensino primário, numa obra dos anos setenta, apresentando uma perspectiva legal e estatística.<sup>14</sup>

Michel Foucault destaca a organização espacial das escolas, consagrada na regulamentação das suas disposições, o seu papel de controle e a disciplinarização dos alunos.<sup>15</sup>

---

<sup>10</sup> idem. ibidem., pp.17-74.

<sup>11</sup> NÓVOA, António (1987). *Le Temps des professeurs. Analyse socio-historique de la profession enseignant au Portugal (XVIII e XX<sup>e</sup> siècle)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, vol. II; NÓVOA, António (1990). Álvaro Viana de Lemos: um pedagogo da Educação Nova. *Arunce. Revista de Divulgação cultural*, nº 3-4, pp.51-107.

<sup>12</sup> FERNANDES, Rogério (1985). *Bernardino Machado e os problemas da instrução pública*. Lisboa, Livros Horizonte.; idem. (1999). Dois anos de trabalho no ensino básico (1974-1976). *Educação, Sociedade e Culturas. Revista da Associação de Sociologia e Antropologia da educação*. Porto : Edições Afrontamento, nº 11, de Março, pp. 9-27.; idem. “Histórias das inovações educativas (1875 – 1936) in NÓVOA, António; FERNANDES, Rogério (1987). *O pensamento pedagógico em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.

<sup>13</sup> MAGALHÃES, Justino (1998). (org.) – *Fazer e Ensinar História da Educação*. Braga, Universidade do Minho.; MAGALHÃES, Justino (1994). *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime. Um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*. Braga, Universidade do Minho.

<sup>14</sup> SAMPAIO, José (1975-1977). *O Ensino Primário. 1911-1969. Contribuição monográfica*. Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência - Centro de Investigação Pedagógica, 3vols.

<sup>15</sup> FOUCAULT, Michel. (1987) *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.

Ao longo do trabalho desenvolveremos algumas das ideias expostas por estes autores, em relação directa com os aspectos abordados nesta dissertação.

## Fontes e Metodologia

“As normas legais permitem integrar as instituições escolares no universo mais amplo do sistema educativo, mas a sua identidade histórica encontra sentido quando, através de um processo de investigação interactivo e onde se recorre a fontes de informação de natureza diversificada, se torna possível construir, sistematizar e (re) escrever o itinerário. Este processo terá de englobar um nível de contextualização à dimensão local e regional, já que as instituições escolares são um dos parceiros da dinâmica e da evolução das comunidades em que se inserem. Intimamente ligadas ao meio envolvente por múltiplas relações, a sua actividade interna e externa apresenta-se como um elemento que contribui para a recomposição de estruturas e grupos sociais.”<sup>16</sup>

Esta problemática da construção do parque escolar em Portalegre conduziu à utilização privilegiada das seguintes fontes: a legislação sobre o ensino primário produzida durante o espaço temporal escolhido, a imprensa periódica local, as actas das reuniões da Câmara Municipal de Portalegre e aos documentos do arquivo do Centro de Área Educativa do Alto Alentejo, bem como as obras de pensamento pedagógico que, directa ou indirectamente, contenham reflexões acerca da arquitectura escolar e da necessidade de construção de edifícios específicos para fim escolar.

A pesquisa bibliográfica e documental, incluindo as das referidas fontes, foi realizada na Câmara Municipal de Portalegre (actas das reuniões), na Biblioteca Municipal de Portalegre (a imprensa periódica local), no Arquivo Distrital e no Centro de Área Educativa do Alto Alentejo, locais onde se encontra uma parte substancial da documentação necessária à elaboração do trabalho.

A análise do conteúdo destas fontes de informação possibilitou o estudo do espaço escolar mediante plantas arquitectónicas, normas de construção de edifícios estabelecidas pelo estado, fotografias, artigos de jornais e revistas e colecções especializadas da época.

---

<sup>16</sup> MOGARRO, Maria João (2001). *A Formação de professores no Portugal contemporâneo - a Escola do Magistério Primário de Portalegre*. Tese de Doutoramento. Cáceres/Lisboa: Universidade de Extremadura/ Universidade de Lisboa, pp. 11- 59.

Procurei nos arquivos saber as datas, o custo e os nomes dos arquitectos das edificações escolares. Essas fontes contribuíram para reviver a importância dos espaços, proporcionando uma dimensão significativa para melhor compreender a cultura escolar.

Foi assim possível compreender quais os edifícios que foram adaptados e/ou remodelados ao longo do período de tempo em estudo. Esta pesquisa tornou possível definir o panorama das escolas e compreender as grandes etapas do desenvolvimento da arquitectura escolar em Portalegre.

A análise das actas da Câmara Municipal permitiu, principalmente, a análise dos edifícios, das decisões continuamente tomadas pelo poder local, do orçamento municipal disponível para a construção e equipamento das escolas na cidade de Portalegre, ao longo do século XX.

A pesquisa realizada para a elaboração do presente trabalho deparou-se com as dificuldades inerentes à dispersão dos elementos históricos por diversos locais e instituições, as quais nem sempre se revelaram de fácil acesso para a investigação.

Os documentos históricos em posse de escolas, do Arquivo Municipal, do Centro de Área Educativa e da Câmara Municipal de Portalegre carecem de organização e valorização. Só este trabalho prévio permitirá as condições ideais para uma investigação cuidada e aprofundada que interligue as diversas fontes e permita lançar nova luz sobre a relação da Escola com as demais instituições locais.

Em virtude das dificuldades manifestadas anteriormente, centrou-se esta investigação na documentação proveniente das actas da Câmara Municipal, no período de 1900 a 1974.

Posteriormente, numa visita realizada ao Centro de Área Educativa de Portalegre, foi-nos disponibilizada a consulta do Arquivo desta instituição. No entanto, os documentos relativos às escolas não se encontravam no arquivo. A sua existência acabou por ser revelada em conversa informal com uma das funcionárias, que diligentemente o procurou numa gaveta da secretária, onde zelosamente estavam guardados.

Assim, vieram à luz, no âmbito desta investigação, preciosas informações referentes aos inventários do material e mobiliário das escolas do concelho de Portalegre, em meados das décadas de 30 e de 60.

Uma questão se coloca: muitas vezes os arquivos não preservam as fontes de informação, mas funcionários diligentes contribuem para a conservação de documentos importantes para a história da educação que, provavelmente, se perderam em

deslocações cíclicas de lugar ou devido à ignorância de tutelas sobre o valor patrimonial e histórico destes documentos. A questão dos arquivos escolares continua a ser um problema importante para a história da educação e para o conhecimento sobre a evolução do sistema educativo.<sup>17</sup>

## **Apresentação da Estrutura da dissertação**

No primeiro capítulo desta dissertação é feita uma abordagem sobre as perspectivas arquitectónicas dos edifícios escolares. Em primeiro lugar, define-se a escola como uma instituição que ocupa um espaço e um lugar específicos que ao longo do tempo foi evoluindo de acordo com as necessidades e as modificações verificadas na sociedade, tanto a nível social, curricular, didáctico, médico como higiénico e pedagógico.

De seguida, é efectuada uma abordagem histórica dos principais tipos de arquitectura escolar: Conde de Ferreira, Adães Bermudes, Plano dos Centenários e Sem Plano. Para cada um destes tipos arquitectónicos é feita uma descrição das principais características de cada tipo arquitectónico.

No segundo capítulo, é realizada uma análise histórica do papel do município na educação e da política educativa do município de Portalegre. Seguidamente, com base na análise das actas da reunião de Câmara, é feita uma reconstituição da história dos edifícios construídos de raiz para escolas, no período em estudo (de 1900 a 1974), na cidade de Portalegre.

O terceiro capítulo debruça-se sobre os equipamentos e materiais escolares. Em primeiro lugar, é produzido um enquadramento histórico sobre a evolução do mobiliário e material escolar durante o período em estudo. Em segundo lugar, é apresentado um estudo fundamentado nas actas da Câmara Municipal de Portalegre e nos inventários de mobiliário e materiais didácticos existentes no arquivo do Centro de Área Educativa de Portalegre. Neste ponto são apresentadas algumas fotografias dos referidos inventários e de alguns materiais didácticos e mobiliário utilizado nas escolas do distrito de Portalegre.

---

<sup>17</sup>MOGARRO, Maria João (2006). Arquivo e Educação. A construção da memória educativa. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 1, pp. 71-84. [Consultado em Agosto de 2008] disponível WWW: <<http://sisifo.fpce.ul.pt>>



O último capítulo apresenta as considerações finais da investigação efectuada, centradas na relação entre as escolas e a Câmara Municipal de Portalegre, no período em causa.

## **Capítulo I - As perspectivas arquitectónicas sobre edifícios escolares**

A ocupação do espaço, a sua utilização pressupõe a sua constituição como lugar. O salto qualitativo de espaço a lugar é pois uma construção. O espaço projecta-se ou imagina-se e o lugar constrói-se a partir do espaço como suporte. O espaço está sempre disponível e disposto a converter-se em lugar, pronto a ser construído.

A escola enquanto instituição ocupa um espaço e um lugar muitas vezes, foi um espaço projectado não para funções educativas e tornou-se um lugar pelo facto de ser um espaço ocupado e utilizado. Por ele, pela análise e compreensão desta perspectiva, impõem-se algumas considerações prévias sobre as relações entre o espaço e a actividade humana, a escola como lugar e a dimensão espacial dos estabelecimentos de ensino.

A escola é o lugar onde a criança consolida os seus contactos com o meio social, é natural que as determinações típicas desse espaço (cores, formas, dimensões, materiais utilizados, etc.) exerçam sobre a criança uma forte influência. Nesse sentido, podem distinguir-se duas grandes concepções de escola na sua relação com a arquitectura:

1ª - A escola deve ser uma instituição separada do mundo exterior, um local de protecção face a influências nefastas e contraditórias com os princípios educativos dos mestres. A escola deve por isso rodear-se de muros mais ou menos elevados, de grades, se for necessário. Um espaço onde os pais entregam os filhos aos cuidados de estranhos, onde eles mesmos não são autorizados a entrar, ou onde só entram em determinados dias. Ao arquitecto cabe criar condições que facilitem a vigilância, que impeçam a fuga, que favoreçam a disciplina: longos corredores rectilíneos, pátios amplos, sem recantos, salas de aula iluminadas, rectangulares, nas quais o mestre, no seu estrado, possa dominar o auditório. No limite, esta escola tende a assemelhar-se a uma caserna, a uma fábrica, a um quartel, a um hospital, ou seja, um lugar de encarceramento. Como mostra Foucault, modelo final é o do panóptico. Tudo deve poder ser visto e controlado. Todos os gestos devem poder ser minuciosamente observados.

2ª - A escola deve ser um prolongamento da casa familiar, os espaços de ensino devem ser agradáveis. A vigilância deve ceder lugar à autodisciplina. Novos princípios que vão estar na base de novas formas arquitectónicas. Os longos corredores diminuem de tamanho ou desaparecem, os espaços de trabalho articulam-se com espaços de lazer, os espaços de recreio tornam-se mais soltos. Os recreios, os pátios tendem a constituir-

se como espaços de repouso e locais de encontro dos alunos. As salas de aula distribuem-se em blocos articulados por pátios e jardins e, dentro da sala de aula, os alunos devem poder contornar os professores, trabalhar em pequenos grupos. As antigas carteiras cedem lugar às mesas móveis. Ao lado dos ginásios, surgem as salas polivalentes que servem para reuniões, para teatro e música, para bailes e festas. No limite, a escola procura ser um lugar, um lugar de trabalho, mas também de jogo, de alegria. A escola deve abrir-se para a natureza, plantar árvores, flores que os alunos ajudarão a cuidar, relva que os alunos se habituarão a respeitar. Todo o gigantismo deve ser eliminado. O aluno deve ser respeitado na sua individualidade e não reduzido à categoria de um número.

### **1.1 - Espaço e Lugar: a dimensão espacial da actividade humana**

São muitas as influências e entrecruzamentos entre o espaço e o tempo. Mas se, ao menos em relação com o passado, não captamos a duração em si mesma, podemos medi-la, segmentá-la, mas carecemos da memória acerca dela. O que recordamos são espaços que levam dentro de si, comprimido, um tempo. Neste sentido, a noção de tempo, de duração, chega-nos através da recordação de espaços diversos e de fixações diferentes de um mesmo espaço. A memória é em si um depósito de imagens de espaços que para nós foram, alguma vez, durante algum tempo, lugares. Lugares em que alguma coisa nossa ficou ali e que, portanto, nos pertencem, que fazem parte da nossa história.

Nesta forma de posição o espaço vivido é um elemento determinadamente na confrontação da personalidade e mentalidade dos indivíduos e dos grupos.

Para Agustín Escolano,<sup>18</sup> nem o espaço, nem o tempo escolares são dimensões neutras do ensino, simples esquemas formais ou estruturas vazias da educação. Ao contrário, afirma que operam como uma espécie de discurso que institui, na sua materialidade, um sistema de valores, um conjunto de aprendizagens sensoriais e motoras e uma simbologia que recobre símbolos estéticos, culturais e ideológicos.<sup>19</sup> Como pedagogias, tanto o espaço quanto o tempo escolar ensinam, permitindo a

---

<sup>18</sup>Agustín Escolano citado por VIÑAO, António Frago (1995). *Revista Brasileira de Educação*. Set/Out/Nov/Dez. n.º 0, p.72.

<sup>19</sup>VIÑAO, Antonio Frago; ESCOLANO, Agustín (1998). *Currículo, espaço e subjectividade: a arquitectura como programa*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, p.26.

interiorização de comportamentos e de representações sociais. Nessa perspectiva, actuam como elementos destacados na construção social (e histórica) da realidade.<sup>20</sup>

Históricos eles também, o espaço e o tempo escolares foram sendo produzidos diferenciadamente ao longo da história da educação.

Ao tomar o espaço e o tempo como concepções construídas, assume-se que as concepções que se têm de tempo e espaço advêm das práticas materiais de vida e, dado que as mesmas podem variar geográfica e historicamente, também apresentam alterações em cada formação social e em cada cultura. Esse, ainda assim, não é um processo fixo e imutável, pois liga-se ao processo de representação como construção de significados sociais.

## **1.2 - A escola como um lugar**

Para Viñao<sup>21</sup> a noção de lugar, a posição num espaço determinado para um fim específico, é uma definição de meados do século XIII, um dos elementos característicos da instituição escolar. Mas que tipo de lugar? Que traços definem a escola como lugar? É possível uma tipologia histórica que dê conta da diversidade que esconde este termo? Duas são as perspectivas possíveis sobre este ponto: uma vai desde o nomadismo e a itinerância à fixação e estabilidade do Homem; a outra, desde a ausência de especificidade própria à sua delimitação e estabelecimento.

A escola carece de um lugar específico, pois para a escola os lugares variam em função dos objectivos, dos utilizadores e dos materiais. Onde se aprende e ensina é sempre um lugar. Mas o dito lugar pode variar no tempo para os alunos e para o professor.

Não é que qualquer lugar seja válido, mas há espaços – as casa, as ruas os jardins, a natureza, o museu, a fábrica que em determinados momentos foram mais adequados que outros como lugares de aprendizagem, com o fim quase sempre de abrir ao exterior a instituição escolar.

Os lugares educativos podem ser os mais diversos, muitos são utilizados temporariamente, mas são edifícios com outras finalidades e funções. A mobilidade dos

---

<sup>20</sup> VIÑAO, António Frago (1995). *Revista Brasileira de Educação*. Set/Out/Nov/Dez. n.º 0, p.72.

<sup>21</sup> Idem. (1993-94) Del espacio escolar y la escuela como lugar: propuestas e cuestiones. *Historia de la educación*. vol. XII-XIII, Madri, pp. 17-74.

professores tem também lugar, mas em alguns casos o lugar de aprendizagem era mesmo a casa do professor.

A análise histórica actual oferece uma ampla diversidade de modalidades, mas a mesma análise mostra também uma clara tendência para a localização de um espaço determinado como lugar para a aprendizagem. Um lugar estável e fixo. Esta tendência como tem sido reforçada no tempo por outra paralela à que concebe a escola não só como espaço determinado e rotulado como tal, mas também como um espaço de natureza própria. Por outras palavras, a instrução escolar e a aprendizagem só merecem tal nome quando se levam a cabo num lugar específico. Isto quer dizer num lugar pensado, desenhado, construído e utilizado única e exclusivamente com esse fim.

Apesar da diversidade que encerrou e pode encerrar a escola como lugar, é notória, ao longo dos tempos, a tendência para a fixação e estabilidade num determinado local. A escola num espaço, a escola estável, não implicou sempre, nem implica sempre, um lugar especificamente construído para esse fim.

Muito pelo contrário, o habitual, durante muitos anos, foi recorrer a edifícios e locais não pensados na sua origem para escolas, mas que por diversas razões se destinaram totalmente ou parcialmente ao ensino.

O arrendamento de locais para as escolas funcionarem era suportado pelas câmaras municipais ou pelo estado. Muitos desses locais eram próximos ou anexos de espaços destinados a outros usos públicos, tais como: prisões, lojas, hospitais, matadouros, salões de baile, esquadras ou mesmo tabernas. A proximidade com estes locais, aos poucos, foi sendo considerada inadequada. Antes, e durante muito tempo, a escola esteve “dependente”, ligada ou muito próxima, do local que a acolhia.

Existe, desde logo, uma clara relação entre a construção específica, própria, e a independência espacial. Se um edifício escolar deve ser identificado arquitectonicamente como tal, é, em parte, porque a instituição escolar quer tornar-se autónoma em relação às outras instituições ou poderes, com os quais tinha antes uma estreita dependência. Esta foi a tendência evolutiva geral. A escola como lugar, até ter atingido um lugar próprio e se tornar independente, percorreu um longo caminho: desde a sua dependência do templo, no Egipto e na Suméria; as escolas episcopais e paroquiais; o ginásio, na época do mundo helenístico; o palácio, relativamente à escola palaciana; até aos poderes locais, com as escolas municipais.<sup>22</sup> A escola evoluiu desde a

---

<sup>22</sup> idem. ibidem.

dependência até à independência em relação a outros edifícios e poderes, até chegar à autonomia e separação e se instalar num espaço específico próprio.

Também se constata intrincadas relações entre poder, pedagogias e relações espaço-temporais fazendo parte do processo de escolarização. Categorias espaço-temporais, poder, pedagogias, saberes e sujeitos constituem dimensões que se cruzam e se subdividem no interior das instituições educativas. Essa escolarização, imersa no processo de governamentalidade, cujo objectivo é o governo das populações e o auto governo, é vista por Foucault<sup>23</sup> como o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros indivíduos e as técnicas de si próprio.

A necessidade de construir um espaço e um edifício próprios, especificamente seleccionados e construídos para escola, foi historicamente o resultado da confluência de diversas forças ou tendências. Uma ampla, de carácter social, como a especialização ou segmentação das diferentes tarefas ou funções sociais e a autonomia em si mesmas. Outras mais específicas de âmbito educativo, como a profissionalização do trabalho docente.

O edifício - escola devia ser configurado de um modo definido e próprio, independente de qualquer outro, num espaço específico e também adequado ao seu fim. Isto implicava o seu afastamento ou separação de outros locais e a sua identificação arquitectónica exactamente como escola. A afirmação da especificidade da escola, acentuando simultaneamente a sua vocação de isolamento, estará muito ligada à necessidade de esta se demarcar do seu meio circundante, tornando-se um lugar à parte, identificando-se mais do que confundindo-se, relevando a sua dimensão simbólica. No fundo, impõe-se repensar a relação entre o interno e o externo, o que fica de fora e o que cabe dentro do universo escolar.

### **1.3 - A dimensão educativa do espaço escolar**

A escola enquanto lugar, situado num espaço, possui uma determinada dimensão espacial, pode ser analisada nesta perspectiva. Mas ao mesmo tempo o espaço escola educa, por isso possui também uma dimensão educativa.

---

<sup>23</sup> FOUCAULT, Michel (1987). *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes.

O espaço não é neutro, daí o interesse que possui a análise conjunta de ambos os aspectos, o espaço e a educação, a fim de se ter em consideração as suas implicações recíprocas. A escola é um espaço e um lugar algo físico, material, mas também uma construção cultural. A ideia complementar de que a escola enquanto lugar construído é, por sua vez, matéria organizada e energia que flui, implica a concepção de que este espaço é um território educador. Isto quer dizer que o espaço educa.

Viñao<sup>24</sup> refere no seu artigo que Agustin Escolano defende também a organização do espaço, a sua configuração como um lugar, e que este constitui um elemento significativo do curriculum. A referida organização do espaço, configuração desse currículo, mostra-se adequada ou inadequada, segundo o modelo de organização educativa, dos métodos de ensino ou do clima institucional. Todo o espaço é um lugar percebido, a percepção é um processo cultural. Os espaços levam sempre consigo uma interpretação determinada. Uma interpretação que é o resultado não só de percepção da disposição material nos espaços, mas também da sua dimensão simbólica.

Viñao<sup>25</sup> faz a seguinte leitura da obra de Foucault,<sup>26</sup> salientando que a escola é qualificada como espaço fechado, à semelhança de outras instituições disciplinares, de dominação e controle, tais como os quartéis, hospitais e prisões. O seu modelo precedente de referência seria os conventos. O mesmo Foucault em “el ojo del poder” fala da tripla função: produtiva, simbólica e disciplinar do trabalho. Esta tripla função pode também atribuir-se ao espaço escolar, a que se junta a vigilância e o controle. O problema surge quando nem sempre existe concordância entre estas funções.

É possível que surjam contradições entre as mesmas, por exemplo, entre a função produtiva -educativa ou de ensino e a disciplina, ou entre ambas e a vigilância e o controle. Assim, enquanto a última exige transparência e visibilidade, as anteriores tendem a dividir e segmentar os tempos, materiais ou conteúdos, pessoas e espaços.

O espaço escolar torna-se assim, na sua organização interna, um espaço segmentado em que o ocultamento e o encerramento contrastam com os esforços de visibilidade, abertura e transparência. A racionalização democrática, a divisão do tempo e do trabalho escolar e a gestão racional do espaço colectivo e individual fazem da escola um lugar onde tem especial importância a localização e a posição, o

---

<sup>24</sup> VIÑAO, Antonio Frago. (1993-94) Del espacio escolar y la escuela como lugar: propuestas e cuestiones. *Historia de la educación*. vol. XII-XIII, Madri, pp. 17-74.

<sup>25</sup> idem. *ibidem*.

<sup>26</sup> FOUCAULT, Michel (1987). *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes.

deslocamento e o encontro dos corpos, assim como os rituais e simbolismos que marcam a vida escolar.

Numa instituição segmentada, parcelada, a vigilância, o controle e a coordenação só são possíveis mediante a comunicação, a existência de órgãos colegiais, a visibilidade espacial, os elementos simbólicos unificadores ou a ritualização das principais actividades que acontecem. Quanto à sua organização interna, a escola é, pois, um espaço segmentado e ocupado.

Os espaços escolares são planeados de acordo com as necessidades de utilização dos mesmos, geralmente diferenciados de acordo com os seus propósitos. É preciso pensar que os espaços escolares (assim como outros por onde circulamos) são produzidos com base em investimentos movidos pelo carácter disciplinar e ordenador das instituições escolares. É possível dizer que a arquitectura escolar pode ser considerada como um elemento ordenador do currículo, pois como refere Escolano:

“ La arquitectura escolar, además de ser un programa invisible y silencioso que cumple determinadas funciones culturales e pedagógicas, puede ser instrumentada también en el plano didáctico, toda vez que define el espacio en que se lleva a cabo la educación formal y constituye un referente pragmático que es utilizado como realidad o como símbolo en diversos aspectos del desarrollo curricular”.<sup>27</sup>

A contribuição deste autor possibilita ressaltar que os espaços delimitam as actividades propostas na escola, são pois pensados de modo a permitirem ou não a operacionalização e o desenvolvimento de algumas funções. A sala de aula é um local constituído, historicamente, com diferentes disposições, tanto das pessoas quanto do mobiliário, destinado à aprendizagem, não apenas de conteúdos, mas também de comportamentos, habilidades e regras sociais.

## **1.4 - A localização: urbanismo e educação**

O problema da localização da escola surge com a confluência de dois factores: a necessidade de a instituição escolar se localizar num edifício próprio, construído de raiz para esse fim, e crescimento populacional das cidades e vilas, que conduz a tentativas de regular esse crescimento mediante a planificação urbanística.

---

<sup>27</sup> ESCOLANO, Agustin (1993-94). La Arquitectura como Programa. Espacio - Escuela y Curriculum. *Historia de la educación*. vol. XII-XIII, Madri, pp. 97 -120.



O local de construção da escola deveria ser um local saudável, com abundância de alimentos, ar puro, mas não um sítio despovoado, nem longe dos caminhos públicos. O facto é que teve de se esperar até ao século XIX para se falar, nos manuais de pedagogia ou nos escritos sobre questões educativas, das condições que deveriam reunir os espaços escolhidos para a localização da escola.

Viñao refere que, na opinião de Montesino (1839-1840), a escola devia estar situada num lugar tão retirado e tranquilo quanto o permitissem as circunstâncias, sem ficar muito longe da população.

Os critérios básicos de construção e localização das escolas em todos os autores são de ordem higiénica e moral. Só mais tarde (e nem sempre), se juntam outros critérios, como a deslocação dos alunos, ou mesmo a tarefa educativa e as dimensões do estabelecimento de ensino. Em primeiro lugar estava a higiene: a escola devia localizar-se num sítio elevado, seco, bem arejado e com sol; isso seria o ideal. A higiene era tanto física como moral. A escola não deveria ter na sua proximidade tabernas, cemitérios, prisões, hospitais e outros estabelecimentos que pudessem pôr em causa a moral e a saúde dos alunos. Também começou a haver uma preocupação com a segurança das crianças, as escolas deviam evitar os locais onde passassem muitas carruagens.

Conforme cresciam os espaços populacionais, também o modelo organizativo das escolas se ia ampliando. Aos critérios anteriormente referidos, outros se lhe iam acrescentando, conforme as necessidades que iam surgindo. Para a construção das escolas estabeleciam-se novas instruções higiénicas e pedagógicas, ainda que se mantivesse o critério favorável à localização das escolas não muito longe das casas das crianças.

Havia duas tendências:

- Uma que defendia a localização das escolas junto ao centro populacional, como critério de comodidade, para facilitar a deslocação dos alunos. No entanto, as mesmas seriam construídas em sítios de ar puro, em lugares perto de jardins, praças ou ruas largas.

- Outra que defendia a construção das escolas no exterior das populações, privilegiando as escolas ao ar livre e que contavam com três factores fundamentais: o educativo (longe dos ruídos, ambiente propício ao estudo, de fácil acesso à natureza em plena natureza), o higiénico e o económico (terrenos a preços mais baratos). Esta última tendência punha o problema do transporte e deslocação dos alunos e da integração no meio urbano. Criou-se um dilema que afectava e afecta qualquer estabelecimento de

ensino e que trouxe vários debates em torno das vantagens e desvantagens de ambas as tendências.

### **1.5 - Os principais tipos de arquitectura escolar**

As condições dos edifícios escolares, apesar das suas carências, até meados do século XIX, nunca foram tratadas a nível oficial.

Em Portugal, no século XIX, como no tempo anterior, a escola foi a casa do próprio mestre. A casa onde vivia era muitas vezes o único local de que dispunha para essa prática. Sobretudo no último quartel do século XIX, foi-se reforçando a representação de que a construção de prédios específicos para a escola era imprescindível a uma acção eficaz junto das crianças, indicando, assim, o êxito daqueles que defendiam a superioridade e a especificidade da educação escolar diante das outras estruturas sociais de formação e socialização, tais como a família, a igreja e, mesmo, os grupos de convívio. Tal representação era articulada na confluência de diversos factores, de entre os quais há a destacar os de ordem política, cultural, pedagógica, científica e administrativa.

Os edifícios das escolas têm a sua história, a qual é também a história dos homens de hoje, meninos de outrora. As instalações escolares improvisadas em casas de habitação e outros locais, na sua maioria, revelavam péssimas condições de higiene e conforto.

A partir do final do século XIX, no ano de 1866, com o testamento do Conde Ferreira, que contemplava a construção de raiz de edifícios destinados a escolas, surge também uma série de normas e regulamentos sobre as salas de aula e demais espaços escolares, emergindo uma preocupação crescente com as condições de higiene e conforto dos edifícios que albergavam escolas.

### 1.5.1 - Escolas Conde de Ferreira

“... Convencido de que a instrução pública é um elemento essencial para o bem da sociedade, quero que os meus testamenteiros mandem construir e mobilar cento e vinte casas para escolas primárias de ambos os sexos nas terras que forem cabeças de concelho, sendo todos por uma mesma planta e com acomodações para vivenda do professor, não excedendo o custo de cada casa e mobília a quantia de um cento e duzentos mil réis; e pronta que esteja a casa, será a mesma entregue à junta de paróquia em que fôr construída; mas não mandarão construir mais de duas casas em cada cabeça de concelho e preferirão aquelas terras que bem entenderem...”<sup>28</sup>

O testamento deixado pelo Conde Ferreira vem colocar o governo perante uma situação de responsabilidade que até aí ainda não tinha sido assumida: a inexistência de instalações próprias para o funcionamento de escolas primárias e a falta de regras que garantissem a habitabilidade e o conforto nas casas usadas como escolas.

Este legado veio exigir do governo orientações bem delineadas quanto ao programa e condições funcionais para a construção dos edifícios. A 20 de Julho de 1866, o Ministério do Reino manda publicar, no Diário de Lisboa, uma portaria na qual eram dadas instruções sobre a construção de casas para escolas primárias.

Na parte IV da portaria apresentam-se critérios muito precisos sobre as condições que deviam ser observadas na construção das casas destinadas a escolas.

A escola devia situar-se num local saudável, central, de fácil acesso, desviada de estradas de muito movimento, longe de estabelecimentos incómodos e perigosos, quer para a saúde quer para a moral dos alunos. A escola deveria ter um espaço de terreno, valado ou murado de 600 a 900 metros quadrados para que a escola ficasse separada de qualquer edifício, excepto da residência do professor, e para que houvesse espaço para os exercícios de ginástica.

Eram edifícios escolares de linhas sóbrias e de fachada imponente, situavam-se no centro das povoações e isoladas em relação a qualquer outra construção.

A estes edifícios correspondia uma espaçosa sala de aula, uma sala contígua de uma área nunca inferior a um terço da sala de aula, um ou dois vestíbulos e uma moradia para o professor, situada na parte detrás de todo o corpo do edifício escolar.

A altura do edifício devia ser, desde o sobrado até ao tecto, de 4 metros, o sobrado deveria ser horizontal e distar do solo 50 centímetros.

---

<sup>28</sup> BEJA, Filomena e Outros (1989). *Muitos anos de escolas vol. I - 1ª parte: edifícios para o ensino infantil e primário até 1941*. Lisboa: Centro de Documentação e Informação, p.45.

A superfície da sala de aula dependia do número de alunos a que se destinava e o espaço por aluno não devia ser inferior a  $1\text{m}^2$ , nem superior a  $1,9\text{ m}^2$  por aluno e dependia também do método de ensino e da mobília a adoptar para os exercícios escolares. Como dimensões da sala de aula, exigia-se uma superfície entre os 50 a  $115\text{ m}^2$ . Era também recomendado que, nas escolas a construir de raiz, se construísse mais do que uma sala de aula, caso se soubesse qual o número de alunos que a iria frequentar.

A sala contígua à sala de aula era destinada a recitações, biblioteca e recepções.

Seria conveniente que junto da escola houvesse um adro coberto, para os alunos que chegassem antes de começar a aula se abrigassem do mau tempo.

As janelas deviam ter uma largura exterior não inferior a 1,2 m e elevar-se até perto do tecto, de forma que a superfície aberta à luz nunca fosse inferior a  $10\text{ dm}^2$ , por cada metro de área interna da aula e se possível ser de 20 ou  $25\text{ dm}^2$ . As janelas rectangulares são consideradas mais adequadas para permitirem entrar a luz do que as janelas em forma de ogiva ou arqueadas.

A escola deveria ter também um bom sistema de ventilação que permitisse renovar completamente a atmosfera da aula, dando  $30\text{ m}^3$  de ar novo, por aluno e por hora, sem produzir correntes de ar incómodas para os alunos.

Nas escolas onde houvesse fogões de aquecimento deveria haver aberta uma vasilha larga cheia de água, para que a água, ao evaporar-se, desse à atmosfera da sala a humidade necessária; também se considerava os braseiros mais nocivos que o próprio frio.

Na portaria nota-se uma preocupação com o bem-estar, a higiene e a saúde dos alunos. Como nos diz Beja,

”Reflectindo a época, as condições gerais de higiene e conforto eram tratadas com o cuidado de uma matéria que não era, ainda, bem dominada. Havia indicações quanto à exposição e iluminação natural, ventilação, aquecimento e manutenção do grau óptimo de humidade, recomendando-se a instalação, no interior da sala de aula, de um termómetro e de um anemoscópio, que permitissem avaliar as variações ambientais.

Contudo, não havia, nestas instruções, referência a sanitários, lavatórios, nem a qualquer processo de abastecimento de água.”<sup>29</sup>

Beja refere ainda que a obrigação de cumprir o testamento do Conde de Ferreira não deixou que este diploma fosse mais uma boa intenção a esquecer. Assim, foram mandados elaborar os planos para as novas escolas, pelo Conselheiro Adriano Cardoso

---

<sup>29</sup> idem. ibidem., p.47.

Machado. Surgiram diversas dificuldades e no projecto inicial não eram aplicadas as instruções legais. Novos planos foram feitos e, no Boletim nº 6 de 1866, a Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses publicou a versão emendada do risco. No seu livro, Beja tem reproduzida a estampa do projecto.<sup>30</sup>

Os construtores das obras foram muitas vezes acusados de não seguirem as indicações correctas e serem, com essa atitude, responsáveis pela má qualidade das construções e até por terem ruído alguns edifícios em fase de acabamento.

As escolas Conde Ferreira vieram oferecer às crianças melhores condições, mas foram em número reduzido, sendo as carências do país muito grandes. Beja refere que “era sensível o alheamento dos poderes públicos, não se chegando sequer a aplicar as escassas verbas orçamentadas para a construção escolar.”<sup>31</sup>

É de lamentar que este primeiro projecto-tipo de escolas primárias não tenha surgido noutro contexto mais favorável e que não se tenha completado com a construção de muito mais edifícios que permitissem superar as carências, existentes no país, quanto a boas condições de higiene e conforto para o ensino nas escolas primárias.

### **1.5.2 - Adães Bermudes**

Os edifícios escolares denominados Adães Bermudes foram construídos durante a primeira década do século XX.

No final do século XIX, foi lançado o primeiro concurso público, em 2 de Março de 1898, para a concretização do “Programa para a elaboração de projectos de edifícios destinados a escolas de instrução primária”. Desse concurso saiu vencedor Adães Bermudes, vencedor da Medalha de Ouro da Exposição Universal de Paris, em 1900. Da autoria deste arquitecto foram construídas centenas de escolas, um pouco por todo o país.

O programa destes edifícios apontava para a valorização da instrução e do professor como agentes do progresso, de acordo com os ideais liberais e republicanos da época.

---

<sup>30</sup> idem. ibidem., p.46.

<sup>31</sup> idem. ibidem., p.50

Segundo Beja,<sup>32</sup> o programa inicial do projecto estabelecia que deviam ser apresentadas peças desenhadas, à escala de 1/100, memória descritiva e justificativa, medições e orçamentos. Era também apresentada uma lista de áreas que contemplavam um vestiário, uma ou mais salas de aula, pátio com recreio coberto, habitação para o professor, retretes e urinóis.

As dimensões requeridas para um máximo de 50 alunos por sala eram na razão de 1,25 m<sup>2</sup>/aluno, sendo o pé direito de 4 m a 4,5 m; os pavimentos, de madeira, teriam de ser elevados 1,5 m acima do terreno exterior.

A iluminação natural das salas seria feita por janelas rectangulares, não sendo definido qual a superfície iluminante, e era dispensada a apresentação de soluções para a iluminação artificial.

O projecto para as escolas Adões Bermudes não incluía desenho de mobiliário escolar. Este, segundo a legislação em vigor, deveria ser providenciado pelas Câmaras Municipais e era encomendado a marceneiros locais, que executavam os modelos que lhes eram propostos.

No ano de 1897, o Congresso Pedagógico de Lisboa havia dedicado particular atenção ao tema da edificação escolar, sendo então utilizado o argumento de que, perante uma situação de analfabetismo, que atingia grande parte da população portuguesa, a inversão desta tendência deveria começar pela construção de escolas.<sup>33</sup>

A análise das plantas e dos alçados, desenhados por Adões Bermudes, revela bem as restrições impostas pela limitada dotação orçamental (não incluindo o valor do terreno, o custo do edifício não deveria exceder 40 réis por aluno), como defendera desde o início a Associação dos Engenheiros Civis.

No exterior, as fachadas dos edifícios reflectem uma certa modéstia, animadas apenas pelo campanário e por um friso em tijoleira, ornamentando a parte superior dos vãos das janelas e portas, conferindo uma nota de cor aos edifícios, que são de nítida inspiração em modelos franceses.

Em relação ao interior das escolas, a valorização da habitação do professor era seguramente a nota dominante em relação aos restantes espaços planificados, o que indicava uma vontade de promoção social do professor de instrução primária.

---

<sup>32</sup> idem. ibidem., p. 76.

<sup>33</sup> SILVA, Carlos Miguel Jesus Manique da (2002). *Escolas belas ou espaços são?: uma análise histórica sobre a arquitectura escolar portuguesa 1860-1920*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, p. 95.

Nas salas de aula, observaram-se genericamente as prescrições higiénicas em voga no estrangeiro, isto é, a iluminação unilateral de esquerda, as janelas com caixilhos amovíveis, embora o sistema de ventilação, pela falta de recursos financeiros, fosse simplificado a aberturas para entrada/saída do ar convenientemente distribuídas.

No entanto, o projecto continha novidades resultantes das conquistas de Pasteur, em fase de plena aceitação após 1894, nomeadamente, a obrigatoriedade de as paredes serem revestidas a azulejos na parte inferior; o revestimento do chão ser em substância impermeável; a inexistência de cimalha, molduras ou ornamentos salientes ou reentrantes no tecto e paredes, além de os cantos das salas serem arredondados para facilitar as lavagens e desinfecções.

Apesar de o concurso público omitir a questão do abastecimento de água, essa questão tinha sido focada no texto aprovado na referida sessão da Associação dos Engenheiros Civis, defendendo que, no caso de não haver fontes ou água da rede pública, se recorresse aos poços que não tivessem água inquinada.<sup>34</sup>

Na análise da planificação interna das escolas desenhadas por Adães Bermudes, reconhece-se algum distanciamento em relação às preocupações contemporâneas com a educação física e às actividades ligadas ao trabalho manual das crianças, consignados na Reforma da Instrução Primária de 22 de Dezembro de 1894 (com regulamentação em 18 de Março de 1896). Esta evidência resulta da ausência de espaços especializados para essas actividades, o que é compreendido à luz das limitações financeiras.

A Associação dos Engenheiros Civis Portugueses recomendou que se aproveitasse a sala de aula e o pátio coberto do recreio para os trabalhos manuais, acrescentando que no futuro poderiam ser construídas algumas casas destinadas a oficinas. Este dado indicava alguma subalternização do espaço destinado aos exercícios físicos.

O nível de desadequação do programa arquitectónico português, relativamente ao discurso pedagógico, agudiza-se quando confrontado com a arquitectura escolar contemporânea de outros países.

A partir do início do século XX, à medida que iam sendo levantadas as escolas Adães Bermudes, o tom de contestação aumentava, num momento em que os edifícios escolares se tornavam um tema forte do discurso pedagógico. As críticas centravam-se no número máximo de alunos permitido em cada sala (50), considerado exagerado e

---

<sup>34</sup> idem. ibidem., p.98

perigoso para a saúde dos alunos. Nesse período, pretendia-se justamente a adopção de medidas de solução pública destinadas a difundir os princípios de higiene preventiva nas classes sociais desfavorecidas, o que passaria necessariamente pela escola. Devido a esse factor, as críticas aumentaram. A arquitectura dos espaços escolares desempenhava um papel crucial para a realização desses objectivos, conduzindo à ideia da arquitectura ser depositária de uma missão “altamente social e moralizadora”. Os edifícios escolares Adões Bermudes, desenhados em 1898, são marcados pela ausência de ginásio e de mobiliário específico e pouco preocupados com zonas não edificadas para recreios e exercícios de ginástica, embora se verifique uma preocupação marcante com as exigências higienistas.

### 1.5.3 - Plano dos Centenários

As palavras públicas de Salazar e os textos da legislação oficial revelavam a importância e natureza que o Chefe do Estado Novo conferia às questões do ensino primário e das escolas oficiais. Havia a intenção de ensinar as crianças a ler e escrever, mas era prioritário educar ideológica e politicamente o povo. A escola tinha essa função.

Construíram-se alguns edifícios para escolas primárias, mas na orgânica dos serviços do estado teriam de ser previamente estabelecidas as orientações e o rigor que evitassem gastos supérfluos ou imprevistos, para evitar que acontecessem casos como os relatados no Despacho do Presidente do Conselho, de 4 de Agosto de 1937. O mesmo despacho refere que “à falta de planos e projectos bem estudados, mais vale que os serviços estejam quietos (...)”<sup>35</sup>

Os edifícios escolares, durante Estado Novo, obedeciam a projectos-tipo de arquitectura, definidos pelo Ministério das Obras Públicas, que se caracterizavam pela simplificação extrema e progressiva dos espaços interiores e acabamentos exteriores (em contraste com os projectos e normas técnicas produzidos durante a I República). A depuração dos espaços dos edifícios escolares inicia-se com os primeiros projectos da autoria de Raul Lino e Rogério de Azevedo, em meados dos anos 30, e vai-se

---

<sup>35</sup> BEJA, Filomena (1996). *Muitos anos de escolas vol. II - edifícios para o ensino infantil e primários anos 40 - anos 70*. Lisboa: Centro de Documentação e Informação, p.333.



acentuando ao longo do período em estudo, com as escolas do *Plano dos Centenários*, entre os anos 40 e 50, e as escolas *tipo rural* e *tipo urbano*, na década de 60.

Os edifícios escolares de Raul Lino, construídos durante os anos 30, têm uma construção onde predomina o tijolo, com características arquitectónicas regionais, e as três janelas ostentam, cada uma, no parapeito, um vaso longitudinal para plantação de flores. O telhado é revestido a telha de canudo. Cada edifício tem um pequeno alpendre de entrada, seguindo-se um vestíbulo de acesso à sala de aula e ao pátio coberto, onde se situam os sanitários.

Dentro da sala de aula existia um fogão de sala tipo lareira, situado na parede oposta à das janelas e junto à parede do quadro preto. No exterior, a chaminé tem um cata-vento, de ferro forjado, com motivo regional alegórico, girando sobre base construída em forma de arco, sobre-elevado de três centros.

Em 1933, foi aprovado um ante-projecto do plano geral para a construção destas escolas regionalizadas, a serem construídas em série. Foram assim definidas sete regiões, segundo os materiais e processos de construção existentes e as características climáticas: Algarve, Alentejo, Estremadura, Beira Litoral, Beira Baixa do Sul, Trás-os-Montes, e uma última que aglutina o Minho, Beira Baixa do Norte e Beira Alta. São projectos com qualidade estética e pressupondo a existência de uma ou várias salas de aula.

Até 1940, contudo, poucas escolas foram construídas por iniciativa do Estado. Era sobretudo devido à pressão de influentes locais e de doações que a sua construção era autorizada.

Por ocasião do duplo centenário da fundação de Portugal (1140) e da restauração da independência, após um período de 60 anos em que Portugal fez parte da coroa castelhana (1640), a Ditadura anunciou o grande plano para a concretização da rede escolar, que daria lugar a projectos-tipo designados por Plano dos Centenários. Na verdade, os edifícios deste plano são uma adaptação de dois dos projectos regionais anteriores, procurando tornar efectiva a separação por sexos: recreios divididos para meninas e meninos, entradas diferentes e salas também separadas por alas ou por pisos, segundo o número de salas.

Nas zonas rurais, o edifício mais comum era o de uma sala. Edifício pequeno, de uma grande singeleza, seguindo de um modo geral os projectos regionais, a que se retiraram os elementos decorativos susceptíveis de encarecerem a construção. Muitas destas salas não dispunham de iluminação eléctrica, uma vez que esta não estava

difundida por vastas zonas do país, (será nos anos 60 que se dará a progressiva expansão da rede eléctrica). Este plano de construções foi iniciado a partir de 1944, mas ficou muito aquém do número de edifícios previsto.

Nos centros de maior densidade populacional construiu-se um tipo de escola urbano, de 4, 6 ou mais salas, que resultava da ampliação do projecto para edifícios de uma ou duas salas. Nestes casos, os edifícios ou eram só para um sexo ou previam a separação da parte masculina e feminina.

Foram construídas em pedra e cimento, geralmente com uma ou duas salas de aula, com uma área que ronda os 50 a 100 metros quadrados. Têm normalmente três casas de banho, uma para os professores, uma para rapazes e outra para raparigas. Têm um hall de entrada não muito grande, um espaço coberto, mas aberto para o exterior, e um recreio ao ar livre. Não têm cantina, nem sala de professores.

Dado o tamanho destas escolas, os professores não tinham qualquer possibilidade de planificar as suas actividades em conjunto ou envolver-se em trabalho de grupo. Todo o trabalho era realizado dentro da sala de aula.

Desde os anos 30 que, na correspondência entre o Ministério das Obras Públicas e as Câmaras, se vinham expondo várias condições para a implantação dos edifícios escolares. Em Setembro de 1943, foram elaboradas as instruções para a escolha de terrenos destinados à edificação das escolas primárias. Esse documento orientaria tanto os Municípios, que deviam indicar os terrenos disponíveis, como os técnicos das Direcções de Edifícios, que os iriam inspeccionar e aprovar.

As principais regras a seguir em 1943 eram:

- “- Orientação entre Nascente e Sul, com preferência para a banda de Este.
- Área não inferior a 2000 m<sup>2</sup>, com uma frente adequada às dimensões das fachadas principais dos edifícios.
- Serem planos e, geologicamente, facilitarem a construção.
- Terem pontos de água, ou serem facilmente abastecíveis.
- Servirem correctamente o núcleo de princípios que o Plano dos Centenários determinava para a escola.”<sup>36</sup>

Parcelas de terreno com estas características eram muito difíceis de obter. O estado, quando considerava um terreno de utilidade pública, pagava um preço irrisório

---

<sup>36</sup> BEJA, Filomena (1996). *Muitos anos de escolas vol. II - edifícios para o ensino infantil e primários anos 40 - anos 70*. Lisboa: Centro de Documentação e Informação, p.106.

por m<sup>2</sup> e nesta época, em Portugal, havia um forte sentido de propriedade da terra, mesmo as que não tinham valor agrícola.

Devido a estes factores muitos edifícios escolares não foram construídos segundo as regras definidas em 1943.

Em 1949, foi publicado o decreto-lei nº 37 575, de 18 de Outubro, que vinha estabelecer as distâncias a que os edifícios escolares deviam ser construídos dos cemitérios e de estabelecimentos considerados insalubres, incómodos, tóxicos ou perigosos. As escolas passaram a ser construídas fora das povoações, muitas vezes em sítios ermos e muito distantes dos centros dos aglomerados populacionais. As crianças passaram a fazer longas caminhadas até às escolas, que ficavam longe dos sítios que as atraíam, como as lojas dos rebuçados, o largo das conversas dos adultos, etc.

No âmbito do Plano dos Centenários, construíram-se múltiplos edifícios escolares, com 1, 2, 3, 4, 6 e 8 salas de aula, alguns geminados e destinados a um ou dois eixos. Geralmente construídos nas zonas limítrofes das povoações, tinham como principais características:

- Construções sólidas, com predomínio do granito (azulado ou amarelo) ou do calcário, revestindo os peitoris das janelas, as portas exteriores e, o recreio coberto, cobria a base dos pilares. As paredes exteriores eram caiadas de cal branca.

- Um átrio de entrada dava acesso às salas de aula, situadas no rés-do-chão, à escadaria para as salas de aula, quando existentes, no 1º andar e ao pátio de recreio, coberto, onde se situavam os sanitários.

- Cada sala de aula tinham três janelas em arco na cimeira e as dimensões de 8 m x 6 m x 2,8 m.

- Por cima da porta principal, um bloco de granito ostentava o escudo nacional.

- Num dos cantos da sala de aulas, havia um fogão de sala em cuja chaminé exterior girava um cata-vento, de ferro forjado, por exemplo:

- Alentejo – a árvore, o pastor e o porco;

- Ribatejo – a árvore, o campino e o barco.

- Os pátios de recreio são vedados por grades, em argamassa de cimento, por pedra aparelhada ou por paredes de alvenaria, com acesso por pequeno portão de ferro forjado.

- No logradouro, abria-se um poço com instalação de bomba de água para colmatar a falta de água de abastecimento público.

- Também por falta de ligação à rede de esgotos, no logradouro eram construídas fossas como recurso.

Todos os edifícios construídos pelo Ministério das Obras Públicas, através da Direcção-Geral das Construções Escolares, tinham fixado, na parede da fachada principal, uma placa, em mármore, com as iniciais: M.O.P./D.G.C.E./ ano 19....<sup>37</sup>

Ao longo do tempo em que se desenvolveu o Plano dos Centenários, realizaram-se ajustes nas técnicas de construção e foram-se alterando os projectos iniciais dos edifícios.

#### **1.5.4 - Sem Plano**

O primeiro estudo realizado para os novos edifícios de escolas primárias, após o Plano dos Centenários, foi apresentado ao Ministro das Obras Públicas em Janeiro de 1956. Era um anteprojecto-tipo para edifícios de uma sala de aula, executado pelo Arquitecto Fernandes Peres e apresentado ao ministro na mesma data. Foi um trabalho de simplificação das fachadas, normalização de portas, de janelas e dos blocos sanitários.

O estudo enviado para apreciação do Ministro tomava como base os projectos já existentes, de que os edifícios de uma sala seriam o ponto de partida para os edifícios de qualquer número de salas. Apresentavam dois esquemas: um foi chamado Tipo Urbano e o outro Tipo Rural. Estes diferiam no grau de simplificação que apresentavam:

- O Tipo Urbano seria destinado às vilas e às localidades que, embora não tivessem essa categoria, apresentassem características de aglomerado urbano e que tivessem um certo desenvolvimento económico e demográfico;

- O Tipo Rural seria destinado às localidades essencialmente rurais e pouco evoluídas, com número reduzido de habitantes.

Com este tipo de edificações pretendia-se empregar elementos construtivos normalizados, que viriam a encurtar o prazo de execução das obras e requeriam mão-de-obra pouco especializada; deviam também reduzir ao mínimo os elementos arquitectónicos, considerados dispensáveis, e eliminar os que eram desnecessários.

---

<sup>37</sup> CEBOLA, Dionísio (1997). *Direcções Escolares (Subsidio para a sua história)*. Portalegre: Edições do Autor, p.110.

Estas duas soluções, correspondentes a dois tipos arquitectónicos específicos, estabeleciam critérios comuns:

- “1 - Uniformização das dimensões das salas de aula, vestíbulos e alpendres que diferem nos vários projectos-tipo actuais.
- 2 - Uniformização das dimensões de todos os vãos.
- 3 - Uniformização dos blocos sanitários.
- 4 - Simplificação das coberturas.
- 5 - Eliminação dos fogões de sala que, quando necessários, podem ser substituídos na sua função por salamandras.
- 6 - Redução de cantarias cujo emprego se limitará a peitoris, degraus e soleiras.
- 7 - Redução da espessura das paredes.”<sup>38</sup>

O programa de edifício para o Tipo Urbano mantinha os espaços das escolas do Plano dos Centenários, estabelecendo:

- “ - Sala de aula de 8 m x 6 m, com 3,50 m de pé direito.
- Vestíbulo dimensionado de forma a nele se poder desenvolver uma escada, para o caso do edifício vir a ser acrescentado de 1º andar.
- Recreio coberto com alpendre.
- Bloco sanitário.
- Pequena arrecadação.”<sup>39</sup>

O programa do edifício de Tipo Rural restringia-se à sala de aula, igual à do Tipo Urbano, com as mesmas dimensões, a um anexo com dois blocos sanitários e a um pequeno abrigo coberto na zona da entrada.

O anteprojecto trata ainda da modificação da cobertura, que deixa de ser de quatro águas no edifício e de três águas no alpendre, passando a duas ou mesmo a uma. Esta era a solução A. Quanto à solução B, admitia-se a possibilidade de substituir o travejamento de madeira por esteiras de tijolo e vigas de betão, que poderiam ser pré-fabricadas. Considerava-se ainda que a cobertura de telhas poderia, com alguma vantagem, dar lugar à chapa de fibrocimento vermelha.

Em 10 de Fevereiro de 1956, o Ministro Eduardo de Arantes e Oliveira aprovou, em princípio, a orientação dos estudos dos novos tipos de construção escolar e fez várias observações de ordem técnica, em que: optava pelos telhados de duas águas; excluía a hipótese de substituir as telhas por fibrocimento; mostrava entusiasmo pelo

---

<sup>38</sup> BEJA, Filomena (1996). *Muitos anos de escolas vol. II - edifícios para o ensino infantil e primários anos 40 - anos 70*. Lisboa: Centro de Documentação e Informação, p.149.

<sup>39</sup> idem. ibidem., p.150.

futuro recurso a elementos pré-fabricados; e alterava a localização das instalações sanitárias no tipo rural, chamando a atenção para a necessidade de economizar nos trabalhos adicionais de água e esgoto e nos arranjos exteriores.

O Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Secção de Processos de Construção), em Fevereiro de 1956, avaliou o estudo realizado pela Delegação para as Obras das Construções Escolares Primárias e elaborou o documento “Notas sobre o anteprojecto-tipo, modificado, das escolas”. Nestas notas faziam-se comentários técnicos sobre pilares, lajes, facilidades de ventilação e tratava-se também de detalhes funcionais como:

- “- Salientar que a orientação geral das plantas implica que os recreios ficassem expostos a Norte, o que se tornaria muito desagradável para as crianças.
- Falta de um bebedouro, para as crianças, que deveria ser introduzido no recreio.
- Interesse em aproveitar o mastro da bandeira (...) como pára-raios, (...).
- Conveniência de aplicar torneiras, nos lavabos, com boca roscada, para ligação de mangueiras e agulhetas que permitissem a lavagem das instalações sanitárias por jacto de água.”<sup>40</sup>

Como se tratava da análise de um estudo sobre construções escolares, foram também elaboradas as seguintes notas sobre as dimensões das salas de aula:

“A propósito também da disposição em planta deve referir-se, embora o problema possa transcender o tema proposto para apreciação, que as dimensões da sala de aula (48 m<sup>2</sup>) são bastante reduzidas em relação às áreas por aluno recomendadas.

Por 42 alunos (3 filas de 7 carteiras de 2 lugares) dispõe-se duma área unitária de 1,14 m<sup>2</sup> enquanto em Inglaterra se considera escassa a área de 1,68 m<sup>2</sup> /aluno, na Suíça se adopta 1,84 m<sup>2</sup> /aluno e na U.S.A. se atinge os 2,80 m<sup>2</sup> /aluno.”<sup>41</sup>

A Delegação para as Obras das Construções Escolares Primárias concluiu os projectos e os orçamentos para os edifícios de uma e duas salas, Tipo Urbano e Rural. A 8 de Março de 1956, enviou-os para o Ministério das Obras Públicas, acompanhado de informações acerca das Notas elaboradas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Destas notas, as observações de carácter mais técnico tinham sido contempladas no projecto, enquanto outras foram rejeitadas com as seguintes justificações:

---

<sup>40</sup> idem. ibidem., p.152.

<sup>41</sup> idem. ibidem., p.153.

“ - RECREIOS COBERTOS: Outra localização, que não a exposta a Norte, obrigaria à construção de paredes de abrigo e à elevação dos custos. Sendo o recreio coberto, as crianças podem abrigar-se da chuva; contra o frio elas defendem-se, por meio de exercício.

- SUPERFÍCIES DAS SALAS DE AULA: No estrangeiro existe, na verdade, a tendência para aumentar a superfície por aluno, mas este ponto dificilmente se concilia, no nosso caso, com a imposição de o custo dos edifícios ser menor que anteriormente.

- BEBEDOURO: É notória a carência de água potável nas escolas e esta circunstância não aconselha, a nosso ver, a instalação de bebedouros.

- INSTALAÇÕES SANITÁRIAS: Poucos casos há em que a limpeza poderá ser feita a jacto de mangueira; é diminuto o número de escolas ligadas a uma rede de distribuição de águas.

- MASTRO DA BANDEIRA: Foi eliminado o mastro de 9,50 m e será adoptado outro com menor dimensão fixado na parede da fachada principal do edifício.”<sup>42</sup>

A simplificação era ditada pela exigência de menores custos que levavam a decisões pouco adequadas face às regras de higiene, bem-estar e segurança.

As regras para escolha do terreno e construção de edifícios escolares viriam a ser oficialmente regulamentadas em 9 de Março de 1956, pela Portaria nº 15 760, do Gabinete do Ministro das Obras Públicas. Este documento era complexo e nele são explicadas com rigor todas as exigências necessárias à construção dos edifícios das escolas primárias.

“Os principais requisitos a atender na escolha dos terrenos para a edificação de escolas primárias serão os respeitantes a:

- 1º Orientação, área e topologia;
- 2º Natureza do solo e subsolo;
- 3º Situação e acessibilidade;
- 4º Facilidade para o abastecimento de água;
- 5º Facilidade para a evacuação de esgotos.”<sup>43</sup>

As instruções, definidas na portaria para cada um destes títulos, resumiam as condições que deveriam ser respeitadas, implicando o cumprimento de disposições legais, para a conveniente implantação e funcionamento das escolas.<sup>44</sup>

O Ministro das Obras Públicas aprovou os novos projectos e as estimativas dos custos da construção dos edifícios escolares, em 13 de Março de 1956.

Ainda em 1956, antes de serem lançadas as empreitadas de construção dos novos projectos de escolas, foi introduzida uma melhoria importante com a electrificação dos

<sup>42</sup> Ofício da DOCEP, nº 1553, de 8 de Março de 1956, citado por Beja. *ibidem.*, p153

<sup>43</sup> Portaria nº 15 760, de 9 Março de 1956, citado por Beja. *ibidem.*, p. 311.

<sup>44</sup> BEJA, Filomena. *ibidem.*, p.107.

edifícios. A maior parte das escolas Tipo Urbano e Tipo Rural, quando foram construídas, situavam-se em zonas sem electricidade, mas mesmo assim a respectiva instalação não deixou de ser feita.

Depois das primeiras Escolas Rurais terem começado a funcionar, tanto os professores como os técnicos que acompanhavam o comportamento dos edifícios assinalaram inconvenientes no abrigo junto à entrada. O abrigo era coberto mas não era fechado, apenas existia um murete com uma floreira, e uma cancela, que demarcavam o espaço escolar do exterior. O vento arrastava o lixo e a chuva entrava, o que o transformava num sítio sujo e desconfortável, muitas vezes aproveitado por vagabundos e famílias de etnia cigana que aproveitavam para pernoitar neles. Aí chegavam mesmo a instalar-se durante as férias. Foi então decidido fechar o espaço para evitar tais problemas.

Em 5 de Abril de 1961, a Lei nº 2107 <sup>45</sup> veio promulgar as bases de execução do Novo Plano de construção e substituir formalmente o Plano dos Centenários. Nesta lei, o governo comprometia-se a executar no menor prazo possível a nova rede de construções escolares, em substituição da parte que faltava executar do anterior Plano dos Centenários.

A mesma lei esclarecia que a designação de construções escolares abrangia escolas e as cantinas, incluindo o seu mobiliário e apetrechamento.

Os projectos Tipo Rural e Tipo Urbano foram sofrendo algumas alterações ao longo dos anos, conforme as necessidades das localidades onde se construíam os edifícios escolares.

Em Portugal, os programas curriculares mudaram e foram evoluindo os métodos de ensino. Pedagogos, arquitectos e engenheiros realizaram contactos com peritos estrangeiros, visitaram escolas de outros países e estudaram o aperfeiçoamento da relação espaço-criança-ensino. Foi construída em Mem-Martins uma escola piloto, onde se experimentou uma nova pedagogia e se observou a utilização do edifício. A liberdade dos movimentos das crianças e o estímulo à criatividade, gerados pelo espaço aberto, ganhavam adeptos. Como não era possível modificar totalmente os edifícios que tinham sido construídos, procurou-se rever os projectos dos Tipos Rural e Urbano de modo a possuírem, pelo menos, uma área para trabalhos manuais.

---

<sup>45</sup> Lei nº 2107 de 5 de Abril de 1961, citado por Beja. *ibidem.*, p.325.



Em 12 de Maio de 1971, a Direcção-Geral das Construções Escolares estudou a adaptação dos projectos-tipo às modernas concepções pedagógicas e arquitectónicas e foi apresentada uma solução que contemplava, entre outros, os pontos seguintes:

- “ - Aumento do espaço das salas de aula, à custa da largura do átrio, para uma área quadrada, com 7,10 x 7,10 (mais 2,5 m<sup>2</sup>/sala).
- Criação de áreas de trabalhos manuais, no prolongamento das salas de aula, ocupando parte do recreio coberto; dotava-se o espaço com ponto de água e furo para despejo, permitindo a criação duma “zona suja”.
- Remodelação dos blocos sanitários, com aumento do número de cabines e melhoria das condições de higiene do espaço.
- Equipamento das salas com painéis de parede, para expor os trabalhos dos alunos, e a criação de pequenas arrecadações, junto a cada aula, destinadas ao material escolar e didáctico.
- Construção, sobre a fachada posterior das escolas, de um pequeno recreio coberto para abrigo das crianças. Deveria haver um certo cuidado com o aspecto da fachada posterior, pois poderia ficar orientada para um arruamento principal, quando a configuração do terreno assim o exigisse.”<sup>46</sup>

A necessidade de reconverter e ampliar muitas escolas levou a que se procedesse a estudos caso a caso.

As construções escolares haviam percorrido um longo caminho.

Até ao Estado Novo, nenhum plano global relativo a construções escolares foi executado. Em 1909, Carneiro Moura considera que apenas 40% das escolas têm condições higiénicas e pedagógicas consideradas toleráveis, de que apenas metade funciona em edifícios próprios e construídos com essa finalidade.<sup>47</sup>

“ No caso do ensino primário, os edifícios vão adquirindo um simbolismo cada vez maior, desde as escolas Conde Ferreira (legado de 1866) até às escolas Adães Bermudes (projecto de 1898), terminando nas construções republicanas. Há uma progressiva imponência dos edifícios, concebidos como “templos laicos” com a residência do professor em lugar de destaque. O Estado Novo inverte esta tendência, apelando à modéstia e à sobriedade, características que estão bem presentes no mais importante programa de construções escolares do século XX, no Plano dos Centenários (1941).<sup>48</sup>

A construção de escolas primárias acompanha as preocupações de racionalização de meios da gestão do ministro Duarte Pacheco e põe fim aos projectos pontuais realizados pelos arquitectos da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

<sup>46</sup> BEJA, Filomena. *ibidem.*, p.181.

<sup>47</sup> NÓVOA, António (1987). *Le Temps des professeurs. Analyse socio-historique de la profession enseignant au Portugal (XVIII e XX<sup>e</sup> siècle)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, vol. II, p.579.

<sup>48</sup> *idem*. *Evidentemente – Histórias da Educação*. Porto: Edições ASA, 2005, p.63.

Em 1933, Raul Lino e Rogério de Azevedo são contratados pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais para elaborar os “Projectos tipo Regionalizados” de acordo com a Memória do Ante-Projecto do Plano Geral de Tipos-Regionais de Escolas Primárias Officiais a Construir em Série redigida por Guilherme Rebello de Andrade. Ambos tinham experiência neste tipo de programas e representavam a arquitectura qualificada de Lisboa e do Porto. Duarte Pacheco propõe construir uma rede de escolas, uniformizadas por região, que obedecesse aos critérios pedagógicos e higienistas da época. São projectadas 44 variações de 9 tipos diferentes.

Os projectos reflectem as características regionais, mas também o gosto romântico pela forma, no caso de Raul Lino, e a racionalidade granítica, no caso de Rogério de Azevedo. Estas escolas levaram a todo o território português a arquitectura culta, estabelecendo um estereótipo formal da nova arquitectura portuguesa, principalmente com as propostas da Região Norte.

A entrada de Carneiro Pacheco, em 1936, para o Ministério da Educação Nacional iria consolidar e ampliar a ideia de que o melhor veículo para transmitir as propostas sociais do Estado Novo seria a educação. Para a educação do povo, o novo Ministério da Educação Nacional (como se passa a designar nesse ano) lança três medidas fundamentais: novos conteúdos pedagógicos, os livros únicos, a Mocidade Portuguesa e um plano de construções, denominado Plano dos Centenários. Estas novas escolas seriam o reflexo do encerramento do Estado Novo na construção da sua própria imagem.

É durante o Estado Novo que se estende a todo o país a construção de um parque escolar, uma vez que os modelos anteriores, apesar da sua importância simbólica, tiveram uma fraca implantação nacional.

## Capítulo II - Escolas de Portalegre

### 2.1 - O Município e a Educação

Os municípios têm sido uma das instituições locais mais solicitadas a trabalhar no campo educativo, quer como interventores autónomos, quer como parceiros do Estado ou de instituições particulares. Indicadores desse fenómeno são tanto as referências legais, como as solicitações locais à sua intervenção. “É sabido que em Portugal, como aliás nos países da Europa Meridional, só muito mais tarde do que na Europa Nórdica se reconheceu ao município alguma intervenção na educação escolar.”

49

A história da educação está intimamente ligada a uma dialéctica constante entre as relações entre o espaço local e o espaço nacional.

A escola surge como um aliado providencial do Estado-Nação, cuja emergência, pressupunha a defesa e preservação da sua identidade e da sua dimensão territorial. Assim, ao sistema escolar caberia um papel educador em substituição da igreja e das comunidades locais.

A estatização da educação reforçava, assim, o controlo do estado, para o que contribuiria de forma significativa a reforma dos Estudos Menores e a expulsão dos Jesuítas pelo Marquês de Pombal.

“(…) a partir das reformas pombalinas inicia-se o período da superintendência do estado sobre a educação escolar que caracteriza a Época Moderna e contemporânea com o consequente afastamento da Igreja dos centros de decisão política, educativa e da administração dos estabelecimentos de ensino”.<sup>50</sup>

Com a Revolução de 1820, os municípios veriam reforçadas as suas responsabilidades no domínio da educação, instrução e ensino.

No entanto seria a partir de 1832 que o papel das Câmaras se tornou mais interventivo, agora em colaboração com outras instituições.

---

<sup>49</sup> António Sousa Fernandes citado por ALMEIDA. Alberto de Jesus. O papel dos municípios na educação em Portugal. *Revista Ibero - Americana de Educação*. [Consultado em 20 Maio de 2007] disponível em [www: <URL:http://www.rieoei.org/deloslectores/826Almeida.PDF>](http://www.rieoei.org/deloslectores/826Almeida.PDF): ISSN: 1681 – 5653, p. 1.

<sup>50</sup> Idem. ibidem., p. 1.

Tal colaboração manifestar-se-á, no entanto, sobretudo, no pagamento de gratificações aos professores. Esta situação alterar-se-á um pouco a partir da década de setenta com a Reforma da Instrução Primária,<sup>51</sup> como refere no Capítulo III, Da Constituição e dotação de escolas, do artigo décimo sexto “A instrução primária do 1º grau de ambos os sexos e encargo obrigatório das Camaras Municipaes”. No 1º do mesmo artigo refere que a educação é encargo obrigatório das Câmaras Municipais e das juntas Gerais de Distrito, as quais têm a seu cargo metade das despesas. Às câmaras caberia o aluguer de casas para escolas e habitação para professores, o ordenado do professor, o mobiliário e a aquisição de algum material didáctico para os alunos. Em virtude do seu reduzido orçamento, tais encargos esgotavam a intervenção e os recursos dos municípios, a nível da instrução pública.

«Em 1875, Rodrigues Sampaio precede o seu plano reformador com as seguintes palavras memoráveis: Esta desgraça (refere-se à falta de escolas e de alunos) que, em assuntos de instrução nacional, é uma calamidade pública mais terrível pela sua permanência que as revoluções do mundo físico, procedeu de se não haver compreendido que, para se desenvolver e prosperar, a instrução elementar absolutamente precisa da iniciativa local; sendo a gerência do estado impotente e ineficaz para a difusão da instrução primaria que carece do meio que lhe é próprio e só se expande com o concurso unânime de todos os cidadãos».<sup>52</sup>

Esta iniciativa local traduzir-se-ia na construção de escolas, na criação e manutenção de cursos de alfabetização, na nomeação e remuneração de professores e na concessão de subsídios aos alunos.

Será, no entanto, somente em 1878 com António Rodrigues Sampaio que se corporiza uma reforma administrativa descentralizadora, com alargamento das competências e autonomia municipais, definindo-lhes, como essencial domínio da sua intervenção, a tarefa da Instrução Pública. No Capítulo X da Lei de 1878, o artigo 61º diz: “ Os vencimentos dos professores e ajudantes de ambos os sexos, das escolas de instrução primaria com o ensino elementar e complementar são encargo obrigatório das câmaras municipaes” No nº 1 do mesmo capítulo “ Incumbe às juntas de parochia dar casa para escolas, ministrar habitação aos professores, fornecer mobília escolar, organizar a bibliotheca das escolas e auxiliar as commissões promotoras de beneficencia e ensino”

---

<sup>51</sup> Reforma de instrução Primaria de 16 de Agosto de 1870.

<sup>52</sup> PEIXOTO, Augusto César de Magalhães, (1922), *Descentralização do ensino primário*, Lisboa: Imprensa Nacional, p.9.

Na lei de 11 de Junho de 1880, as Câmaras para fazer face às despesas, na falta de receitas próprias a tal destinadas, são obrigadas a lançar um imposto especial para a instrução primária, directo ou indirecto, que poderia atingir o equivalente ao produto 15% adicionais às contribuições gerais directas do Estado.

A incumbência conferida às “juntas geraes de distrito”<sup>53</sup> ficou seriamente comprometida pela lei de 11 de Julho de 1880, pois que reduzia os meios para colmatar a falta de receitas ordinárias a aplicar na instrução. As mesmas podiam lançar um adicional de 3% sobre as contribuições gerais do estado, destinadas a essa aplicação. As “juntas geraes de distrito” ficaram assim com evidentes limitações financeiras para fazerem face à obrigação legal de construírem escolas primárias.

Segundo Sousa Fernandes<sup>54</sup>,

«A participação das Câmaras Municipais no financiamento do ensino primário é também uma medida retomada das reformas de D. António Costa e Rodrigues Sampaio que tinha sido abandonada na reforma de João Franco. Há porém algumas medidas inovadoras: a introdução do ensino infantil e a criação de um serviço de assistência escolar em cada município, que visava suprir as carências de base económica e sanitária da população estudantil originária das classes populares».

Estas atribuições confiadas às câmaras municipais encontravam-se já contempladas em anteriores reformas da Instrução Pública, as quais se podem sintetizar como:

- Manutenção dos edificios escolares;
- Fornecimento de equipamentos e materiais escolares.

O desenvolvimento da Instrução Pública era um desejo partilhado por todos os sectores da vida política e cultural do século XIX. No entanto tal consenso nacional esbarrava, invariavelmente, nos poucos recursos à disposição da administração pública, do Estado e das autarquias, os quais não conseguiam fazer face ao grande défice de equipamentos públicos.

A insuficiência de recursos económicos foi um factor sempre presente nas sucessivas reformas implementadas. Assim, a nova reforma de Rodrigues Sampaio, exigia um suporte financeiro que os cofres do Estado não conseguiriam suportar. A

---

<sup>53</sup>Lei de 11 de Junho de 1880.

<sup>54</sup>António Sousa Fernandes citado por ALMEIDA. Alberto de Jesus. O papel dos municípios na educação em Portugal. *Revista Ibero - Americana de Educação*. [Consultado em 20 Maio de 2007] disponível em [www. <URL:http://www.rieoei.org/deloslectores/826Almeida.PDF>](http://www.rieoei.org/deloslectores/826Almeida.PDF): ISSN: 1681 – 5653, p. 2.

solução encontrada foi o lançamento de impostos para a Instrução, cuja cobrança e administração ficou a cargo das câmaras municipais.

As atribuições dos municípios em termos de educação apresentavam-se amplamente limitadas pelos condicionalismos económicos, os quais eram, ainda, acompanhados por dificuldades económicas a nível geral. Tal situação conduzia, muitas vezes, apesar do protesto dos professores, ao desvio, para outros fins, das verbas destinadas à educação.

Nesta conturbada conjuntura económica, os recursos financeiros influenciaram de forma decisiva o carácter centralizador ou descentralizador das reformas implementadas ao longo do século XIX.

A última década do século XIX e a primeira década do século XX correspondem a um período em que a ideia monárquica vai perdendo gradualmente a sua legitimidade e as próprias instituições monárquicas vão mergulhando numa crise cada vez mais irreversível. No Decreto de 4 de Dezembro de 1901 é referido que

“ É da máxima vantagem, senão necessidade absoluta que os serviços escolares sejam alheios e superiores a quaesquer mesquinhas influencias da politica local. Por isso collocamos os professores primários inteiramente fora da pedendencia das auctoridades administrativas dos concelhos, que para o futuro nenhuma intervenção terão na sua posse, nem na organização das folhas de vencimento e de faltas.”

Decadência, regeneração e progresso são conceitos-chave do pensamento português na transição do século XIX para o século XX que caracterizam o discurso republicano sobre educação. “Eram traves-mestras deste pensamento republicano inicial a descentralização municipalista, o federalismo ibérico e o associativismo, para além da ideia central da república”.<sup>55</sup>

A educação escolar torna-se um objectivo primordial, na Iª República, já que será através dela que se conseguirá atingir e consolidar a democratização e modernização do país, sendo a educação moral e cívica o trampolim para a sua consecução e a escola um dos pilares da República.

A descentralização do ensino primário e as competências das Comarcas Municipais, no que respeitava a instalações escolares, foram enunciadas também em

---

<sup>55</sup>PINTASSILGO, Joaquim, (1998), *República e Formação de Cidadãos – a Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri, p. 48.

1911, no Decreto de 29 de Março, e, posteriormente, regulamentadas pelo Decreto 134, de 15 de Setembro de 1913.<sup>56</sup>

O mesmo decreto refere, no Capítulo IV, no Artigo 36º que

“ Todas as escolas de instrução primária, seja qual fôr o grau de ensino que nelas se professe, devem, em regra, ser instaladas em edifícios próprios; sendo também necessário que todas possuam o mobiliário e material didáctico indispensável, para bem corresponderem ao seu objectivo.

As Câmaras Municipais devem proceder, desde já ao estudo sôbre a referida instalação, providenciando também acêrca da revisão das escolas existentes, para apurarem as que devem conservar-se, converter-se ou mudar de sede.”

Na parte II do mesmo decreto, no capítulo I, são referidas as despesas pagas pelo Estado e pelas câmaras com os serviços da instrução Primária. Ao estado compete pagar as despesas relativas à direcção e fiscalização do ensino primário. As Câmaras municipais tinham de pagar: rendas das casas das escolas e de habitação do professor; subsídio para a renda da casa do professor, quando não tivessem casa; aquisição de material didáctico e mobiliário; reparação e conservação dos edifícios escolares; ordenados dos professores; seguro dos edifícios escolares; expediente e limpeza e as despesas com os exames.

A República portuguesa viu na inclusão da educação cívica nos currículos, um instrumento indispensável para estabilizar o regime e um factor de legitimação do poder. Assim, a educação escolar na Primeira República tinha uma finalidade claramente política e democrática, opondo-se à monarquia e aos seus valores centrados no catolicismo.

“A alta e patriótica missão que os municípios vêm desempenhando na administração local incita-os a enfrentarem com o maior ardor o magno problema do ensino popular, procurando reaver a sua administração a fim de continuarem a obra admirável da descentralização, concorrendo assim para que as crianças, os cidadãos de amanhã, aqueles que hão-de ser os defensores da Pátria e os dirigentes dos destinos da Nação, possam encontrar, durante a idade escolar, o auxílio de que carecem e a que têm direito transformando o grande santuário da escola num centro propulsor do desenvolvimento e da riqueza da nossa nacionalidade”.<sup>57</sup>

---

<sup>56</sup> BEJA, Filomena e Outros (1989). *Muitos anos de escolas vol. I - 1ª parte: edifícios para o ensino infantil e primário até 1941*. Lisboa: Centro de Documentação e Informação, p. 289.

<sup>57</sup> PEIXOTO, Augusto César de Magalhães, (1922), *Descentralização do ensino primário*, Lisboa: Imprensa Nacional, p.12.

Os municípios possuíam, eles mesmos, uma visão crítica do papel que lhes era destinado na missão educativa, sobretudo em virtude dos escassos recursos económicos ao seu dispor. Tal preocupação era igualmente manifestada pelos professores, os quais, para além do conhecimento que tinham da situação financeira das autarquias, receavam a falta de pagamentos dos salários, bem como as dependências políticas locais que tal situação poderia originar.

“E, parece-nos, ser, o caso dos professores primários que com uma incoerência lamentável, ou por motivos que não vêm para aqui, se opõem à descentralização do ensino. E dizemos incoerência porque, antes de 1913, eles reclamavam na sua imprensa e nas suas reuniões, e agora mesmo, depois da última centralização, os seus clamores na imprensa contra as irregularidades do Estado, são constantes”.<sup>58</sup>

Sousa Fernandes, analisa e sintetiza toda esta situação:

“A descentralização do ensino primário e infantil traduziu-se numa transferência de encargos financeiros do estado para as Câmaras Municipais, mas não na transferência de competências na elaboração e controlo do projecto educativo. A aplicação da descentralização deparou com dificuldades e resistências que conduziram ao seu abandono em 1918:

- escassez dos recursos camarários para suportar os custos da educação que conduziu a várias medidas legislativas destinadas a supri-las com subsídios estatais;

- no desvio da contribuição municipal para a instrução primária, para outras finalidades o que mostra que não havia consonância entre as autarquias e o governo quanto à importância política da instrução popular;

- na oposição dos professores primários à sua transferência de funcionários do Estado para funcionários municipais, pois, viam nesta transferência uma ameaça à sua estabilidade económica e à sua independência em relação às influências locais. Com o Decreto de 12 de Julho de 1918, regressa-se à centralização plena”.<sup>59</sup>

Apesar desta intrincada relação entre o local e o central, o Estado nunca abdicou das competências no domínio pedagógico, curricular e inspectivo.

A participação dos municípios restringia-se aos contributos financeiros que lhe eram impostos, não tendo sequer a superintendência administrativa da gestão dos edifícios escolares. Deste modo, e segundo Sousa Fernandes, “ (...) os municípios e os cidadãos tinham sobretudo deveres e não direitos educativos; o dever de mandar os

---

<sup>58</sup> Peixoto citado por ALMEIDA. Alberto de Jesus. O papel dos municípios na educação em Portugal. *Revista Ibero - Americana de Educação*. [Consultado em 20 Maio de 2007] disponível em [www.rieoei.org/deloslectores/826Almeida.PDF](http://www.rieoei.org/deloslectores/826Almeida.PDF): ISSN: 1681 – 5653, p. 4.

<sup>59</sup> António Sousa Fernandes citado por ALMEIDA. Alberto de Jesus. *Ibidem.*, p.4 .



filhos à escola, expressa na obrigatoriedade, no caso dos pais; e o dever de contribuir para as despesas educativas, no caso dos municípios”.<sup>60</sup>

“É incompreensível que não tendo as Câmaras capacidade para administrar o ensino primário se lhes imponha a obrigatoriedade de satisfazer os encargos respectivos, o que demonstra que o Estado considera como interditos na administração do ensino os Municípios, nomeando como tutores umas juntas de que fazem parte, em cada concelho, dois representantes da respectiva Câmara e portanto, igualmente interditos os quais não têm evidentemente competência legal para administrar uma coisa que por lei lhes é vedada”.<sup>61</sup>

Também os republicanos, apesar de terem na instrução uma das suas grandes paixões, não conseguiram ultrapassar os constrangimentos à autonomia financeira dos municípios. Assim, os problemas financeiros das autarquias mantiveram-se durante toda a 1.<sup>a</sup> República, apesar das grandes reformas então implementadas a nível da administração autárquica.

As autarquias não conseguiram ultrapassar o seu papel de contribuinte financeiro, nunca se tendo desenvolvido, em Portugal, uma verdadeira tradição de intervenção das autarquias locais na administração da educação.

A tendência centralista agravou-se durante o período do Estado Novo, no qual Salazar substituiu na administração das escolas a intervenção local pela do poder central, fazendo depender apenas dos municípios o controlo das políticas locais sobre os professores e a responsabilidade da reparação e conservação das infra-estruturas escolares.

“ As câmaras Municipais suportarão directamente os encargos provenientes da aquisição ou expropriação dos terrenos necessários, salvo o disposto no nº3 da base XI, e participarão nas demais despesas resultantes da execução do Plano com 50% do respectivo montante.

O reembolso ao Tesouro das comparticipações devidas pelas Câmaras Municipais nos termos do número anterior, será efectuado mediante o pagamento de anuidades que não excedam para cada obra 1/20 da respectiva comparticipação. Estas anuidades serão fixadas de modo que as despesas municipais provenientes de execução do Plano dos Centenários e do Novo Plano, para reembolso do Estado, não excedam em cada ano 10% das receitas ordinárias (...)”<sup>62</sup>

A generalização do ensino traria para a escola muitos problemas até então ocultos ou, de alguma forma, resolvidos pela sociedade. Atribuições como a segurança, a educação

---

<sup>60</sup> António Sousa Fernandes citado por ALMEIDA. Alberto de Jesus. Ibidem., p. 4.

<sup>61</sup> PEIXOTO, Augusto César de Magalhães (1922). *Descentralização do ensino primário*, Lisboa: Imprensa Nacional, p.7.

<sup>62</sup> Lei nº 2107, de 5 .4. 1961, *Capítulo I e II*

ecológica, a educação cívica, a formação profissional, a integração social, a ocupação dos tempos livres, etc., passaram a ser incumbência da escola. A escola nunca enjeitou estas novas responsabilidades, apelando, no entanto, a outras instituições com capacidade para os resolver, procurando a operacionalização de conceitos como o de parceria, comunidade educativa, território e município educativo.

Neste sentido, Sousa Fernandes afirma

“(…) tem-se imposto cada vez mais uma visão integradora que conjugue os esforços de todos os parceiros sociais do território nos processos educativos anteriormente apenas assumidos pela escola ou por outros parceiros isolados. É nesta perspectiva que é referido o município como uma das instituições relevantes do espaço local que não pode estar ausente da acção educativa”.<sup>63</sup>

No entanto, só no pós o 25 de Abril de 1974, os municípios seriam dotados de mais competências e meios financeiros, permitindo-lhes adoptar uma atitude mais interventiva nas tarefas da Instrução e Administração Escolar.

“(…) nos anos que se sucederam ao 25 de Abril, se operou uma profunda revolução na forma como a educação escolar e não escolar passou a ser enfrentada pelo poder local autárquico. De uma obrigação periférica aos interesses municipais, imposta pelo poder central e relutantemente aceite, como era o caso durante o regime anterior, passou a integrar o núcleo normal das intervenções e preocupações municipais. É sem dúvida um dos mais perceptíveis efeitos da democratização do poder local”<sup>64</sup>

A Constituição da República de 76 define as autarquias locais como “pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas” (Art.º 237.º n.º1 e n.º 2).

“A intervenção das Câmaras Municipais (...) Isto não resulta apenas das crises porque passam os sistemas educativos centralizados após a massificação (...). É também a emergência de algum protagonismo municipal na resposta a solicitações do seu contexto local que tem tornado, mais perceptível a observação deste fenómeno”.<sup>65</sup>

---

<sup>63</sup> António Sousa Fernandes citado por ALMEIDA. Alberto de Jesus. O papel dos municípios na educação em Portugal. *Revista Ibero - Americana de Educação*. [Consultado em 20 Maio de 2007] disponível em [www: < URL:http://www.rieoei.org/deloslectores/826Almeida.PDF>](http://www.rieoei.org/deloslectores/826Almeida.PDF); ISSN: 1681 – 5653, p. 5.

<sup>64</sup> António Sousa Fernandes citado por ALMEIDA. Alberto de Jesus. *ibidem*, p.5.

<sup>65</sup> António Sousa Fernandes citado por ALMEIDA. Alberto de Jesus. *ibidem*, p.5.

Após o 25 de Abril de 1974 e as grandes manifestações do poder popular que se lhe seguiram, assistiu-se ao reconhecimento crescente do papel do município na educação.

Segundo Sousa Fernandes<sup>66</sup>, da Revolução de Abril até à publicação da Lei de Bases, os municípios são meros contribuintes financeiros da educação escolar. “(...) o município é considerado apenas um contribuinte líquido para as despesas públicas com a educação escolar”.

Em Portugal, o papel do município na educação está estreitamente ligado ao ressurgimento do município como autarquia local. Como diz César Oliveira,<sup>67</sup> a partir de 1974, os municípios portugueses recuperaram, após um ocaso de 140 anos, a autonomia que usufruíam no Antigo Regime e conquistaram novas atribuições e competências próprias e exclusivas. Simultaneamente com a Lei das Finanças Locais, passaram a dispor de outras capacidades de investimento inexistentes nos períodos liberal, republicano e salazarista. Estes dois factores deram ao município uma grande capacidade de intervenção local em todos os domínios, inclusivamente educativos.

Ora a época moderna trouxe uma nova sensibilidade para a importância da educação escolar no público em geral que se repercutiu também a nível municipal, onde passou a haver um conjunto importante de professores exercendo cargos autárquicos.

Isto fez com que, ao contrário das épocas anteriores em que o município tinha sido forçado a intervir na educação, a partir de 1974, são os municípios que por iniciativa própria investem nesse domínio em construções ou recuperação de edifícios, no apoio à educação de adultos e no desenvolvimento de actividades educativas de complemento e ocupação de tempos livres.

---

<sup>66</sup> António Sousa Fernandes citado por ALMEIDA, Alberto de Jesus. Ibidem., p. 6.

<sup>67</sup> OLIVEIRA, César de (dir.) (1996), *História dos municípios e do poder local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 12.

## 2.2 - O Município de Portalegre e a sua Política Educativa

Ministério da Instrução Pública foi criado em 1870, tendo tido grande influência neste processo D. António da Costa, que foi, então, nomeado ministro. O novo (e primeiro) ministro da Instrução revelou-se, de algum modo, um defensor da instrução feminina e do ensino normal para raparigas. Também a descentralização foi um dos pontos mais debatidos nas suas obras. Dizia:

"A situação actual do ensino, fundada na acção directa do estado não poderá por forma alguma resolver o problema da instrução em Portugal. (...) O sistema que propomos é este: a escola primária será dotada pela paróquia, auxiliada pelo município na míngua de meios paroquiais e pelo estado na insuficiência do município."

Em 1893, João Franco e Jaime Moniz regressam à centralização e abrem concursos para a apreciação e selecção de livros escolares.

No Decreto de 4 de Dezembro de 1901 é referido que era necessário que os serviços escolares fossem alheios as influências da política local. Os professores primários ficavam fora da administração dos concelhos.

Em 1910, dá-se a implantação da República e, três anos depois, é criado pela terceira vez o Ministério da Instrução Pública, que funcionará regularmente até aos nossos dias. A máxima da 1ª República passa a ser a dignificação do Homem, de que saber ler, escrever e contar não deverão ser os fins, mas sim o caminho para atingir essa dignificação. Daí, a sua grande preocupação na oferta da educação, no aumento da escolaridade obrigatória e na extinção do analfabetismo.

"Apostados na resolução de algumas questões fundamentais da regeneração e progresso da sociedade portuguesa, nomeadamente no combate ao analfabetismo, os republicanos permitiram que os municípios tomassem decisões fundamentais, no que se refere a criação de Cursos Móveis para crianças e adultos, alguns de natureza profissional, ao arrendamento de salas de aula (...)."<sup>68</sup>

As Câmaras Municipais voltam a ter um papel preponderante na instrução. O Decreto de 29 de Março de 1911 determina que as despesas com os serviços de instrução primária sejam distribuídas pelo Estado e pelas Câmaras Municipais. Na Parte II "Da administração e assistência escolar", mais especificamente no capítulo I. "Da

---

<sup>68</sup> MAGALHÃES, Justino (2006). O Local e a Educação: Para a História do Município Pedagógico. *Revista de Administração Local*, nº 215. Setembro – Outubro, p. 611.

Dotação do Ensino”, no artigo 52 ponto 2º, refere-se que compete às Câmaras Municipais pagarem as despesas de administração do ensino primário de todas as categorias e que digam respeito aos seguintes encargos: renda das casas das escolas e de habitação dos professores; aquisição de material escolar e mobiliário escolar necessário ao funcionamento das escolas; reparação e conservação dos edifícios escolares; prémio de seguros dos mesmos edifícios; expediente e limpeza das escolas; despesas com os exames de instrução primária e ordenados dos professores.

No capítulo II, “Da administração escolar”, o artigo 64 incumbe as Câmaras Municipais de: organizar o cadastro das escolas públicas e particulares, assim como o dos professores primários do concelho; elaborar o orçamento da instrução primária; organizar os processos para a criação, transferência, conversão ou suspensão de escolas; organizar o registo das escolas e professores de ensino particular do concelho; nomear, transferir e demitir todo o pessoal docente e propor ao Governo, por intermédio do inspector da circunscrição, a aposentação do mesmo pessoal; pagar aos professores os seus vencimentos; nomear os seus delegados nas paróquias; conceder licenças aos professores, até quinze dias em cada ano, com vencimento e providenciar sobre as respectivas substituições; vigiar a aplicação do disposto de 17 de Janeiro de 1911, relativamente ao repouso concedido às professoras em estado de gravidez; organizar as folhas das rendas dos edifícios escolares; celebrar todos os contratos que forem necessários à regular administração do ensino; promover a instalação e organização das escolas do concelho; promover a obrigatoriedade do ensino, a escolaridade e a assistência escolar; aprovar os horários das escolas em harmonia com as necessidades locais; promover o desenvolvimento do ensino primário, cumprindo e fazendo cumprir todas as respectivas leis e regulamentos; obviar o encerramento de qualquer escola e dar posse aos professores, a qual deverá efectuar-se no prazo de quinze dias após a nomeação. O espaço municipal como território pedagógico ganhava um novo fôlego potenciado pela nova legislação.

Em Portalegre, a Câmara Municipal deu cumprimento ao Decreto de 29 de Março de 1911, como se pode constatar na análise das actas das suas reuniões realizadas mensalmente entre 1912 e 1917. Através dessa análise, pode verificar-se como a Câmara administrava as competências que tinha em relação à administração e assistência escolar.

“...A lei que reformou a Instrução Primária acarretou para as Câmaras grandes encargos sem que indicasse a maneira de lhes fazer face. Consultadas as

estações superiores acerca da forma de obter receita para equilibrar esse enorme acréscimo de despesas, responderam que se aguardassem instruções (...).

A Instrução Primária para a qual esta Câmara no ano findo contribuiu com um conto novecentos e trinta e três mil reis e no corrente ano tem de contribuir com dois contos quatrocentos e sessenta e oito mil reis (2:468\$000 reis) ou sejam mais quinhentos e trinta e cinco mil reis.”<sup>69</sup>

Apesar das intenções generosas, o município desde logo se deparou com falta crónica de meios financeiros para corresponder às necessidades da educação que tinha a seu cargo.

O poder da Câmara sobre os professores primários pode ver-se no exemplo da acta de 8 de Janeiro de 1914, na nomeação do professor da escola de S. Lourenço. Apesar de a inspecção informar o município que o professor seleccionado não constava da proposta graduada, a Câmara escolheu um professor que não pertencia à lista.

“Ofício da inspecção da primeira Circunscrição Escolar, pedindo para esta câmara informar se haveria engano no nome do professor nomeado pela câmara transata, visto que no anúncio do Diário do Governo se indica António da Silva Carvalho quando este nome não está incluído na proposta graduada, e dizendo mais que a quem competia o lugar era a Francisco Ventura d’Oliveira. O Excelentíssimo Presidente comunicou que lhe tinha respondido, dizendo-lhe que a nomeação recaiu no cidadão António da Conceição Carvalho, por unanimidade de votos.”<sup>70</sup>

A preparação científica e pedagógica dos professores ficou dependente da sensibilização das Câmaras Municipais para o assunto. Por vezes, esta colidia com os critérios globais de ordenação dos docentes, adoptados pelo poder central. A Câmara de Portalegre, pela análise da acta de 26 de Março de 1914, mostra estar sensibilizada para a necessidade de os professores se formarem e actualizarem pedagogicamente e cientificamente.

”Ofício da Repartição da Instrução Primária Normal, pedindo à Câmara para que não fossem levantadas dificuldades aos professores primários deste concelho que desejassem assistir ao Congresso Pedagógico que se realiza em Lisboa de quinze a dezanove de Abril.

A Comissão deliberou aceder ao solicitado naquele ofício, devendo officiar-se a todos os professores comunicando-lhes que não seriam descontadas as faltas que dessem de catorze a vinte de Abril, quando fossem justificadas por um certificado de presença passado pelo Secretario Geral do Congresso”<sup>71</sup>

Em 1914, as Câmaras passavam a ser responsáveis por conceder as licenças aos professores primários, como se verifica nas seguintes actas:

---

<sup>69</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 22 de Janeiro de 1912.

<sup>70</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 8 de Janeiro de 1914.

<sup>71</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 26 de Março de 1914.

“Circular do inspector do circulo escolar de Portalegre, comunicando que o Sr. Ministro da Instrução Publica determina que as licenças aos professores primários sejam concedidas pelas Câmaras Municipais (...).”<sup>72</sup>

“Ofício do cidadão Secretario Geral do Ministério da Instrução Publica, em resposta a um outro que lhe foi enviado por esta Câmara, dizendo que lhe parece que a Câmara pode conceder até quinze dias de licença, com vencimento, e sem sêr por motivo de doença, aos professores primários, sem ofensa da lei e em harmonia com o estabelecido no número oito do artigo sessenta e quatro do decreto com força de lei de vinte e nove de Março de mil novecentos e onze. A Comissão ficou inteirada.”<sup>73</sup>

“Ofício da professora do segundo lugar da freguesia da Sé D. Catarina de Jesus Martins solicitando por motivo de doença, que comprova com atestado médico, sessenta dias de licença.

A Comissão concedeu-lhe a licença pedida, nomeando interinamente para a substituir enquanto durar o seu impedimento a professora diplomada D. Inês Margarida de Carvalho, devendo ser comunicada esta resolução às interessadas e inspector primário.”<sup>74</sup>

Uma das competências das Câmaras consistia no pagamento dos vencimentos dos professores e da renda da casa de habitação dos mesmos. A Câmara de Portalegre cumpriu com as suas obrigações e preocupava-se com o bem-estar dos professores. Alguns docentes chegam mesmo a agradecer à Câmara o aumento dos seus vencimentos.

“Ofício da professora da escola do sexo feminino do Reguengo, agradecendo a esta câmara o aumento de ordenados aos professores incluído no orçamento ordinário do futuro ano”<sup>75</sup>

Durante este período, era também competência da Câmara Municipal arcar com as despesas relativas a aquisição de mobiliário e material escolar, rendas das casas da escola e de habitação dos professores, assim como com a conservação dos edifícios escolares.

Nas actas da Câmara deste período encontra-se, com frequência, referência aos ofícios enviados pelos professores pedindo a reparação das casas e salas que servem de escola. Os mesmos demonstram o mau estado em que os edifícios se encontravam. São exemplo desses pedidos os seguintes ofícios:

---

<sup>72</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 23 de Abril de 1914.

<sup>73</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 8 de Fevereiro de 1917.

<sup>74</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 4 de Março de 1915.

<sup>75</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 7 de Dezembro de 1916.

“Ofício do professor da escola do sexo masculino de São Lourenço, pedindo para ser reparada com toda a urgência o estuque do vestiário e sala da escola, que ameaçam ruína, tendo já desabado parte da casa destinada a vestiário. A Comissão deliberou mandar proceder imediatamente às obras.”<sup>76</sup>

“Ofício do professor da escola da freguesia de São Lourenço, desta cidade, pedindo para ser reparada a porta da entrada para o quintal, do edifício escolar, que esta deteriorada. A Comissão deliberou mandar proceder ao concerto pelo carpinteiro da Câmara.”<sup>77</sup>

A Câmara Municipal de Portalegre, apesar de se queixar do acréscimo das despesas com a educação, disponibilizou-se a financiar as instalações e a luz para as escolas móveis. Mostrava, assim, ser uma Câmara que se preocupava com a falta de instrução e estava empenhada em promover a alfabetização da população, evidenciando preocupações pedagógicas.

“Ofício do Director Geral da Instrução Publica perguntando à Câmara, se, dado o caso de neste concelho ser mester instalar algumas escolas móveis a Câmara se responsabiliza pela sua instalação e despesa com a luz. A Comissão resolveu responder que, caso seja necessário instalar algumas d’essas escolas neste concelho se responsabiliza pela instalação e luz.”<sup>78</sup>

No entanto, as dificuldades económicas e a carência de uma mentalidade que aceitasse estas mudanças comportamentais dificultavam todo o processo. A descentralização do ensino, a preparação científica e pedagógica dos professores primários e a melhoria das suas condições de vida eram pontos de que o governo se orgulhava. Contudo, e apesar do empenhamento dos governantes, as autarquias não possuíam os meios necessários para assumir a descentralização do ensino.

Em 1919, por decreto de 10 de Maio, e depois de mais um período de centralização exercida pelo estado, é atribuída a gestão dos serviços do ensino primário às Juntas Escolares, onde tinham assento representantes das Câmaras e dos professores. Era uma solução intermédia, entre os extremos da centralização e da total descentralização municipalista.

Durante o Estado Novo, Salazar, na sua ânsia centralizadora, acabou por substituir, na administração das escolas, a intervenção local pela do poder central, mantendo apenas o peso do controlo das políticas locais sobre os professores. Sob a

---

<sup>76</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 11 de Novembro de 1915.

<sup>77</sup> Acta da reunião de Câmara Municipal de Portalegre, de 12 de Outubro de 1916.

<sup>78</sup> Acta da reunião de Câmara Municipal de Portalegre, de 21 de Agosto de 1913.



responsabilidade do município ficou a reparação e conservação das infra-estruturas escolares.

E, como seria de esperar, a nível da educação, tudo muda. A escolaridade obrigatória reduz-se para 4 anos (Dec. Lei n.º 13 619 de 1927), depois para três anos e institui-se a separação dos sexos, logo na escola primária.

No novo contexto, os professores viram a sua relação com os municípios alterar-se, acentuando-se o controle estatal sobre a sua actividade profissional e mesmo sobre a sua vida pessoal. Até o subsídio de renda de casa, que o município lhes pagava, chegava ao fim.

“Ofício da Directora da Escola masculina desta cidade pedindo a reparação dumas peças de ferro das carteiras da escola, antes da abertura das aulas. A Comissão resolveu deferir este pedido.”<sup>79</sup>

“Pelo senhor Adelino Pereira de Lima foi apresentada a seguinte: Proposta – Considerando que o subsidio de cinco escudos e quarenta centavos que o Decreto cinco mil setecentos oitenta e sete A, de dez de Maio de mil novecentos e dezanove, atribui ao professorado de ensino primário, nas sedes de distrito, para pagamento da renda da casa de habitação, era ao tempo da publicação do mesmo Decreto, o suficiente para pagamento da renda de uma boa casa. – Considerando que este facto demonstra, plenamente, que o pensamento do legislador, ao publicá-la, era o de que ao professorado fosse paga a renda da casa na totalidade e não apenas uma parte dela. - Considerando que a Câmara actualizou já todas as suas receitas, e que o professorado esta ainda bastante distante da actualização do subsidio para a renda de casa, a qual seria da mais elementar justiça atendendo à grandíssima diferença que ainda existe entre o subsidio que a Câmara dá e a renda que cada professor paga. - Considerando que a-pesar-da justiça que lhes assiste, ainda na presente proposta se não propõe a actualização para vinte vezes o subsídio de cinco escudos e quarenta centavos, como devia ser, o que, não obstante, atingiria ainda uma importância muito inferior à que cada professor paga, mas sim um coeficiente bastante inferior, atendendo à situação financeira da Câmara, o que ainda redundaria em prejuízo do mesmo professorado. – Considerando finalmente que esta Câmara, dentro das suas possibilidades tem primado sempre, pela aplicação da justiça e que já mais recusou à Escola Portuguesa e ao seu corpo docente os beneficios que o bom critério indica; - tenho a honra de apresentar à apreciação de Vossas Excelencias a seguinte proposta: A partir de um de Janeiro de mil novecentos e trinta e seis, o primitivo subsídio para renda de casa pago aos professores deste concelho que não tenham casa de habitação no edificio da escola, seja multiplicado pelo coeficiente doze. – O Vereador Adelino Simão Pereira de Lima.

O senhor Presidente que em virtude da publicação do decreto-lei número vinte e seis mil cento e quinze fez para as instâncias superiores, uma consulta sobre o assunto e por isso propunha que a proposta apresentada fosse admitida mas a deliberação sobre ela fosse suspensa até uma das próximas sessões. A Comissão aprovou por unanimidade esta proposta do senhor presidente.”<sup>80</sup>

<sup>79</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 26 de Setembro de 1933.

<sup>80</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 4 de Dezembro de 1935.

“Ofício do Governador Civil deste distrito informando de que foi de parecer que os professores do ensino primário, perderam, em face do Decreto número vinte e seis mil cento e quinze, o direito de receber das Câmaras o subsídio da renda da casa que há muito lhe era atribuído, mas surgindo, posteriormente, duvidas sobre a doutrina do referido parecer, foi o assunto submetido à apreciação da Direcção Geral de Administração Política e Civil que concordou com o dito parecer. A Comissão tomou conhecimento.”<sup>81</sup>

Após o 25 de Abril de 1974, assistimos ao reconhecimento crescente do papel do município na educação. No entanto, da Revolução de Abril até à publicação da Lei de Bases, os municípios são meros contribuintes financeiros da educação escolar.

A Câmara Municipal de Portalegre, dentro das suas possibilidades, cumpriu e aplicou sempre as leis sobre o ensino primário. A análise efectuada às actas das reuniões demonstra o interesse pelo ensino primário e pelos professores. As deliberações tomadas tinham a preocupação de satisfazer as necessidades de salas de aulas para a instrução primária, de forma a combater o analfabetismo, proporcionando sempre que possível as melhores condições de higiene e conforto a alunos e professores.

Na sua evolução histórica, os municípios portugueses passaram a assumir uma estratégia de integração e de valorização local através da instrução pública, que começou no decurso do Antigo Regime, passou a ter maior incidência e determinação durante a Revolução Liberal e culminou com a Primeira República. A construção do município político e administrativo sempre envolveu a construção do município pedagógico, enquanto meta ideal.<sup>82</sup>

“O município pedagógico é a entidade administrativa local na qual as autoridades constituídas, avançando para além das dimensões político-administrativas, provem a educação a uma posição de centralidade para o alcance do desenvolvimento sócio-económico e para a legitimação do poder. Trata-se de uma categoria ainda em formação, dado o seu uso recente, (...) possibilitada pela existência de uma legislação descentralizadora da gestão do ensino e a extensão da responsabilidade para com a instrução primária aos limites municipais, levando à regulamentação e implementação locais dessa obrigação. Também inclui-se nesse conceito a apropriação que as elites fazem dessa responsabilização, tirando proveito para a concretização de objectivos particulares, relacionados à manutenção da ordem, disseminação de ideologias e delimitação de uma identidade municipal. Deve-se acrescentar que esse movimento é impulsionado, na época, pela crença no poder regenerador de educação e da necessidade de implantação de sistemas escolares para a sua implementação.”<sup>83</sup>

<sup>81</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 18 de Março de 1936.

<sup>82</sup> MAGALHÃES, Justino (2006). O Local e a Educação: Para a História do Município Pedagógico - *Revista de Administração Local*, nº 215. Setembro – Outubro, p.109.

<sup>83</sup>

## 2.3 - História dos Edifícios e Espaços Escolares de Portalegre

### 2.3.1 - Escola da Corredoura

A carta Régia de Dom José I, de Novembro de 1772, é considerada como o documento de criação oficial da escola primária. Pela primeira vez, foi elaborado um plano de carta escolar: “Mappa dos professores, e mestres das escolas menores; e das terras em que se acham estabelecidas as aulas, e escolas neste Reino de Portugal, e seus Domínios.”<sup>84</sup> À comarca de Portalegre, pertenciam sete mestres de ler, escrever e contar nomeados para: Portalegre, Termo de Portalegre, Castelo de Vide, Marvão, Arronches e Nisa.

No entanto, durante muitos anos as salas de aula funcionavam em edifícios alugados pela Câmara ou a ela pertencentes. Muitos desses edifícios não tinham condições materiais de higiene nem de conforto, não sendo adequados para o fim a que eram destinados, como referimos anteriormente.

O primeiro edifício escolar construído na cidade de Portalegre para ser utilizado expressamente como escola é um edifício da tipologia Adães Bermudes.

Em Dezembro de 1900, a Câmara Municipal de Portalegre deliberou, após leitura do ofício do Governador Civil, sobre a escolha definitiva do local para a construção do edifício para as escolas de instrução primária, afirmando “ceder definitivamente para o Governo mandar construir uma casa para as escolas d’instrução primária o terreno escolhido pelo architecto – Adães Bermudes – situado no extremo do lado norte da Corredoura de baixo, d’esta cidade.”<sup>85</sup>

Tal decisão foi tomada segundo as indicações preliminares do projecto publicado em 2 de Março de 1898. Sublinha-se o papel do architecto na escolha do terreno e a ligação que, deste modo, foi estabelecida entre esta figura grande da arquitectura escolar e o ensino em Portalegre.

O edifício construído era geminado e compreendia 2 salas de aula e 2 moradias para os professores. Na sua construção predominou a utilização do granito amarelo. No corpo central do edifício havia uma faixa trabalhada em granito, onde se lia: Escola Primária. O telhado era revestido por telha Marselha e o sobrado era de madeira que

---

<sup>84</sup> CEBOLA, Dionísio (2001). *A Escola Primária no Distrito de Portalegre*. Portalegre: Edição Câmara Municipal, p.5.

<sup>85</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 14 de Dezembro de 1900.

assentava sobre uma caixa-de-ar elevada 1,5 m acima do terreno exterior. Cada sala de aula tinha as dimensões de 10 m x 6 m x 3,85 m, com capacidade para 50 alunos no máximo.

A fachada do edifício tinha, para cada sala, 3 janelas com tijolo à vista das vergas e 4 portas que davam acesso, respectivamente, à moradia, ao pátio de recreio e ao vestíbulo da entrada principal. O peitoril das janelas situava-se a uma altura relativamente alta, a fim de preservar os trabalhos escolares de olhares indiscretos e perturbadores.

Por cima de cada porta de entrada havia um campanário de pedra granítica com telhadinho de 4 águas, com uma estrutura para uma sineta, em bronze, para toque da entrada e saída dos alunos. Na fachada havia uma placa onde se lia “sexo masculino” e, no lado oposto, “sexo feminino”.<sup>86</sup>

Dentro das salas de aula havia um fogão de ferro, de forma cilíndrica, que ocupava o canto oposto ao da secretária do professor, esta instalada num espaçoso estrado que servia igualmente o amplo quadro preto.

O jornal *O Distrito de Portalegre* de 11 de Fevereiro de 1903 publicava a notícia “Nova escola - Até sábado próximo fica concluído o edifício escolar, junto ao Calvário para aulas de instrução primária de ambos os sexos”.

No dia 15 de Fevereiro de 1903, era também notícia no semanário *A Plebe* o primeiro edifício escolar construído de raiz para funcionar como escola primária nesta cidade:

“Concluiu-se, hontem, o edificio escolar que hade alojar as escolas primárias de ambos os sexos da freguezia de S. Lourenço, d’esta cidade.

Visitámos os novos estabelecimentos de ensino e achamo-los perfeita e correctamente acabados, devido à direcção artistica e conscienciosa dos Srs. José Maria dos Santos e João Francisco Macedo, a quem a escola fôra adjudicada. (...)

Não póde no entanto corresponder pela exiguidade do espaço, as aulas à frequência provável com a nova lei, que impõe a obrigatoriedade do ensino.

Pedagógica e hygienicamente feito está todo o edificio, nem podia deixar de ser, depois do distincto architecto o sr. Adães Bermudes, ter confeccionado a planta.

Os adjudicatários srs. Santos e Macedo, como inauguração mandaram resar, ás 7 horas da manhã, uma missa na capella do Calvário, para dar graças a Deus por não ter occorrido durante a obra nenhum desastre e offerecem um jantar a todo o pessoal, acções estas dignas de louvar.

E, agora que temos mais este melhoramento material, pedimos á câmara, que lance seus olhos misericordiosos para o local da escola, inaccesivel aos futuros moradores e ás creanças que hão de frequentar as aulas.”<sup>87</sup>

<sup>86</sup>CEBOLA, Dionísio (1997). *Direcções Escolares (Subsidio para a sua história)*. Portalegre: Edições do Autor, p.103.

<sup>87</sup> Semanário *A Plebe* de 15 Fevereiro de 1903.

O estado transferiu a responsabilidade sobre a Escola da Corredoura para a Câmara Municipal de Portalegre, em Junho do mesmo ano, como se pode verificar no artigo do semanário *A Plebe*, de 7 de Junho de 1903, onde é feito um resumo da reunião de Câmara de 6 de Junho e se pode ler: “Tomar conhecimento d’um officio do director das construções escolares entregando á camara o edificio escolar construído no sitio da Corredoura, freguezia de S. Lourenço.”

O edificio escolar, construído em 1900, sofreu depois várias alterações e ampliações, como forma de dar resposta às carências de instalações escolares e às péssimas condições existentes.

Em 1932, a directora da escola feminina e a Câmara demonstravam a sua preocupação com a falta de instalações escolares e solicitaram à inspecção os materiais inutilizados das obras no liceu para a construção de quatro salas de aula, como se pode verificar nas actas desse mesmo ano.

“Officio da Directora da Escola Feminina desta cidade comunicando que pediu à Inspecção a cedência dos materiais inutilizados do Liceu a fim de serem construídas quatro salas para aulas no edificio daquela escola, pedindo para a Câmara reforçar o pedido junto do Excelentíssimo Ministro da Instrução. A Comissão resolveu por unanimidade satisfazer o pedido por o achar justo.”<sup>88</sup>

Para solucionar o problema de falta de salas de aula na cidade de Portalegre, a Câmara, a Inspecção e o Governo Civil uniram esforços no sentido de solucionar a questão da construção de um pavilhão com salas de aulas na escola da Corredoura. Como se pode verificar na leitura das actas desta Câmara, houve uma colaboração entre as diferentes instituições:

“Officio da Inspecção da Região Escolar de Portalegre, lembrando, a bem do ensino primário, que conjugados os esforços da Câmara, Junta Geral, Junta de Freguesia e daquela inspecção, talvez se pudessem iniciar as obras de construção de dois pavilhões para quatro salas de aula junto ao edificio da escola feminina do Parque Miguel Bombarda, para o que existem alguns materiais cedidos dos restos das obras do Liceu desta cidade. A Comissão resolveu estudar o assunto.”<sup>89</sup>

“Officio do Governo Civil deste Distrito dando conhecimento de outro que lhe foi enviado pela Direcção Geral dos Edificios e Monumentos Nacionais, em que informa não ter sido concedida nenhuma dotação para a escola da freguesia de Sé e dando indicações sobre a instrução do pedido de construção de duas salas

---

<sup>88</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 20 de Abril de 1932.

<sup>89</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 22 de Novembro de 1932.

junto à escola feminina desta cidade. Pelo senhor Dias Louro foi apresentada a seguinte: Proposta – Considerando que devemos obter o mais breve possível a necessária instalação para a população infantil feminina desta cidade. Proponho que esta Câmara mande cópia da planta da cidade na parte junto ao actual edifício da escola da freguesia de São Lourenço, quer do lado Norte, quer do Sul, em croquis para ser remetido à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e se faça o pedido da planta e verba necessária para a construção de dois pavilhões para duas salas de aula cada um. Portalegre, um - dois – novecentos e trinta e três. Dias Louro. A Comissão aprovou por unanimidade a proposta.”<sup>90</sup>

“...foi apresentada a seguinte: Proposta – Atendendo à quantidade de materiais de construção já em poder da Inspecção Escolar, destinados à construção de duas salas na escola feminina do Calvario, desta cidade, proponho que a Câmara Municipal, pela sua Comissão Administrativa tome a iniciativa dessa construção, pelo Fundo do Desemprego, e fazendo incluir no futuro orçamento qualquer verba para o mesmo fim. Vereador, António Barata. A Comissão aprovou por unanimidade a proposta.”<sup>91</sup>

O edifício escolar Adões Bermudes foi ampliado, com a construção de um espaço construído no logradouro interior esquerdo, para o qual foram aproveitados os restos dos materiais das obras do Liceu, então concluídas.

A Escola da Corredoura – Tipo Adões Bermudes sofreu ao longo dos anos algumas reparações. Como se pode verificar, a Câmara de Portalegre manifestou sempre interesse e empenho em efectuar as reparações necessárias de forma a manter o conforto e o bem-estar dos alunos que a frequentavam, como se lê nas respectivas actas: “ (...) Para obras de pintura e carpintaria a realizar na Escola Primária da Corredoura, (...) e adjudicar ao empreiteiro José Marques, pela importância de nove mil quinhentos quarenta escudos, (...)”<sup>92</sup>

Dois anos mais tarde, o edifício da Escola da Corredoura volta a necessitar de reparações no telhado:

“Tendo-se verificado a necessidade urgente, em proceder a varias reparações na escola da Corredoura deliberou a Câmara, e em face de um orçamento que lhe foi apresentado pelo seu encarregado de obras, autorizar o dispêndio até três mil escudos, para aqueles trabalhos que constará do arranjo do telhado e algeroz.”<sup>93</sup>

Em 1952, foi publicado o Plano de Educação Popular (Decreto-Lei nº 38 968 e Decreto nº 38 969, de 27 de Outubro), no qual se procurava atenuar a evidência dos

---

<sup>90</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 1 de Fevereiro de 1933.

<sup>91</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 27 de Junho de 1933.

<sup>92</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 26 de Setembro de 1945.

<sup>93</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 18 de Agosto de 1947.

números recentes sobre as taxas de escolarização, comparando-os com outros, registados, década a década, desde 1890. Criavam-se as condições legais para que todas as crianças completassem o primeiro nível de instrução primária. Foi uma legislação que abrangia os vários aspectos da vida escolar e que estipulava sanções para o seu não cumprimento. Como providência de uma eficaz política de ensino, ficavam todas as crianças obrigadas a frequentar a escola até à aprovação do exame da 3ª classe, ou até completarem 13 anos de idade. Para dar cumprimento a essa política, faltavam as salas de aula, vindo por isso a crescer a necessidade de se construírem novas salas de aula, como forma de debelar a chaga do analfabetismo, que então assolava a população.

Em Portalegre, a Câmara Municipal esteve sempre atenta e preocupada em satisfazer as necessidades de salas de aulas para a instrução primária e para combater o analfabetismo, proporcionando sempre que possível as melhores condições.

“Considerando que à Câmara compete colaborar o mais interessadamente na histórica campanha contra o analfabetismo em que o Governo da Nação está empenhado; e considerando que está sobejamente reconhecido que um dos meios mais eficazes para o efeito é oferecer à população escolar edifícios higiénicos e confortáveis que atraíam as crianças (...)”<sup>94</sup>

A ampliação da escola da Corredoura viria a satisfazer as necessidades da falta de salas para receber todos os alunos, que tinham o direito de aprender a ler e escrever.

“Escola da Corredoura ampliação – O senhor presidente deu conhecimento a toda a Câmara que lhe tinha sido enviado hoje o processo de concurso para a ampliação da escola da Corredoura, nesta cidade, que passa de duas para seis salas. Devidamente examinado entendeu a Câmara que o arranjo proposto esta muito bem estudado, que satisfaz perfeitamente ao fim em vista e congratulou-se por mais este importante melhoramento.”<sup>95</sup>

“O problema da Instrução Pública tem sido cuidado com o maior interesse e a sua marca prosseguirá no próximo ano, para o que foi previsto a construção de um edifício de duas salas, na sede da freguesia da Urra, e um de quatro salas, na estrada da Serra e a ampliação do edifício da Corredoura que ficará dotado de com mais quatro salas. Todas estas obras serão executadas ao abrigo do Plano dos Centenários. (...)”<sup>96</sup>

Na cidade de Portalegre surgia, então, uma nova preocupação em relação às crianças com carências económicas que frequentavam as escolas desta cidade. Era necessário e urgente proporcionar a essas crianças apoio moral e material. O assunto foi debatido nas reuniões de Câmara Municipal e nos jornais locais.

---

<sup>94</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 14 de Setembro de 1953.

<sup>95</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 20 de Julho de 1953.

<sup>96</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 10 de Setembro de 1953.

“(…) escusado será encarecer a necessidade que há da criação nesta cidade de uma cantina escolar que beneficie as numerosas crianças que frequentam as dezoito salas de aula que constituem os três edifícios escolares, as quais na sua maioria são filhas de gente cujos recursos financeiros são muito precários, o que origina, muitas vezes, o desrespeito pelas disposições legais que regulam a matrícula e frequência à escola visto, essa necessidade ser sobejamente conhecida de Vossas Exas. (...) a principal função das cantinas escolares é amparar moral e materialmente as crianças que se encontram nessa triste situação, sem contudo as vexar, para que elas não se sintam inferiorizadas perante as outras mais afortunadas pela sorte. Assim e porque a percentagem das que se encontram na situação de beneficiar dos efeitos da cantina é muito superior, impõe-se que a Câmara no seu uso de competências que lhe confere (...) do Plano dos Centenários e o Decreto Lei 38 969, deliberou assumir a responsabilidade pela sua manutenção (...) a construção de um edifício no terreno anexo ao edifício escolar da Corredoura, destinado à instalação de uma cantina escolar. (...)”<sup>97</sup>

No ano de 1954, o Ministro das Finanças autorizou a Câmara Municipal a construir o edifício da cantina escolar desta cidade, no terreno anexo ao edifício escolar da Corredoura.<sup>98</sup>

Ao mesmo tempo decorriam também as obras de ampliação do edifício escolar da Corredoura, o que viria a proporcionar a transferência das crianças da escola da Sé, que funcionava num edifício não construído com a finalidade de escola, para essas novas salas. “...Com a obra da ampliação da escola da Corredoura e com a construção dum edifício na Estrada da Serra, virão a ficar vagas as salas que actualmente estão sendo ocupadas pelas escolas no largo do município...”<sup>99</sup>

As salas de aulas referidas anteriormente eram no edifício que foi o antigo seminário e que é o actual Museu Municipal.

O novo edifício da escola da Corredoura começou a funcionar no ano de 1955 e veio permitir melhores condições de higiene e conforto para o trabalho dos alunos.

“A Direcção do Distrito Escolar de Portalegre comunica aos pais e encarregados de educação dos alunos que frequentavam as escolas primárias da Sé, desta cidade, que aquele edifício não reabre as suas portas, transitando as crianças que nele recebiam o ensino para as escolas novas da Corredoura e da Fontedeira.

Mais se comunica que os serviços de Matrículas se realizam naquelas duas escolas, de um a sete de Outubro (...)”<sup>100</sup>

---

<sup>97</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 18 de Dezembro de 1953.

<sup>98</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, 26 de Abril de 1954.

<sup>99</sup> Reunião Ordinária do Conselho Municipal de 14 de Setembro de 1954.

<sup>100</sup> *O Distrito de Portalegre*, nº 4429, de 2 de Outubro de 1955, p. 2.

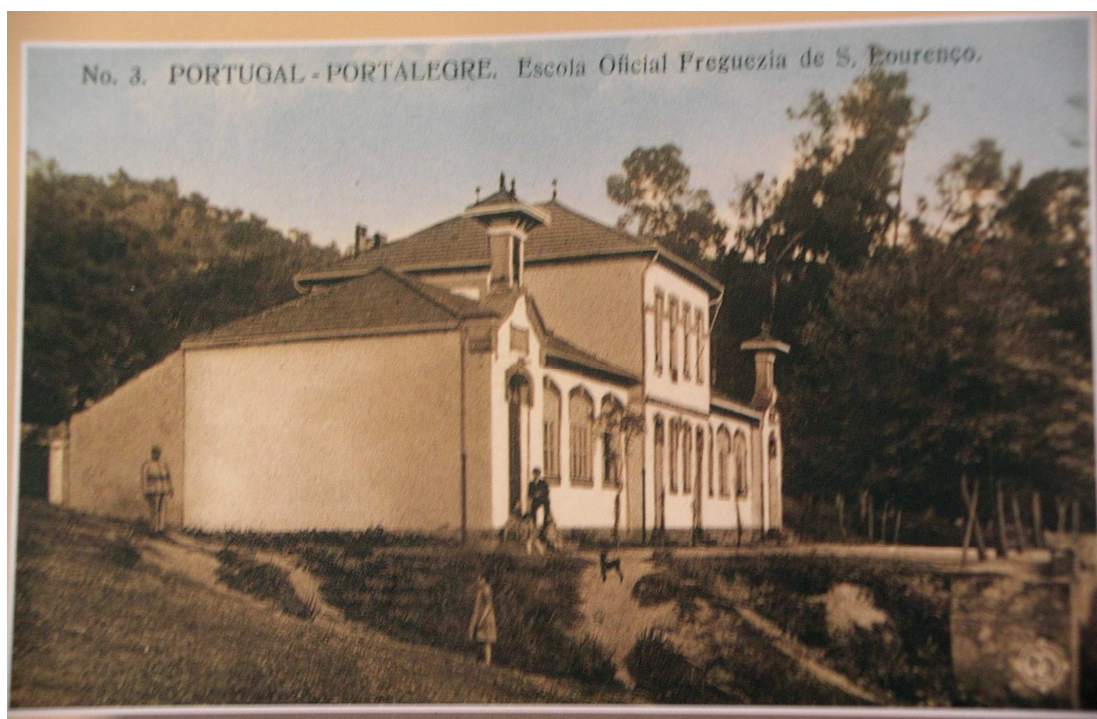


O Conselho Municipal, na sua reunião de 13 de Fevereiro de 1956, refere que a Câmara Municipal de Portalegre “continua a dar todo o seu entusiasmo às medidas tendentes a elevar o nível da população, sob aspecto educativo e instrutivo. Para confirmar esta afirmação basta dizer que foi concluída a escola de seis salas, na Corredoura (...).”

Em meados da década de 50, a primeira escola construída de raiz em Portalegre é profundamente remodelada e o seu espaço integra novas funcionalidades (como, por exemplo, a cantina escolar). Mas esta transformação, que lhe retirou a imagem de marca que simbolicamente identificava as construções escolares de Adães Bermudes, também lhe atribuiu um papel fundamental no alargamento do ensino em Portalegre e na melhoria das condições em que os alunos frequentavam a escola.



*Foto I - Edifício escolar da Corredoura, Tipo – Adães Bermudes<sup>101</sup>*



*Foto II - Edifício escolar da Corredoura, Tipo – Adães Bermudes<sup>102</sup>*

<sup>101</sup> Foto cedida pelo fotógrafo Borda D' Água.

<sup>102</sup> VENTURA, António; BRAVO, Aurélio Bentes (2004). *O Postal Ilustrado no primeiro quartel do século XX*. Portalegre: Edições Colibri – CM de Portalegre, p. 138.





*Foto III - Vista parcial da cidade e da serra, na qual podemos ver a Escola da Corredoura<sup>103</sup>*



*Foto IV -Edifício escolar da Corredoura depois de remodelada.<sup>104</sup>*

<sup>103</sup> VENTURA, António; BRAVO, Aurélio Bentes (2004). *O Postal Ilustrado no primeiro quartel do século XX*. Portalegre: Edições Colibri – CM de Portalegre, p. 128.

<sup>104</sup> Foto do Arquivo do Centro de Área Educativa de Portalegre.

### 2.3.2 - Escola da Fontedeira

Em 1945, a construção da escola da Fontedeira surge 45 anos após a decisão tomada sobre o primeiro edifício construído de raiz em Portalegre para ser uma escola. É um edifício do tipo Plano dos Centenários, geminado, com oito salas de aula. O local para a construção foi escolhido pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e teve a aprovação do arquitecto Miguel Jacobetty.

A Câmara aceitou a localização escolhida e informou a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais de que as obras poderiam começar de imediato em virtude de o terreno escolhido ser propriedade municipal.

“Ofício da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, enviando um (...) do Plano de Urbanização da Cidade de Portalegre em que está limitado a vermelho o logradouro que deverá ser reservado para o edifício escolar de 8 salas a construir nesta cidade e informando que o local tem a aprovação do senhor arquitecto Miguel Jacobetty.

A Câmara deliberou aceitar a localização indicada e informar que podem iniciar-se as obras imediatamente em virtude do terreno ser municipal”<sup>105</sup>

No ano de 1946, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais envia um ofício à Câmara, propondo a substituição do tijolo da fachada por granito. Apesar de a referida substituição implicar uma despesa de trinta e dois mil, trezentos e dezassete escudos, dos quais a Câmara tinha de suportar cinquenta por cento, esta aceitou a proposta de valorização do edifício.

“ Ofício mil duzentos e oitenta e nove, de sete do corrente mês, da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, informando haver toda a conveniência em valorizar o edifício escolar de 8 salas, localizado no topo da Avenida da Liberdade desta cidade, substituindo o que esta previsto por tijolo à vista por granito, com um acréscimo de despesas de trinta e dois mil, trezentos e dezassete escudos, dos quais cinquenta por cento terão de ser suportados por esta Câmara. A câmara deliberou aceitar as condições de valorização arquitectónica do edifício.”<sup>106</sup>

A Câmara demonstrou, igualmente, interesse e preocupação em proporcionar boas condições de trabalho aos professores da nova escola. Em Março de 1946, envia um ofício à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, solicitando que o edifício em construção tivesse as seguintes instalações: uma sala para professores, um

<sup>105</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 14 de Maio de 1945.

<sup>106</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 11 de Fevereiro de 1946.

gabinete para o director e um gabinete para o arquivo. A construção destas instalações foi autorizada, mas os custos teriam de ser suportados pela Câmara.

“Ofício da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em resposta ao ofício número trezentos e sessenta e seis, de sete de Março findo, desta Câmara em que se pedia que o edifício escolar em construção na Avenida da Liberdade, desta cidade, fosse com as seguintes instalações mais: uma sala para professores, um gabinete para o director, e um gabinete para o arquivo – que a construção das instalações pedidas só pode ser levado a efeito no caso da Câmara suportar os encargos resultantes dos trabalhos não previstos. A Câmara deliberou aceitar as condições propostas.”<sup>107</sup>

A Câmara aceitou as condições impostas, em Junho de 1947, pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, mas perante o custo de quarenta e oito mil setecentos e vinte escudos pedido para os trabalhos de ampliação do edifício escolar, foi decidido que a mesma ampliação só seria efectuada no ano de 1948, em virtude de a câmara não poder despendar essa importância.

“O ofício número mil duzentos e trinta e quatro, da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, informando que foi submetida à apreciação de Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, uma proposta de Alberto Correia, adjudicatário das construções escolares, deste distrito, primeira fase, para executar pela quantia de quarenta e oito mil setecentos e vinte escudos, os trabalhos de ampliação do edifício escolar desta cidade, que lhe foram solicitados pela Câmara e comunicando que Sua Excelência, sobre a mesma, lavrou o despacho seguinte de acordo com o estabelecido, ofício de catorze de Outubro de mil novecentos e quarenta e seis, da Câmara Municipal de Portalegre – este encargo será suportado pela entidade interessada que o poderá liquidar directamente ao empreiteiro. Sobre o assunto, a Câmara, na impossibilidade de no corrente ano poder despendar a referida importância, deliberou que somente no ano de mil novecentos e quarenta e oito, poderá orçar a obra referida, dando se conhecimento desta deliberação à Direcção Geral. Mais deliberou ainda, que o desvio da conduta de águas, convirá ser executado somente depois de ser feita uma rectificação aos orçamentos.”<sup>108</sup>

É reconhecido pela Câmara, em Julho de 1947, que não podia de imediato proceder à ampliação pretendida, mas mantém a intenção de efectuar a obra mesmo depois da conclusão do edifício escolar. No entanto, afirma não querer, por esse motivo, atrasar as obras de construção que já estavam a decorrer.

“Um ofício da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, referindo-se à obra projectada pela Câmara Municipal, para ampliação do novo edifício escolar, em construção nesta cidade. Sobre o assunto, deliberou a Câmara o seguinte: Reconhecendo-se a impossibilidade de executar a obra por meio de

<sup>107</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 6 de Maio de 1946.

<sup>108</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 23 de Junho de 1947.

inclusão da verba necessária, no segundo orçamento suplementar, deliberou informar que mantendo o propósito de a executar em mil novecentos e quarenta e oito, não deseja por esse facto que as obras da conclusão da restante construção fiquem suspensas, motivo porque mesmo depois de concluído o edifício escolar se diligenciará obter autorização para levar a efeito o que projectou.”<sup>109</sup>

No logradouro da escola em construção passava uma conduta de água que impedia a conclusão das obras do recreio coberto. Em Agosto de 1947, a Câmara recebe um ofício da Delegação para as obras de Construção de Escolas Primárias, solicitando o desvio da conduta de água, de forma a possibilitar a conclusão do recreio coberto.

Foi decidido pedir ao proprietário da fábrica de lanifícios o desvio urgente da referida conduta.

“Ofício número seiscentos e setenta e sete, da Delegação para as obras de Construção de Escolas Primárias, pedindo mais uma vez o desvio urgente da conduta de água que passa sob a escola e que impede a conclusão das obras do recreio coberto. Sobre o caso exposto, a Câmara deliberou ordenar ao proprietário da fábrica de lanifícios que desvio urgentemente o cano a que se refere o presente ofício, para o trajecto que será indicado pela repartição técnica.”<sup>110</sup>

A Câmara foi informada, tanto pela Direcção Escolar, como pelo Governador Civil, que a escola da Fontedeira seria inaugurada no dia 28 de Abril de 1948. Foi também informada, pela Direcção Escolar, do material didáctico necessário para a entrada em funcionamento da referida escola. A Câmara deliberou, então, adquirir o material pedido e estar presente na inauguração do edifício.

“Ofício da Direcção Escolar deste distrito, informando qual o material que se torna necessário para as escolas da Avenida, que vão ser inauguradas no próximo dia vinte e oito. A Câmara por unanimidade deliberou mandar fazer a aquisição do material didáctico, indicado pela Direcção Escolar, que se julga necessário para o seu funcionamento.

Uma circular do Governo Civil de Portalegre, convidando a Câmara a assistir à inauguração do novo edifício escolar, desta cidade, que terá lugar no próximo dia vinte e oito, pelas quinze horas. A Câmara tomou conhecimento, e deliberou comparecer no referido acto.”<sup>111</sup>

Em Agosto de 1948, a Câmara, preocupada com a vigilância e preservação do edifício escolar da Fontedeira, mandou colocar duas lâmpadas no edifício.

“Reconhecendo-se a necessidade em mandar colocar duas lâmpadas aos topos do edifício escolar da Avenida da Liberdade, para que durante a noite possa

---

<sup>109</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 28 de Julho de 1947.

<sup>110</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 18 de Agosto de 1947.

<sup>111</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 26 de Abril de 1948.

ser feita uma melhor vigia aquele edificio, deliberou a Câmara solicitar à Hidro Eléctrica Alto Alentejo, para mandar colocar duas lâmpadas no referido edificio, para o fim indicado.”<sup>112</sup>

A Câmara não considerou entregue, em Abril de 1949, o edificio da escola da Fontedeira, em virtude de o muro de vedação não estar concluído. A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em Maio, atribui a culpa de o muro não estar concluído à Câmara, porque a mesma ainda não tinha definido os arruamentos que circundavam o logradouro da escola e o desvio da conduta de água que atravessava o logradouro não tinha sido feito, o que impedia a conclusão dos trabalhos.

“Apresentou depois o senhor presidente, o officio da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais de Lisboa, que é do seguinte teor: - Em referência ao officio de Vossa Excelência, número mil cento e oitenta e seis, de vinte e sete do mês findo, tenho a honra de comunicar o seguinte: Informa essa Câmara Municipal que deliberou não considerar entregue o edificio escolar de oito salas gémeo da cidade de Portalegre, em virtude de o muro de vedação não se encontrar construído e reconhece que tal facto é devido a ainda não estarem definidos os arruamentos que circundarão o logradouro da escola, e, consequentemente, por razões estranhas a esta Direcção Geral. A propósito, devo salientar que por diversas vêzes, a partir de Junho de mil novecentos e quarenta e sete, foi solicitado a essa Câmara Municipal que definisse os arruamentos em causa e promovesse o desvio da conduta de água que atravessa o logradouro e que impede a conclusão dos trabalhos de terraplanagem do mesmo, sem que, fôsse dada resolução a qualquer destes problemas. Não se compreende que as dificuldades que essa Câmara não pode resolver constituam a razão evocada para não considerar o edificio em condições de ser recebido, tanto mais que tal razão parece não ter existido em vinte e sete de Abril do ano findo, data em que se inaugurou o edificio, nem tão pouco constituiu entrave para se pôr o edificio à disposição do Ministério da Educação Nacional, tendo o mesmo entrado a funcionar logo após a sua inauguração. Esta Direcção Geral não se exime à conclusão dos trabalhos complementares do edificio escolar logo que tenham sido eliminadas as dificuldades existentes, e as despesas que houverem de ser realizadas serão objecto duma nota de débito suplementar. Nestas condições, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência se digne promover o envio do auto de entrega do edificio que há mais de um ano se encontra nessa Câmara, para ser assinado. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais em treze de Maio de mil novecentos e quarenta e nove. O Engenheiro Director Geral – Henriques Gômes da Silva. Em face do exposto e porque Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais não se exime à conclusão dos trabalhos suplementares logo que seja oportuno realiza-los, deliberou a Câmara assinar e enviar o auto de entrega do edificio de oito salas construído na Avenida da Liberdade.”<sup>113</sup>

O muro da escola da Fontedeira só viria a ser concluído em Abril de 1952. A sua construção orçou na importância de trinta e dois mil quatrocentos e setenta e nove escudos e vinte e cinco centavos, a ser paga pela Câmara em anuidades.

<sup>112</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 2 de Agosto de 1948.

<sup>113</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 23 de Maio de 1949.

“Tomou conhecimento da despêsa que foi efectuada com a construção do muro de vedação no edifício da escola da Avenida da Liberdade, que produziu para a Câmara um encargo de trinta e dois mil quatrocentos e setenta e nove escudos e vinte e cinco centavos, importância que foi aprovada, para ser paga em anuidades nos termos estabelecidos na Lei.”<sup>114</sup>

A escola da Fontedeira necessitou das primeiras obras no ano de 1952. A direcção do Distrito Escolar, em Maio desse ano, solicita à Câmara a reparação do edifício escolar, tendo a mesma concordado com a reparação e deliberado que o pagamento seria nos termos estabelecidos no decreto número trinta e oito mil trezentos e dezoito, de 26 de Junho de 1951, visto o edifício ter sido construído ao abrigo do Plano dos Centenários.

“Acêrca do assunto exposto pela Direcção do Distrito Escolar referente à reparação do edifício de oito salas (gémeo) da Avenida da Liberdade, que necessita ser reparado, resolveu a Câmara concordar com a reparação das obras de que o mesmo carece para serem pagas nos termos estabelecidos no decreto número trinta e oito mil trezentos e dezoito, de vinte e seis de Junho de mil novecentos e cinquenta e um, visto tratar-se de um edifício construído ao abrigo do Plano dos Centenários.”<sup>115</sup>

As obras de conservação do edifício da escola da Fontedeira custaram cinquenta e quatro mil e dezasseis escudos, competindo à Câmara pagar sessenta por cento do custo total da obra realizada, ficando os restantes quarenta por cento para serem pagos pelo Comissariado do Desemprego. Em Abril de 1958, a Câmara resolveu assumir o encargo que lhe competia pagar em prestações anuais.

“Ofício número três mil novecentos e oitenta e um Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que acompanhava a nota de liquidação número noventa e oito traço cinquenta e oito, respeitante à conservação do edifício com oito salas, gémeo, sito na Fontedeira, freguesia de São Lourenço, cujo a obra importou em cinquenta e quatro mil e dezasseis escudos, competindo à Câmara Municipal dêste concelho o encargo de sessenta por cento do custo total da obra efectuada, na importância total de trinta e dois mil quatrocentos e nove escudos e sessenta centavos, ficando os restantes quarenta por cento para ser pago pelo Comissariado do Desemprego, nos termos do artigo sexto do Decreto - Lei número quarenta mil quatrocentos e oitenta e um, de trinta e um de Dezembro de mil novecentos e cinquenta e cinco. A Câmara tomou conhecimento e resolveu assumir o encargo que lhe compete liquidar em prestações anuais, nos termos do mencionado Decreto - Lei.”<sup>116</sup>

<sup>114</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 28 de Abril de 1952.

<sup>115</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 12 de Maio de 1952.

<sup>116</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 25 de Abril de 1958.



Em Abril de 1960, a Câmara assume todos os encargos que lhe dizem respeito dentro da Lei sobre as obras de reparação e construção dos edifícios escolares.

“Três notas de liquidação, respeitantes a obras de conservação e obras complementares, efectuadas pela Delegação para as obras de construção de Escolas Primárias, nos edifícios escolares da Fontedeira, nesta cidade, Fortios e Carreiras, respectivamente das importâncias de catorze mil seiscentos e cinquenta e cinco escudos e sessenta centavos, doze mil quinhentos e setenta e nove escudos e quatro mil e quinhentos e noventa e sete escudos. A Câmara deliberou, por unanimidade assumir os encargos das importâncias referidas, para serem liquidadas nos termos do artigo sexto do Decreto - Lei quarenta mil e quatrocentos e oitenta e um, de trinta e um de Dezembro de mil novecentos e cinquenta e ...”<sup>117</sup>

O edifício da escola da Fontedeira, bem como os terrenos do seu logradouro, são vendidos, em Junho de 1971, para a ampliação do terreno do Hospital Regional.

A Direcção Geral das Construções Escolares informou a Câmara, através de um ofício, do despacho de Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, de 12 de Maio desse ano, autorizando a venda da escola e terreno, este com a área total de quatro mil e quatrocentos metros quadrados para a ampliação do terreno do Hospital Regional, pela quantia de dois milhões e duzentos mil escudos. A verba resultante da venda ficou cativa para vir a fazer face às despesas de construção do novo edifício escolar que substituiria o da Fontedeira.

“Venda ao Estado do edifício escolar da Fontedeira com os terrenos que lhe servem de logradouro, para ampliação do terreno do Hospital Regional – Leu, depois, o senhor Presidente o ofício número oitocentos e cinquenta e dois, de dezassete do corrente mês, em que a Direcção Geral das Construções Escolares informa que, por despacho de Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas de doze de Maio findo, foi autorizada a compra a esta Câmara da escola e terreno em epígrafe, este com a área total de quatro mil e quatrocentos metros quadrados para a ampliação do terreno do Hospital Regional, pela quantia de dois milhões e duzentos mil escudos. A Câmara tomou conhecimento e deliberou proceder à venda dos referidos imóveis, pela quantia referida, resolvendo ainda, conceder ao Senhor Presidente os poderes necessários para, em seu nome, outorgar na celebração do contrato respectivo. Mais foi deliberado que o produto da alienação, dois milhões e duzentos mil escudos, fica cativo para fazer face aos encargos resultantes da construção do novo edifício escolar a construir, em substituição do que vai ser alienado, e conferir poderes ao Senhor Presidente para a empreitada ser posta a concurso de forma a garantir uma rápida execução, como se torna mister.”<sup>118</sup>

---

<sup>117</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 1 de Abril de 1960.

<sup>118</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 21 de Junho de 1971.

A Direcção do Distrito Escolar de Portalegre informa a Câmara, através de ofício, no dia 12 de Agosto de 1974, que foi superiormente autorizada a dispensa do edifício escolar da Fontedeira, uma vez que tinha sido concluído o novo edifício escolar, na Praceta de “Os Lusíadas,” que o iria substituir.

“Entrega do antigo edifício escolar da Fontedeira – Apresentou o Senhor Presidente o ofício número três mil duzentos e noventa e um, de doze do corrente, da Direcção do Distrito Escolar de Portalegre, nos termos seguintes; tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foi superiormente autorizada a dispensa do antigo edifício escolar de oito salas, do Plano dos Centenários, do núcleo da rede do concelho de Portalegre, uma vez que foi concluído o edifício da Praceta de “Os Lusíadas” que o substituem. A Câmara tomou conhecimento.”<sup>119</sup>

A escola da Fontedeira foi encerrada em Agosto de 1974, vinte e nove anos após a sua construção. Posteriormente foi demolida, dando lugar à ampliação dos terrenos do Hospital de Portalegre.

---

<sup>119</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 16 de Agosto de 1974.



*Foto V - Fachada da Escola da Fontedeira<sup>120</sup>*



*Foto VI - Frente da Escola da Fontedeira com alunos.<sup>121</sup>*

<sup>120</sup> Foto do Arquivo do Centro de Área Educativa de Portalegre.

<sup>121</sup> Foto cedida pelo fotógrafo Borda D'Água.



*Foto VII - Pátio e das alunas da Escola da Fontedeira.<sup>122</sup>*



*Foto VIII - Vista parcial da cidade de Portalegre onde se pode ver a Escola da Fontedeira.<sup>123</sup>*

<sup>122</sup> Foto cedida pelo fotógrafo Borda D'Água

### 2.3.3 - Escola da Estrada da Serra

A construção de um novo edifício escolar, nesta cidade de Portalegre, do tipo Plano dos Centenários, geminado e com quatro salas de aula, situado na estrada da Serra, é referida na acta da Câmara de 31 de Maio de 1954:

“Ofício número trezentos e oitenta e cinco da repartição da Delegação para as obras de Construção de Escolas Primárias, que acompanhava o processo de concurso limitado para arrematação da empreitada de construção de três edifícios escolares neste concelho, com a seguinte designação: - Um edifício de quatro salas, nesta cidade, (...)”<sup>124</sup>

Um ano depois, em Maio de 1955, a Câmara já tinha escolhido e tomado as providências necessárias para a aquisição do terreno para a construção do edifício escolar. O terreno escolhido, na estrada da Serra, pertencia as seguintes proprietárias: Raquel Maria Linz Guapo e Emília Antónia Linz Guapo. As proprietárias do terreno concordaram em vender os dois mil metros quadrados de terreno necessários à construção do edifício escolar, pela importância de vinte mil escudos.

“Uma proposta do advogado procurador de Raquel Maria Linz Guapo e Emília Antónia Linz Guapo, proprietárias do terreno que foi escolhido para a implantação de um edifício de quatro salas, na Estrada da Serra, nesta cidade, informando que aquelas senhoras se propõem vender à Câmara Municipal de Portalegre, pela importância de vinte mil escudos, dois mil metros quadrados de terreno a destacar da sua propriedade sita na Fonte do Penedo, freguesia de São Lourenço, com a condição de reverter a seu favor todas as árvores que forem derrubadas, por motivo da referida construção. A Câmara regozijou-se com as demarches que sobre o assunto foram promovidas pelo Senhor Presidente e resolveu por unanimidade adquirir pela importância referida os dois mil metros quadrados de terreno, solicita a Sua Excelência o Ministro das Finanças a isenção do pagamento da sisa devida por esta transacção e dar ao Presidente plenos poderes, para em representação da mesma Câmara outorgar na escritura, podendo assinar, dar quitação e proceder em tudo o mais que necessário seja até à legalização final da referida transacção.”<sup>125</sup>

A Direcção do Distrito Escolar, em Agosto de 1955, informou a Câmara que o edifício escolar em construção na estrada da Serra se destinava apenas ao sexo masculino e sugere à Câmara que exponha a necessidade do referido edifício se destinar

---

<sup>123</sup> Foto cedida pelo fotógrafo Borda D'Água

<sup>124</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 31 de Maio de 1954.

<sup>125</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 16 de Maio de 1955.

aos dois sexos, para que ficasse assegurado os interesses do ensino e da população escolar desta cidade. A Câmara acolheu a sugestão que lhe foi feita e fez o pedido à Secção da Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias e, posteriormente, enviou o mesmo pedido a Sua Excelência o Ministro da Educação Nacional, por reconhecer que o mesmo edifício devia ser destinado para os dois sexos.

“Um ofício da Direcção do Distrito Escolar informando que o edifício da Estrada da Serra, em construção, se destina apenas ao sexo masculino e sugere que superiormente se exponha a necessidade de no mesmo serem instalados os dois sexos para que fiquem melhor acautelados os interesses do ensino e da própria população escolar. Exposta superiormente a sugestão que foi apresentada por aquela Direcção, ao Senhor Chefe da Secção da Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias, este organismo informa que o tipo daquele edifício foi definido em conformidade com o ofício da Direcção Geral do Ensino Primário, número duzentos e cinquenta e dois de catorze de Fevereiro de mil novecentos e cinquenta e um e que se o assunto exposto pela Câmara Municipal vier a ser aceite pelo Ministério da Educação Nacional no sentido de ficar assegurada a separação dos sexos, aquela Direcção nada terá a opor e procederá em conformidade com o que for aquele departamento for julgado mais conveniente. Em face do exposto, resolveu a Câmara, por unanimidade expor o caso a Sua Excelência o Ministro da Educação Nacional, por reconhecer que o mesmo edifício deve ser destinado para os dois sexos e solicitar a Sua Excelência a necessária autorização para que seja feita a alteração proposta pela Direcção do Distrito Escolar.”<sup>126</sup>

A Câmara, ainda em Agosto de 1955, recebeu um ofício do engenheiro da Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias perguntando-lhe se considerava conveniente a instalação eléctrica no edifício escolar e se tomava o compromisso de levar o ramal necessário até junto do edifício. A Câmara mais uma vez mostrou o seu interesse pela educação e pelo bem-estar da comunidade escolar, respondendo que a instalação eléctrica deveria ser feita e que tomava o compromisso de levar o referido ramal até ao ponto desejado.

“ Ofício do engenheiro – Chefe da Secção da referida Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias solicitando que se informe se à Câmara parece conveniente dotar aquele edifício com instalação eléctrica, com a condição no caso afirmativo, de tomar o compromisso de levar o ramal necessário até junto do edifício. A Câmara resolveu informar que no referido edifício deve ser feita a instalação eléctrica e que tomará o compromisso de levar o ramal até ao ponto designado.”<sup>127</sup>

---

<sup>126</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 16 de Agosto de 1955.

<sup>127</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre de 16 de Agosto de 1955.

A partir de 2 de Janeiro de 1957, o edifício escolar do tipo Plano dos Centenários, da estrada da Serra, passou a ser utilizado como escola.<sup>128</sup>

A Câmara recebeu, em Abril de 1957, da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, duas notas de liquidação referentes aos encargos da construção do edifício escolar da estrada da Serra no valor de duzentos e vinte e cinco mil cento e trinta e sete escudos e setenta centavos, assumindo os encargos que lhe foram atribuídos.

“ Duas notas de liquidação enviadas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias – Plano dos Centenários) informando que a responsabilidade da Câmara Municipal deste concelho com a construção do edifício de quatro salas, gémeo, da Estrada da Serra, da freguesia da Sé, é de duzentos e vinte e cinco mil cento e trinta e sete escudos e setenta centavos (...). A Câmara resolveu por unanimidade assumir os encargos das referidas notas de liquidação.”<sup>129</sup>

A escola da Estrada da Serra começou a funcionar, como edifício escolar, em 2 de Janeiro de 1957 e foi desactivada ano lectivo de 2006/07. Presentemente, o edifício construído com o fim de assegurar funções escolares é sede de uma colectividade cultural.

---

<sup>128</sup> CEBOLA, Dionísio (2001). *A Escola Primária no Distrito de Portalegre*. Nisa: Edição Câmara Municipal, p.199.

<sup>129</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 16 de Abril de 1957.





*Foto IX - Escola da Estrada da Serra<sup>130</sup>*



*Foto X - Fachada principal da Escola da Estrada da Serra num dia de festa.<sup>131</sup>*

<sup>130</sup> Foto do Arquivo do Centro de Área Educativa de Portalegre.

<sup>131</sup> Foto do Arquivo particular do prof. Francisco Simão.





*Foto XI - Escola da Estrada da Serra actualmente.*<sup>132</sup>

---

<sup>132</sup> Foto do Arquivo particular do Prof. Francisco Simão.

### 2.3.4 - Escola da Praceta

A construção de um novo edifício escolar surge da necessidade de substituir o edifício escolar da Fontedeira, o qual havia sido vendido para ampliação dos terrenos do Hospital de Portalegre. No entanto, este só viria a ser desactivado após a construção da nova escola.

Em Janeiro de 1965, a Câmara Municipal solicitou ao Ministro da Educação Nacional a inclusão no Plano de Construções Escolares de um edifício de oito salas – sem tipo, a construir no Bairro do Bonfim.

“Por proposta do senhor Presidente a Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar a Sua Excelência o Ministro da Educação Nacional a inclusão no presente Plano de Construções Escolares, de um edifício de oito salas – sem tipo – a construir no Bairro do Bonfim, de acordo com o projecto de urbanização superiormente aprovado.”<sup>133</sup>

A Câmara obteve resposta ao seu pedido de construção do novo edifício no mês de Abril, através da Direcção Escolar de Portalegre que informou a edilidade que, por despacho Ministerial, fora autorizada a construção do novo edifício escolar no Bairro do Bonfim. A Câmara deliberou encarregar o arquitecto urbanista, Jaime Dias de Azevedo, de elaborar o projecto para o edifício em causa.

“ O ofício número mil cento e oitenta e cinco da Direcção Escolar de Portalegre, de dois do corrente mês, informando que por despacho Ministerial do mês próximo passado, foi determinado alterar-se o plano mediante o edificação de cinco salas para o núcleo escolar de Portalegre e incluiu-se no projecto em curso a construção de um edifício de oito salas no Bairro do Bonfim (as três que já estavam previstas e mais cinco editadas). A Câmara tomou conhecimento e deliberou encarregar o arquitecto urbanista, Jaime Dias de Azevedo, de elaborar o projecto para o edifício em causa.”<sup>134</sup>

Em 29 de Junho foi apresentado pelo arquitecto Jaime Dias de Azevedo o ante-projecto do novo edifício escolar, o qual foi examinado e aprovado pela Câmara. Foi também decidido nessa reunião submeter o referido ante-projecto a aprovação superior e solicitar participação para a construção do edifício escolar.

---

<sup>133</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 12 de Janeiro de 1965.

<sup>134</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 6 de Abril de 1965.

“ Um ante-projecto da autoria do architecto urbanista – Jaime Dias de Azevedo, respeitante à construção de um novo edifício escolar, no Bairro de Oliveira Salazar, nesta cidade, que foi devidamente examinado tendo merecido a aprovação unânime da Câmara. Mais foi resolvido submete-lo à aprovação superior, com o pedido de comparticipação.”<sup>135</sup>

Na reunião de Câmara de 6 de Julho de 1965 foi apresentada uma factura pelo referido architecto na importância de dezassete mil escudos, valor correspondente ao pagamento de um terço do ante-projecto do edifício escolar.

“ Uma factura do architecto urbanista – Jaime Dias de Azevedo da importância de dezassete mil escudos valor correspondente a um terço do ante-projecto do novo edifício escolar do Bairro Dr. Oliveira Salazar em Portalegre. A Câmara deliberou aprovar o encargo referido.”<sup>136</sup>

Em 26 de Outubro de 1970, a Câmara, depois de apreciar os documentos enviados pela Direcção Geral do Ensino Primário, deliberou mandar executar o projecto de construção do novo edifício.

“ Foi presente o processo relacionado com a construção do edifício escolar do Bonfim, assim como também o officio número dezassete mil, oitenta e cinco, de vinte e três do corrente mês da Direcção Geral do Ensino Primário. Depois de devidamente apreciados estes documentos, a Câmara por unanimidade e tendo em atenção todas as informações constantes do processo, deliberou mandar executar o respectivo projecto.”<sup>137</sup>

Na reunião de Câmara de 18 de Outubro de 1971 foi decidido pôr a obra de construção do edifício escolar da Praceta a concurso público com a base de licitação de um milhão oitocentos e trinta e três mil, quinhentos e oitenta escudos. Foi também marcado nessa reunião a realização do acto do concurso público para o dia 22 de Novembro.

“Construção de um edifício para a escola primária do Bairro Oliveira Salazar, em Portalegre: - Apresentou, depois, o senhor Presidente o programa do concurso e cadernos de encargos da obra em epigrafe. A Câmara deliberou por unanimidade dar-lhe a sua aprovação e pôr a obra a concurso público pelo prazo de vinte dias a partir da publicação no “Diário do Governo” e marcar a primeira segunda-feira a seguir ao termo desse prazo para a realização do acto do concurso público e adjudicação. A base de licitação é de um milhão oitocentos e trinta e três mil, quinhentos e oitenta escudos.”<sup>138</sup>

<sup>135</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 29 de Junho de 1965.

<sup>136</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 6 de Julho de 1965.

<sup>137</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 26 de Outubro de 1970.

<sup>138</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 18 de Outubro de 1971.

No dia marcado, deu-se início ao acto do concurso público com vista à adjudicação da empreitada de construção do edifício escolar da Praceta.

Concorreram à adjudicação da obra duas propostas. Os dois concorrentes foram António Sequeira Lopes, de Elvas, e Júlio Henriques Jorge, de Portalegre.

As propostas apresentadas foram abertas e lidas e os documentos examinados. Os valores das propostas foram os seguintes: António Sequeira Lopes dois milhões e setecentos mil escudos; Júlio Henriques Jorge – dois milhões e noventa e dois mil quatrocentos e cinco escudos e vinte centavos. Foi também decidido enviar as propostas apresentadas à apreciação da secção Técnica de Obras.

“Construção do edifício para a Escola Primária do Bairro Doutor Oliveira Salazar, em Portalegre – realização do acto do concurso público: - Disse o Senhor Presidente estar marcada para hoje, conforme deliberação tomada em dezoito de Outubro de mil novecentos e setenta e um, a realização do acto do concurso público, com vista à adjudicação da empreitada da obra em epígrafe. Deu-se início ao referido acto pela leitura do anúncio do concurso. Em seguida foi elaborada pela ordem de chegada das propostas a lista dos concorrentes, fazendo-se a sua leitura em voz alta. Foram eles os seguintes: António Sequeira Lopes, de Elvas, e Júlio Henriques Jorge, de Portalegre. Não tendo sido apresentada qualquer reclamação, procedeu-se, à abertura dos subscritos exteriores pela ordem da sua entrada, extraindo-se de cada um os dois subscritos que continham. Pela mesma ordem se fez, em seguida, a abertura dos subscritos que encerravam os documentos. Procedendo-se ao seu exame, verificou-se que todos se encontravam em ordem, pelo que a Câmara deliberou admitir ao concurso os concorrentes. Fez-se, então, a abertura dos subscritos que continham as propostas que foram lidas. São os seguintes os seus valores: António Sequeira Lopes dois milhões e setecentos mil escudos; Júlio Henriques Jorge – dois milhões e noventa e dois mil quatrocentos e cinco escudos e vinte centavos. Tendo-se procedido ao seu exame formal verificou-se que o preço da primeira excedeu a base de licitação – oitocentos e sessenta e seis mil quatrocentos e vinte escudos e vinte centavos. A Câmara deliberou submeter as referidas propostas à apreciação da Secção Técnica de Obras, para efeitos de informação. Por último, as propostas e, bem assim, os documentos que as acompanhavam foram rubricados por todos os membros presentes.”<sup>139</sup>

Após a apreciação por parte da Repartição Técnica de Obras no sentido de prestar informação sobre as vantagens, ou não, da adjudicação da obra ao concorrente que apresentou a proposta de menor valor, no dia 29 de Novembro, foram lidas em reunião as informações prestadas e foi decidido adjudicar a empreitada a Júlio Henriques Jorge, que apresentou a proposta de menor valor.

---

<sup>139</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 22 de Novembro de 1971.

A Câmara adjudicou a obra apesar da proposta exceder o valor de base da licitação, em virtude do aumento constante dos materiais de construção e da mão-de-obra.

“ Construção do edifício da Escola Primária no Bairro doutor Oliveira Salazar, em Portalegre: - Disse o Senhor Vice - Presidente que tendo sido realizado perante a Câmara o acto de concurso público para a adjudicação da empreitada da obra em epígrafe em sua reunião realizada no dia vinte e dois do mês em curso, foi deliberado solicitar à Repartição Técnica de Obras no sentido de prestar informação sobre se há ou não vantagem na adjudicação da obra ao concorrente que apresentou a proposta de valor mais baixo, ainda que esta exceda a base de licitação. Foi lida então, a informação prestada, segundo a qual não se vê inconveniente na adjudicação da empreitada a Júlio Henriques Jorge, que apresentou a proposta de valor mais baixo na importância de dois milhões e noventa e dois mil quatrocentos e cinco escudos e vinte centavos, em virtude de determinados preços constantes do orçamento da obra se encontram já bastante desactualizados, como sejam os relativos às alvenarias e betões. A Câmara considerando que o preço da adjudicação é apenas superior em cerca de treze vírgula oito por cento à base de licitação poderia ter um aumento de vinte por cento em relação à base primitiva, superior assim à proposta mais baixa apresentada; considerando que devido ao aumento constante dos materiais e de mão de obra as propostas a apresentar em novo concurso poderiam vir já agravadas desse aumento, deliberou adjudicar a obra a Júlio Henriques Jorge pelo preço da sua proposta, ou seja pela importância de dois milhões e noventa e dois mil quatrocentos e cinco escudos e vinte centavos.”<sup>140</sup>

A Câmara foi informada, em Agosto de 1972, através de ofício da Direcção Externa do Sul da Direcção Geral das Construções Escolares que, por despacho do Secretário de Estado, foi autorizado o fornecimento do mobiliário para o edifício escolar do Bairro do Bonfim.

“ Fornecimento de mobiliário para a escola primária do Bairro do Bonfim – Leu o Senhor Presidente o ofício número mil setecentos e noventa e cinco, de dezasseis do corrente, em que a Direcção Externa do Sul da Direcção Geral das Construções Escolares informa que, por despacho de sua Excelência o Secretário de Estado, foi autorizado o fornecimento de mobiliário para o edifício escolar do Bairro do Bonfim.”<sup>141</sup>

A Câmara, em Novembro, solicitou à Direcção do Distrito Escolar uma relação do mobiliário para o edifício escolar.

“Apetrechamento da nova Escola Primária do Bonfim – Por proposta do Senhor Presidente, deliberou a Câmara, por unanimidade, solicitar à Direcção do Distrito Escolar nota do mobiliário e material didáctico necessário ao

<sup>140</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 29 de Novembro de 1971.

<sup>141</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 21 de Agosto de 1972.

apetrechamento da nova Escola Primária do Bonfim, nomeadamente da sala polivalente, bem como a indicação do seu aproveitamento mobiliário para o edifício escolar do Bairro do Bonfim.”<sup>142</sup>

Em Novembro de 1972, a Câmara aprovou o pagamento ao empreiteiro adjudicatário da obra, Júlio Henriques Jorge, do auto de medição nº 5 no valor de cento e setenta contos, relativos à construção do edifício escolar da Praceta.

“Auto de mediação nº 5, no valor de 170 contos, da obra de construção do edifício escolar do ensino primário, no Bonfim – Aprovação e autorização de pagamento – Presente o auto de medição número cinco, no valor de duzentos e cinquenta contos, da obra de construção do edifício escolar do ensino primário, no Bonfim. A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o referido auto e autorizar o seu pagamento a favor do empreiteiro adjudicatário da obra Júlio Henriques Jorge, com dedução de cinco por cento para reforço do depósito de garantia, nos termos do artigo dezanove do caderno de encargos respectivo.”<sup>143</sup>

A Câmara viria a ser informada, em 17 de Janeiro de 1973, pela Direcção das Construções Escolares do Sul, do mobiliário e material didáctico necessário para o novo edifício e do custo do mesmo (mobiliário, cento e vinte e oito contos; material didáctico, vinte contos). A referida Direcção das Construções Escolares do Sul informou ainda a Câmara que poderia adquirir o material, sendo posteriormente ressarcida das importâncias referidas. A Câmara, no entanto, decidiu que o fornecimento destes materiais fosse feito directamente pela Direcção das Construções Escolares do Sul.

“Fornecimento de mobiliário e material didáctico para o novo edifício escolar do Bonfim: - Presente o ofício número cento e trinta e dois /CES, de dezassete do mês findo, em que a Direcção das Construções Escolares do Sul informa qual o material que fornece para a Escola em referência, cujo o custo é o seguinte: mobiliário, cento e vinte e oito contos; material didáctico, vinte contos, e propõe à Câmara, no caso de nisso estar interessada, a aquisição por ela própria do referido material mediante o recebimento das mencionadas importâncias.

Posto o assunto à consideração do mesmo Corpo Administrativo, este deliberou que se informe que opta pelo fornecimento do mobiliário e do material didáctico para a Escola em epígrafe a fazer directamente pela Direcção das Construções Escolares do Sul.”<sup>144</sup>

A Direcção das Construções Escolares do Sul informou a Câmara, em Abril, que lhe seria muito difícil fazer o fornecimento do referido mobiliário até ao dia 23 de Maio

---

<sup>142</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 21 de Agosto de 1972.

<sup>143</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 13 de Novembro de 1972.

<sup>144</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 5 de Fevereiro de 1973.

em virtude de, apesar de o concurso para o fornecimento desse mobiliário já ter sido efectuado, o mesmo ainda não se encontrar adjudicado.

“Fornecimento de mobiliário e material didáctico para a Escola Primária do Bonfim: - Foi presente o ofício número oitocentos e onze, datado de dezoito do mês corrente, em que a Direcção das Construções Escolares do Sul informa ser muito difícil fazer o fornecimento do referido mobiliário até vinte e três de Maio próximo. Mais informa de que o concurso para o fornecimento desse mobiliário já foi efectuado, mas ainda não adjudicado, e, logo que haja conhecimento da adjudicação do mobiliário, entrará em contacto com o fornecedor com vista a futuras diligências. A Câmara tomou conhecimento.”<sup>145</sup>

A Câmara, que pretendia inaugurar o novo edifício escolar no dia da Festa da Cidade (vinte e três de Maio), questionou o empreiteiro sobre a data de conclusão da construção do edifício escolar.

O empreiteiro informou a Câmara que o edifício escolar não estaria concluído até essa data, devido à dificuldade de aquisição de diversos materiais (tais como estores, pois a fábrica fornecedora não os fabricou dentro do prazo) e por falta de mão-de-obra especializada em acabamentos.

“Construção do edifício para a escola Primária do Bonfim: - Disse o Senhor Vice-Presidente ter solicitado informação ao adjudicatário da obra de construção do edifício em epígrafe, Júlio Henriques Jorge, sobre a data em que deviam estar concluídas as obras de construção do edifício em epígrafe, com vista à sua inauguração no dia da Festa da Cidade – vinte e três de Maio. Em resposta, escreveu aquele empreiteiro a carta, datada de quatro do corrente, nos termos seguintes: “Excelentíssimo Senhor: Sou com as minhas sinceras desculpas, mas as dificuldades de aquisição de diversos materiais tais como estores, pois a fábrica fornecedora não os fabrica dentro do prazo para que se possa proceder à inauguração da Escola que estou a construir. Tendo também dificuldades em mão de obra especializada para acabamento. Tenho imensas dificuldades, mesmo que eu colocasse toda a mão de obra especializada que possuo nunca poderia acabar até ao dia vinte e três de Maio corrente. Mais uma vez lhe peço as minhas desculpas, sou com toda a consideração e estima.” A Câmara tomou conhecimento”<sup>146</sup>

O empreiteiro solicitou à Câmara a prorrogação do prazo de entrega do edifício escolar. A Câmara aceitou o pedido, mas impôs a condição de ser entregue um conjunto de salas até ao dia 1 de Julho de 1973.

“ Construção do edifício escolar na Praceta dos Lusíadas: - Apresentou o Senhor Vice-Presidente o requerimento em que, Júlio Henriques Jorge adjudicatário da obra em epígrafe, pede a prorrogação até trinta de Julho de mil novecentos e setenta e três. A Câmara deliberou deferir o pedido devendo no

<sup>145</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 24 de Abril de 1973.

<sup>146</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 8 de Maio de 1973.

entanto ser entregue até um de Julho um dos conjuntos de salas de professores e administração.”<sup>147</sup>

Não sabemos se se concretizou...

Em 16 de Outubro de 1973, foi aprovado o pagamento ao empreiteiro da obra do auto de medição nº 8, no valor de cento e vinte e dois mil quatrocentos e cinco escudos e vinte centavos.

“Auto de medição da obra de construção do edifício escolar do Bonfim: - Quanto o auto de medição número oito no valor de cento e vinte e dois mil quatrocentos e cinco escudos e vinte centavos. A Câmara deliberou autorizar desde já o pagamento da referida importância a favor do adjudicatário da obra.”<sup>148</sup>

Na reunião de Câmara de 13 de Novembro de 1973, foi apresentado, pelo Presidente da Câmara, o requerimento do adjudicatário da obra do edifício escolar da Praceta, pedindo para ser autorizada a substituição dos descontos de cinco por cento nos pagamentos a ele feitos, no total de cento e quatro mil seiscentos e vinte escudos e trinta centavos, depositados na Tesouraria Municipal como receita cativa, por garantia bancária. A Câmara autorizou a substituição pretendida, bem como o pagamento da referida importância.

“Construção da Escola Primária do Bonfim – substituição dos descontos para reforço ao depósito de garantia por garantia bancária: - Apresentou o Senhor Presidente o requerimento em que Júlio Henriques Jorge, adjudicatário da obra em epígrafe, pede para ser autorizada a substituição dos descontos de cinco por cento nos pagamentos a ele feitos, no total de cento e quatro mil seiscentos e vinte escudos e trinta centavos, pela garantia bancária número noventa e sete mil seiscentos e vinte e oito, datada de dois do corrente, oferecida pelo Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, bem como a informação prestada pelo chefe da secretaria, nos termos seguintes: Nos termos do artigo décimo nono do Caderno de Encargos da Obra, foi descontada em cada um dos pagamentos feitos ao empreiteiro a importância correspondente a cinco por cento do valor dos autos de medição para reforço do depósito de garantia, que ficou depositada na Tesouraria Municipal como receita cativa. De harmonia com o número terceiro do artigo centésimo octogésimo sexto do referido contrato de empreitada de obras públicas pode ser substituído por garantia bancária o referido desconto. Ao abrigo desta disposição legal vem o empreiteiro adjudicatário da obra, Júlio Henriques Jorge, requerer a substituição daquele desconto pela garantia bancária número noventa e sete mil seiscentos e vinte e oito, de escudos cento e quatro mil seiscentos e vinte escudos e trinta centavos oferecida pelo Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Esta importância condiz com o total dos descontos efectuados nos pagamentos. A Câmara, porém, resolverá. A Câmara deliberou por unanimidade,

---

<sup>147</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 29 de Maio de 1973.

<sup>148</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 16 de Outubro de 1973.



autorizar a substituição pretendida bem como o pagamento da mencionada importância.”<sup>149</sup>

O edifício escolar construído na Praceta dos Lusíadas, tinha oito salas de aula, salão polivalente e gabinetes para os professores. Sabemos, no entanto, que o mesmo passou a ser utilizado desde 1 de Outubro de 1973 como escola primária pública e veio substituir o edifício escolar da Fontedeira.<sup>150</sup> O referido edifício escolar continua actualmente a funcionar como escola, agora como escola do primeiro ciclo do ensino básico.



*Foto XII - Vista parcial da Escola da Praceta actualmente.*

<sup>149</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 13 de Novembro de 1973.

<sup>150</sup> CEBOLA, Dionísio (2001). *A Escola Primária no Distrito de Portalegre*. Nisa: Edição Câmara Municipal, p.201.

### ***Capítulo III - Equipamentos e materiais escolares***

#### **3.1 - Evolução do mobiliário escolar e do material didáctico**

No final do século XIX, a elite cultural considerava que o progresso do país dependia da instrução e da escola pública, que devia estender-se às camadas mais pobres. O problema das estruturas escolares surge, pois, no momento em que se fez um esforço político no sentido do aperfeiçoamento das condições do ensino elementar, como forma de o estender aos estratos mais desfavorecidos da sociedade.

Essa prioridade era manifesta na orientação da política governamental ao nível educativo, que incidia a sua acção na implementação da inspecção às escolas primárias, bem como na tentativa da melhoria das condições materiais das escolas. Sobretudo neste último aspecto é reconhecido que a maioria dos municípios não tinha capacidade financeira para fazer face às despesas locais.

O reconhecimento da inexistência generalizada de um mobiliário adequado nas escolas, o qual constava muitas vezes de simples bancos separados, desperta a atenção em relação ao estado físico dos alunos:

“ É muitíssimo inconveniente e prejudicial à saúde, conservar os alunos encostados às paredes húmidas e frias, ou curvados sobre os bancos por não terem onde se encostarem”<sup>151</sup>

Nos primeiros tempos as preocupações com o mobiliário escolar foram de alguma maneira marginalizadas pela obsessão com a ventilação dos edifícios das escolas, ocorrendo mais tarde uma pesquisa médica orientada para os problemas da coluna vertebral e para as perturbações oculares.

Mas foi o “ar” que até finais do século XIX, início do século XX constituiu o elemento principal da salubridade e da saúde, na sua dialéctica com a “água útil”.<sup>152</sup>

“ O primeiro grande momento do debate sobre o mobiliário escolar (1860/1870) coincide com o aparecimento de preocupações higiénico e sanitárias, que conduzirão a uma infinidade de preceitos sobre os materiais e os equipamentos mais adequados ao corpo e ao conforto dos alunos. A importância

---

<sup>151</sup> Citado por SILVA, Carlos Miguel Jesus Manique da (2002). *Escolas belas ou espaços são?: uma análise histórica sobre a arquitectura escolar portuguesa 1860-1920*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, p. 52.

<sup>152</sup> idem. *ibidem.*, p. 54.

que o tema adquire nas Exposições Universais do final do século XIX justifica-se pelo cruzamento entre uma dimensão científica (a mensuração e o controlo do corpo humano) e a possibilidade de introduzir inovações técnicas no fabrico e na produção de objectos numa área de tão grande relevância social e política.”<sup>153</sup>

O mobiliário escolar foi pela primeira vez enumerado e regulamentado pela Portaria de 20 de Julho de 1866. O normativo era claro e preciso no que respeitava ao mobiliário, tendo subjacente a questão da ordem, não esquecendo o pormenor da irregularidade da frequência escolar que se verificava na época.<sup>154</sup>

“ Para a disciplina é melhor que cada aluno tenha a sua cadeira, ou um banco de 60 na 61 centímetros de comprimento e uma mesa do mesmo tamanho. Isto porém exige uma aula mais espaçosa, e obriga a um aumento de despesas que se calcula em 20 por cento do que custaria a aula mobilada com bancos e mezas de dois alunos. Estes bancos ainda permitem facilitar a disciplina da escola.... Para economisar espaço e atendendo a que a frequência de alguns alunos é muito irregular, podem os bancos das duas ou trez ultimas fileiras ser de cinco alunos.”

Do mobiliário destacava-se, junto de uma das paredes transversais da sala, a secretária e a cadeira do professor, sobre um estrado de 2 metros de comprimento e 30 a 60 centímetros de altura, que podia ter um ou dois degraus. Para os alunos, bancos ou cadeiras individuais com as respectivas mesas, o que vinha exigir salas de aula mais espaçosas e obrigava a um aumento das despesas. A portaria é extremamente minuciosa ao indicar as medidas dos bancos e das mesas, em tabela própria, construídas em função da idade dos alunos. As cadeiras ou bancos tinham de comprimento 60 a 61 centímetro de comprimento, deviam ter costas com uma inclinação de 8 por cento. Os bancos poderiam ser substituídos por cadeiras onde houvesse meios para pagar a diferença de custos.

As mesas deviam ser feitas de forma que cada uma servisse de costas ao banco seguinte. As mesas deviam ser horizontais e sem bordo algum do lado onde se escreve, havendo no entanto, do lado oposto um rebordo de 2 centímetros de altura, para que não caíssem os lápis e penas dos alunos para o banco seguinte. Cada mesa, a meio, tinha pelo menos um tinteiro de vidro, em caixa de metal embutida na mesa, a fim de poder servir para dois alunos.

Nas escolas femininas, na sala contígua à sala de aula, teria de haver cadeiras pequenas para os trabalhos de costura.

---

<sup>153</sup>NÓVOA, António (2005). *Evidentemente – Histórias da Educação*. Porto: Edições ASA, p. 65.

<sup>154</sup> CARTA DE LEI cit. In *Diário de Lisboa* (Folha oficial do Governo Português) Nº 163 (23 de Julho de 1866).

Tabella de altura e largura dos bancos e mesas					
Número do padrão	Bancos		Mesas		Idade dos alunos
	Altura desde o soalho até à beira superior do assento	Largura desde a beira do assento até as costas	Altura desde o sobrado até à parte superior do lado onde se escreve	Largura	
1	24 a 25 cm	23 cm	50 cm	28 cm	Até 4 anos
2	26 a 27 cm	24 cm	53 cm	31 cm	5 e 6
3	31 cm	25 cm	56 cm	33 cm	7 e 8
4	34 cm	27 cm	59 cm	36 cm	9 e 10
5	36 cm	28 cm	61 cm	38 cm	11 e 12
6	38 cm	29 cm	64 cm	41 cm	13 e 14
7	42 cm	30 cm	67 cm	43 cm	15 e 16
8	44 cm	31 cm	70 cm	46 cm	17 e mais

Quadro I - adaptado de Beja<sup>155</sup>

Quanto ao material didáctico, para uma escola bem equipada era necessário o seguinte: um quadro preto com altura de 1 metro por 80 centímetros de largura, quadros alfabéticos e resenha alfabética do método português, de António Castilho, um relógio, um quadro do sistema métrico, colecção de traslados, régua, colecção de pesos e medidas, 1 metro de algibeira, contador mecânico, um Mississippi de leitura, caixa de desenho com transferidor, tira-linhas e um compasso de medir, outro de redução e outro com toca-lápis ou tira-linhas, duplo decímetro graduado e esquadro, globos para o estudo da Geografia, um mapa mundi, o mapa de Portugal e outro das colónias, um ou dois termómetros, esquadro de agrimensur de limbo graduado com agulha e luneta, uma colecção de sólidos geométricos, vasos de vidro com amostras dos diversos tipos de solo, um esqueleto para o ensino das noções elementares de anatomia e vários livros destinados à instrução elementar e à difusão de conhecimentos úteis. Nas escolas do sexo feminino, além do material referido, deveria haver utensílios próprios para os

<sup>155</sup> BEJA, Filomena e Outros (1996). *Muitos anos de escolas vol. I - 1ª parte: edifícios para o ensino infantil e primário até 1941*. Lisboa: Centro de Documentação e Informação, p. 281.

lávares femininos; neste sentido, defendia-se que seria bom haver uma máquina de costura, duas ou três rodas de fiar linho e outra para fiar seda.

Era uma listagem de material que seguia as orientações pedagógicas da época, defendida por Froebel, Pestalozzi e outros pedagogos.

“No en vano Froebel, por ejemplo, había diseñado un específico material didáctico, sus dotes, que venían además a dar traducción a algunas de las propuestas pestalozzianas. Recordemos: la pelota, la esfera, el cilindro y el cubo, las cajas de arquitectura y de matemáticas, los palitos, los anillos y los juegos de modelado.”<sup>156</sup>

O governo, em Julho de 1871, mostrou-se preocupado com as péssimas instalações escolares de que o país dispunha. Reconhecendo que na altura não era possível exigir à maior parte das casas de habitação, onde se exercia o ensino, as condições estabelecidas na portaria de 20 de Julho de 1866, pediu à Junta Consultiva da Instrução Pública que emitisse um parecer sobre as medidas a tomar. Conformando-se com esse parecer, mandou publicar, em 7 de Julho de 1871, uma nova portaria em que destabelecia os requisitos mínimos sobre as salas e os objectos indispensáveis para a organização das escolas primárias. Na mesma portaria responsabilizava os Governos Civis pela coordenação de comissões que inspecionassem e aprovassem localmente as casas das escolas e os objectos educativos.

Os materiais educativos, considerados indispensáveis na portaria de 1871 para a organização das escolas primárias, compreendiam o seguinte mobiliário: uma cadeira e uma banca para o professor sobre um estrado de 2 m de largura e 30 cm de altura; um quadro preto com 1 m de altura e 80 cm de largura; bancos para os alunos, para cada seis alunos, quanto muito, podia haver um banco de encosto com 3,35m de comprimento, tendo por baixo da tábua de assento, uma prateleira corrida para os livros, papeis, bonés, etc. A altura dos bancos, desde o soalho até à beira superior do assento deveria ter 30 a 40cm e de largura de 18 a 20 cm.

Se os bancos não tivessem carteiras, deveria haver na aula mesas de 65 a 75cm de altura, pelo menos para a terça parte dos alunos. O comprimento das mesas devia ser calculado de forma que para cada 3 alunos houvesse um espaço de 1,68m. Nessas mesas

---

<sup>156</sup> RICO, Antón Costa(1997). Mobiliario, dotación y equipamiento escolar en el siglo XIX. *Revista Interuniversitaria*. Vol.16. Ediciones Universidade de Salamanca, p.105.

era colocado um tinteiro para cada 2 alunos, em sítio em que ambos possam apanhar a tinta sem alterar a posição do corpo.<sup>157</sup>

Sabe-se que nem este “mínimo provisório” veio a ser aplicado em dezenas de escolas, que por todo o país continuavam a funcionar em espaços alugados e na maior parte dos casos sem condições higiénico - pedagógicas.

Os artigos de mobiliário referidos nas instruções de 1866 vieram a ser interpretados nos desenhos de uma dezena de peças publicados em 1877 sob a designação de: “Modelos de mobiliário para escolas de Instrução Primária, organizados por ordem da Direcção-Geral da Instrução Publica.”

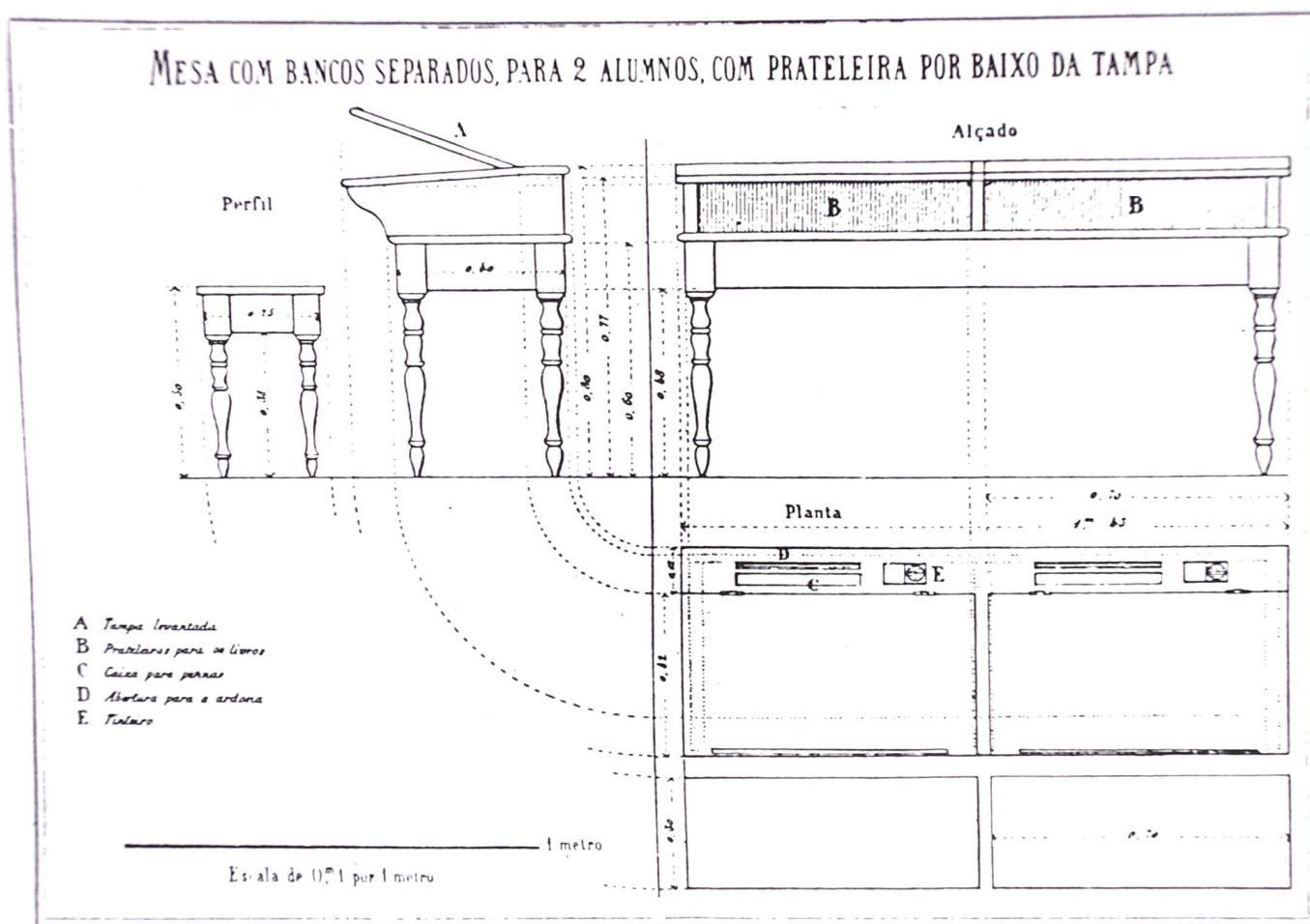


Foto XIII - Peças de mobiliário escolar recomendadas em 1877, pela Direcção-Geral da Instrução Pública<sup>158</sup>

<sup>157</sup> BEJA, Filomena e Outros (1989). *Muitos anos de escolas vol. I - 1ª parte: edifícios para o ensino infantil e primário até 1941*. Lisboa: Centro de Documentação e Informação, p. 284.

O projecto de escola de Adões Bermudes não incluía desenhos de mobiliário escolar. Este, segundo a legislação em vigor, deveria ser providenciado pelas Câmaras Municipais, as quais frequentemente o encomendavam a marceneiros locais, que executavam os modelos que lhe eram propostos. As peças fornecidas às escolas não seriam de muito boa qualidade, nem anatomicamente muito ajustadas.

Em Portugal, a partir da implantação da República, em 1910, foi desenvolvida uma vasta acção educativa, sob a influência dos grandes pedagogos republicanos.

“O segundo grande momento do debate (anos 1910/1920) organiza-se em torno das questões pedagógicas. Neste período, as preocupações com o mobiliário escolar inscrevem-se no contexto da distinção escola passiva/escola activa. Um texto emblemático de Faria de Vasconcelos, publicado em 1921, resume bem os argumentos desta geração de educadores: “As carteiras actuais deformam corporalmente a criança, originam atitudes viciosas e doenças – escoliose, miopia, etc. – Impõem-lhe uma imobilidade contrária à sua natureza, às suas necessidades de movimento e liberdade física, cansam-na excessivamente, barbaramente. (...) São carteiras feitas para a audição passiva, para o estudo livresco, para a disciplina autoritária do silêncio e da imobilidade.”<sup>159</sup>

Em 29 de Março de 1911, o governo de república publicou uma lei que reformou profundamente as estruturas do ensino primário e que vinha exigir soluções novas à arquitectura escolar e pressionar a construção, remodelação e reparação dos equipamentos educativos.

O decreto nº 134, de 29 de Março de 1911, reforça que compete as Câmaras Municipais organizar os processos de criação, suspensão, transferência ou conversão das escolas de instrução primária. Mas no mesmo decreto é referido que quando a Câmara não tomasse a responsabilidade do material escolar e do mobiliário podiam tomar a responsabilidade pelo fornecimento dos mesmos os Juntas de Paróquia ou quaisquer indivíduos.<sup>160</sup>

Desde os meados do século XIX que se vinha projectando na sociedade Portuguesa os ideais republicanos de educar para desenvolver o país. O ensino da leitura e escrita popularizou-se através das escolas móveis, que existiram em número significativo no distrito de Portalegre.

---

<sup>158</sup> BEJA, Filomena e Outros (1989). *Muitos anos de escolas vol. I - 1ª parte: edifícios para o ensino infantil e primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação – Direcção-Geral de Administração Escolar, p.48.

<sup>159</sup> NÓVOA, António (2005). *Evidentemente – Histórias da Educação*. Porto: Edições ASA, p. 65.

<sup>160</sup> BEJA, Filomena e Outros (1989). *Muitos anos de escolas vol. I - 1ª parte: edifícios para o ensino infantil e primário até 1941*. Lisboa: Ministério da Educação – Direcção-Geral de Administração Escolar, p.289.

A partir do século XX tornaram-se mais nítidas as propostas de experiências inovadoras que tentaram valorizar as componentes pré-profissionais do ensino. Neste âmbito situou-se o funcionamento da Escola - Oficina nº1 que foi uma das primeiras tentativas que se fez em Portugal de ensino integrado de actividades manuais, intelectuais e artísticas para alunos dos 7 aos 14 anos de idade. Também se decretou em 29 de Março de 1911 a criação de Escolas ao Ar livre que estavam em consonância com espírito de desenvolvimento integral das crianças. Este tipo de escolas tinha sido recomendado em 1907, durante o Congresso de Hygiene Escolar de Londres, e fundamentava-se em razões médicas e visava o combate e a prevenção da pré - tuberculose. Em Portugal, apesar do decreto, só funcionou uma escola desse modelo, na região de Tomar e durante o ano de 1913, na qual foram observados resultados animadores. Beja<sup>161</sup> cita o Dr. Camilo Augusto de Figueiredo, o qual escreveu o seguinte sobre as instalações necessárias para as escolas ao ar livre:

“Estas escolas requerem apenas barracões de madeira, facilmente desmontáveis, com as dimensões de 13,5m X 6,5m X 4,3m. Um estrado de madeira com alguns centímetros de altura faz de pavimento. (...)

O mobiliário é constituído por mesas e cadeiras, em madeira de pinho, o mais leve possível.”

Em 1913 volta-se a referir, no decreto nº 216, de 15 de Setembro, o mobiliário escolar que se considerava necessário para cada sala de aula. Recomendavam bancos - mesa, com lugares em número suficiente para todos os alunos. Esses bancos - mesas deveriam ser de proporções móveis ou fixas, devendo no último caso haver cinco modelos diferentes, proporcionados à estatura dos alunos. As cadeiras deviam ser inclinadas, de preferências móveis para facilitar a passagem dos alunos. Os bancos deviam ter um encosto baixo, à altura do vértice do ângulo inferior do omoplata das crianças.

Para uso do professor, deveria a sala ter uma cadeira e uma mesa colocadas em cima de um estrado.

O mesmo decreto refere que cada sala deveria ter pelo menos o seguinte material de ensino: um quadro negro de 1 m de altura por 1,30 m de largura, um ábaco, uma colecção de pesos e medidas, uma balança, uma carta corográfica do continente, com as ilhas adjacentes e possessões ultramarinas e várias cartas murais contendo alfabetos e silabários.

---

<sup>161</sup> idem. ibidem., p. 88.



Em 1919, no decreto nº 6 137, de 29 de Setembro, refere-se no capítulo I do Ensino Primário Geral, que os Edifícios Escolares Gerais deverão obedecer às condições higiénicas e pedagógicas estabelecidas pelo decreto nº 2 947, de 20 de Janeiro de 1917, as quais ainda não tinham sido revogadas.

Os artigos 29º, 30º e 31º do capítulo I, Ensino Primário Geral, do decreto de 1919, referem-se ao mobiliário e material escolar necessário para cada sala de aula. O mobiliário deveria ser constituído por carteiras individuais ou de dois lugares; as carteiras deveriam ser de proporções móveis ou fixas, se fossem fixas deveria haver modelos diferentes de acordo com a estatura dos alunos. O tampo das carteiras devia ter uma inclinação igual a 1/6 da sua largura. Se os bancos das carteiras não fossem móveis, deviam usar-se de preferência as de distância nula. O encosto das carteiras seria da altura da parte mais elevada do tampo.

Em cada sala deveria ainda haver pelo menos uma mesa, uma cadeira para o professor, armários para os cadernos e material escolar dos alunos e ainda um para o museu regional. O material didáctico mínimo para cada sala compunha-se de: um ou mais quadros negros, uma colecção de pesos e medidas, uma balança Roberval, uma balança decimal, uma craveira, uma colecção de sólidos geométricos, cartas corográficas do continente e ilhas adjacentes e possessões ultramarinas, mapas geográficos, tripé com estante para os cartões do alfabeto e silabários e várias colecções de caracteres móveis.<sup>162</sup>

Em Portugal, o Estado Novo reintroduz uma certa austeridade, no arranjo material das salas de aula. As ordens expressas na circular de 1935 são claras: nas paredes, devia haver apenas o crucifixo, os retratos do Chefe do Estado e do “Sr. Dr. Oliveira Salazar” e o quadro preto, devendo ser guardados em móveis próprios os materiais didácticos e os trabalhos dos alunos. A única excepção autorizada era a fixação de um conjunto de pensamentos educativos aprovados em 1932:

“ Apesar do retrocesso pedagógico no período do Estado Novo, bem patente na manutenção de um mobiliário pesado e antiquado, vai-se assistindo, pouco a pouco, à utilização de materiais mais ligeiros, que permitem uma utilização pedagógica flexível e adaptada a diversas circunstâncias. Os bancos corridos e as carteiras presas ao solo dão lugar, no final do século XX, a mesas e cadeiras que mesmo uma criança pequena pode transportar, juntar ou arrumar. Neste caso, a tecnologia serviu propósitos pedagógicos, ainda que a geometria da sala de aula de aula se mantenha, frequentemente, inalterada.”<sup>163</sup>

<sup>162</sup> Idem. *ibidem.*, p. 301.

<sup>163</sup> NÓVOA, António (2005). *Evidentemente – Histórias da Educação*. Porto: Edições ASA, p. 65.

O material didáctico das escolas do Plano dos Centenários tinha duas proveniências principais: o Ministério da Educação Nacional, que escolhia e comprava o material didáctico, e o Ministério das Obras Públicas que lançava os concursos de fornecimento do mobiliário e fiscalizava as respectivas entregas.

O material didáctico de cada sala de aula era distribuído através das Direcções Escolares. O mesmo nem sempre era novo e nem sempre chegavam os conjuntos completos, provinham muitas vezes de lotes desirmanados recolhidos em diferentes escolas, ou mesmo objectos doados por professores aposentados. “ O boletim Escola Portuguesa publicava muitas vezes sugestões para que os professores e alunos, construíssem objectos úteis à sala de aula a partir de desperdícios, ou de materiais económicos.”<sup>164</sup>

O fornecimento de mobiliário era orientado segundo regras mais rigorosas que o material didáctico. Era elevado o número de peças a adquirir para as escolas do plano dos centenários, mas considerava-se que todas as mobílias teriam de ser novas e construídas segundo modelos ajustados à compleição física dos alunos, para lhe facilitar posturas correctas.

Na década de 1930 acentua-se, em Portugal, o interesse pelo estudo do mobiliário escolar. O Dr. Almiro do Vale, médico na região de Tondela e membro do Instituto da Universidade de Coimbra, publicou um texto sobre o assunto, resumindo as deficiências que observava no mobiliário então existente.

” 1º A maioria das nossas escolas tem um modelo e tipo únicos de carteiras que é nocivo a qualquer aluno;

2º Nas poucas escolas em que há dois tipos e modelos de carteiras quaisquer destes é também impróprio ao aluno, visto não se harmonizar com o seu desenvolvimento físico nem com as exigências do ensino;

3º Quer o “modelo antigo” quer o “moderno” são considerados por nós como impróprios e nocivos ao desenvolvimento somático do aluno, visto a arquitectura desse mobiliário se não coadunar com a sua morfologia corpórea.”<sup>165</sup>

---

<sup>164</sup> BEJA, Filomena e outros (1996). *Muitos anos de escolas vol. II - edifícios para o ensino infantil e primários anos 40 - anos 70*. Lisboa: Centro de Documentação e Informação, p.267.

<sup>165</sup> Vale, António Almiro citado por BEJA, Filomena. *ibidem.*, p. 268.



Foto XIV - Folha de um catálogo comercial de material escolar (década de 1940)<sup>166</sup>

Para tornar o mobiliário escolar adequado aos alunos, o Dr. Almiro do Vale indicou algumas bases anátomo - fisiológicas e preconizou alguns tipos de arquitectura de carteira escolar, dimensionadas de acordo com as estaturas possíveis em crianças na escola primária. O modelo foi desenhado e teve parecer favorável da Direcção-Geral de Saúde Escolar. O Ministro da Educação Nacional, por despacho de 12 de Maio de 1937, autorizou que fosse comercializado e, sem carácter algum de exclusividade, autorizava a sua aquisição pelas Câmaras Municipais.

<sup>166</sup> BEJA, Filomena e outros. *ibidem.*, p. 268.

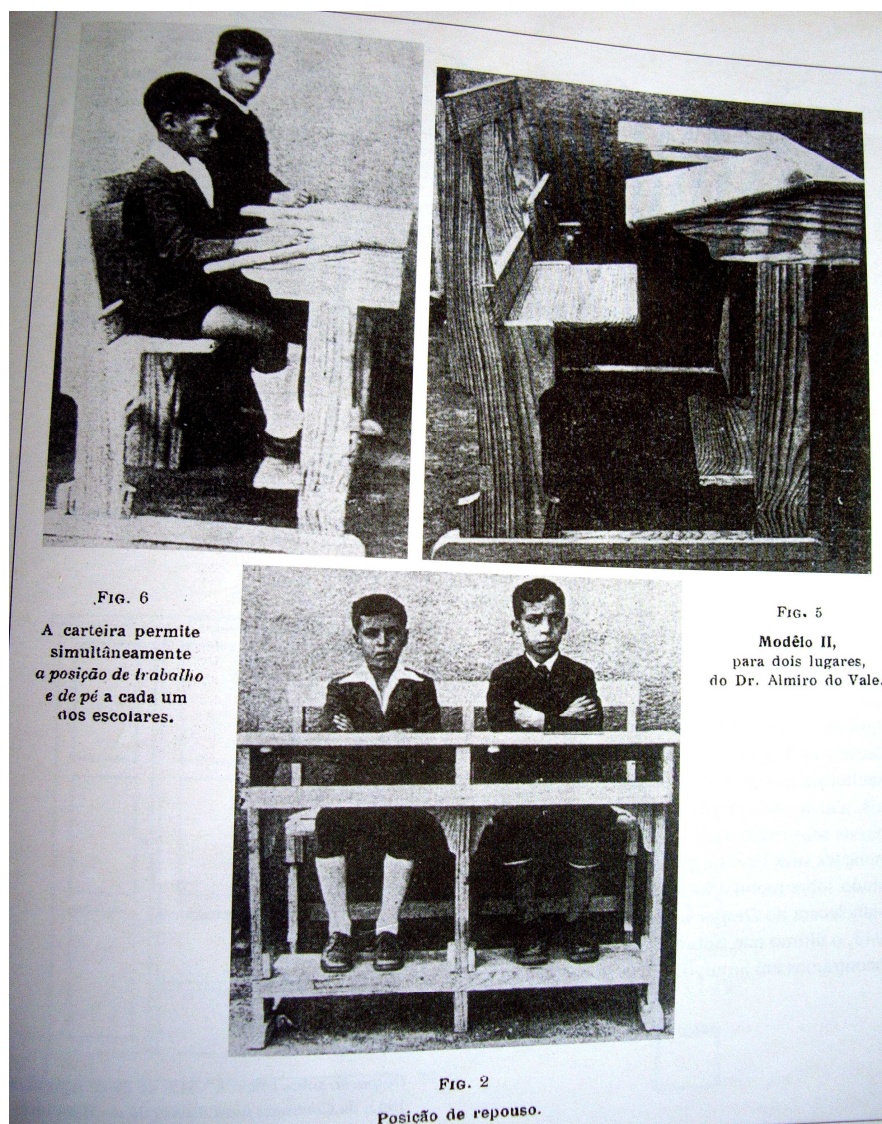


Foto XV - Ilustração do trabalho, sobre mobiliário escolar, do Dr. Almiro do Vale (1937).<sup>167</sup>

Na década de 40 algumas das obras de construção das escolas do Plano dos Centenários já se encontravam adiantadas e era necessário equipá-las. Foram feitos alguns estudos a uma linha de mobiliário escolar-tipo agradável e económico, para depois ser executado em colaboração com as Câmaras Municipais.

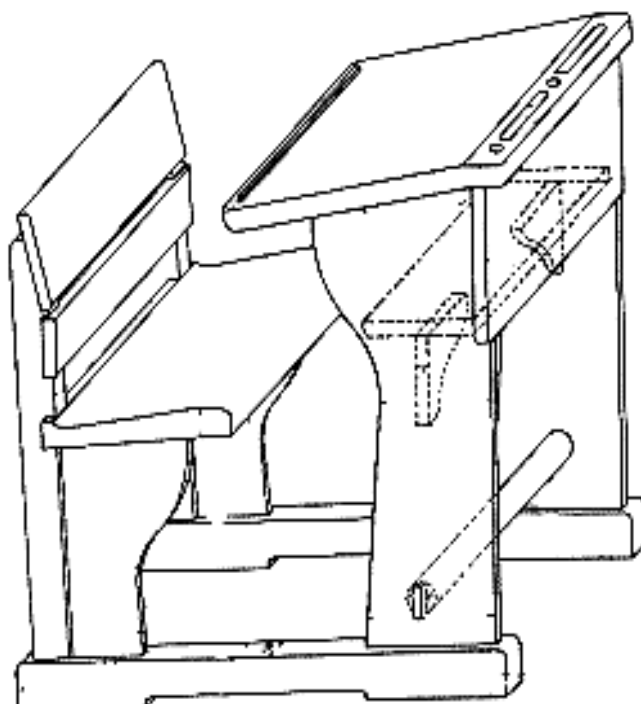
Foi organizado um estudo referente às peças base a executar em madeira de pinho cerne pelos Serviços do Norte, o qual tinha a concordância do Ministro das Obras

<sup>167</sup> Citado por BEJA, Filomena e outros (1996) *Muitos anos de escolas vol. II - edifícios para o ensino infantil e primários anos 40 - anos 70*. Lisboa: Centro de Documentação e Informação, p. 269.

Públicas. O autor do trabalho foi o Arquitecto Alberto Silva Bessa, da Direcção dos Monumentos Nacionais do Norte.

O trabalho realizado foi apresentado e, em 1943, Duarte Pacheco despachou:

“O problema merece cuidadoso estudo e dele pode ser encarregada a Delegação para as Obras das Construções Escolares Primárias. Teria certamente interesse que a Direcção se puzesse em contacto com a Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário para tomar conhecimento dos estudos feitos pela Junta acerca de problema análogo posto para os liceus. Concordo também com as sugestões de se ouvirem os Serviços competentes do Ministério da Educação Nacional.”<sup>168</sup>



*Foto XVI - Mobiliário escolar: carteira desenhada, em 1943, pelo Arq. Alberto Silva Bessa.*<sup>169</sup>

O estudo sobre o mobiliário escolar foi avançando, como se estabelecera no despacho de 30 de Agosto de 1943. A Direcção Geral dos Desportos e Saúde Escolar nomeou o Dr. Daniel Sttau Monteiro, Médico - Inspector, para colaborar com a Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias na recolha dos elementos necessários à definição deste tipo mobiliário.

Em 1944, o Dr. Daniel Sttau Monteiro elaborou um relatório que incluía o resultado de observações e medições feitas a alunos de escolas primárias de Lisboa. A

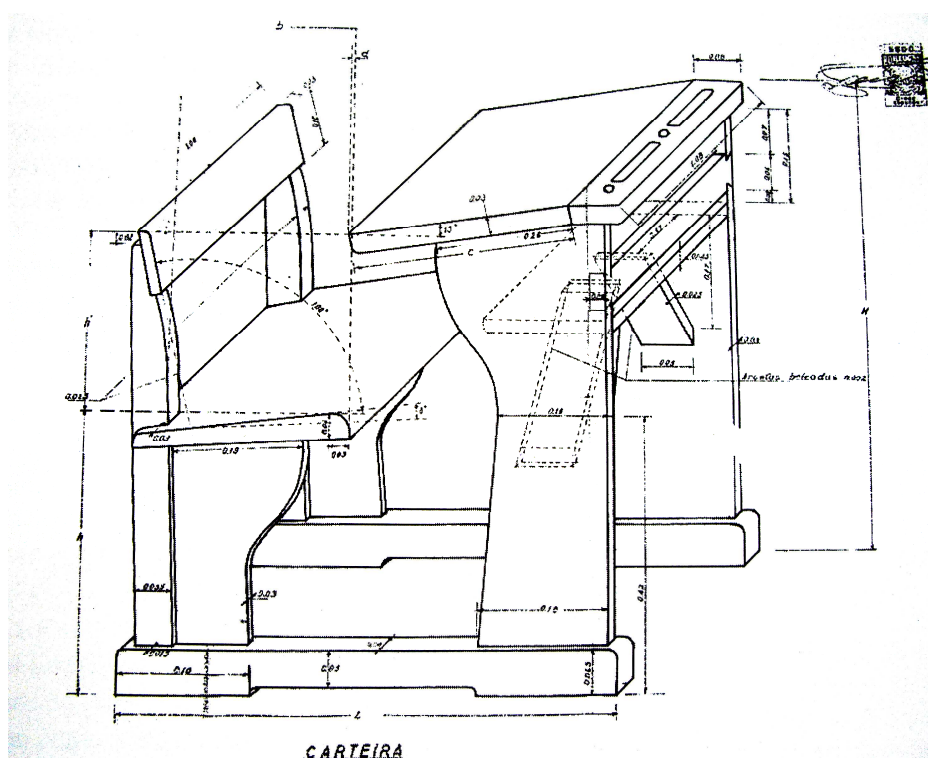
<sup>168</sup> Duarte Pacheco citado por BEJA, Filomena e outros. *ibidem.*, p. 270.

<sup>169</sup> BEJA, Filomena e outros. *ibidem.*



principal conclusão do relatório resumia-se à recomendação de se optar por modelos de carteiras extensíveis, obedecendo a um determinado conjunto de dimensões de acordo com o grupo etário a que se destinavam. Os serviços da Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias, por ordem do Ministro Frederico Ulrich, entenderam não seguir totalmente as recomendações propostas no relatório. A carteira extensível foi considerada muito cara, pelo que só encomendaram o modelo rígido.

Em 1946, foi transmitido à Repartição de Estudos de Edifícios Escolares, as indicações do médico escolar encarregado de apreciar os primeiros modelos de carteiras para as escolas primárias, realizadas segundo as indicações da Direcção Geral dos Desportos e Saúde Escolar. Foram propostas diversas modificações e novas medidas que em pouco diferiam das anteriores, mas correspondiam a uma mais precisa adaptação das carteiras à estrutura dos alunos.



*Foto XVII - Carteira escolar dimensionada de acordo com as observações feitas, pelo médico escolar, a 3381 crianças de Lisboa, durante o ano lectivo de 1945-1946.*<sup>170</sup>

<sup>170</sup>idem. *ibidem.*, p. 271.

Foram fixadas por sala as listas de peças a adquirir, como se pode verificar no extracto do caderno de encargos para o fornecimento de mobiliário escolar no Capítulo III – Composição das Móveis:

“ Art.º 24º O mobiliário compor-se-há, por cada sala de aula, de: 24 carteiras de 2 lugares, 1 secretária para o professor, 1 cadeira, 1 armário vestiário, 1 estrado, 1 quadro negro e 48 unidades de cabide, que serão construídos e colocados conforme as indicações constantes dos desenhos, os preceitos que seguem, e as instruções da fiscalização.

Artº. 25º - Salvas instruções em contrário da Fiscalização, cada grupo de 24 carteiras compreenderá: 8 carteiras do tamanho I; 6 carteiras do tamanho II; 6 carteiras do tamanho III; 4 carteiras do tamanho IV.”<sup>171</sup>

No mesmo documento são definidas as características e modos de execução e colocação dos móveis.

O Ministro Das Obras Públicas, em Novembro de 1946, lançou o primeiro fornecimento de móveis completas para equipamento dos edifícios escolares construídos ao abrigo do Plano dos Centenários.

Decorridos alguns anos, constatou-se que algum mobiliário das escolas do Plano dos Centenários se deteriorava por ataque de xilófagos. Passou então a ser exigido que todas as madeiras fossem expurgadas em autoclave sob vácuo e pressão, com tanalith.

Começou-se no entanto, a partir da década de 50, a admitir a possibilidade de reduzir o uso da madeira no mobiliário escolar e substituí-la por metal.

Desenvolveram-se então, na região de Lisboa empresas especializadas em equipamento escolar que fabricam carteiras em que a madeira (macacaúba, bissilon, mogno africano) se reduzia aos tampos, montados em estruturas metálicas.

---

<sup>171</sup>idem. ibidem., p. 339.

**Carteira Individual ou bipessoal**

Ref.ª 115/ME  
3 MODELOS

*Infantil—Médio—Adultas*

**CARACTERÍSTICAS:**  
Estrutura de chapa de aço cunhada, sendo o tampo, assento, costas e tabuleiro de madeira de mogno, freixo, tóla ou pinho.



*Carteiras Individuais e Bipessoais*

**Carteiras individuais Ajustáveis**

Ref.ª 116 ME

**CARACTERÍSTICAS:**  
Estrutura em chapa cunhada, sendo o tampo, assento e costas de madeira de mogno, freixo ou tóla.  
Dispositivo para elevação e alongamento da cabeça.  
Dispositivo para elevação do assento, com regulador.  
As cadeiras podem ser utilizadas independentemente.  
Modelo elegante e confortável.



Ref.ª 117 ME

Foto XVIII - Modelos de carteiras escolares com estrutura metálica. Catálogo comercial da Fábrica Jerónimo Osório de Castro (década de 1950).<sup>172</sup>

A carteira rígida, de dois lugares, alinhada com outras vinte e três carteiras semelhantes, continuaria a ser a peça mais importante das salas do ensino primário oficial, até meados da década de 1960.

Porém, nessa época, o mobiliário para o ensino sofria, noutros países, uma grande evolução. O Eng. Macedo Gonçalves, que fizera um estágio em Inglaterra

<sup>172</sup> idem. ibidem., p. 275.



(1961) sobre Construções Escolares para ensino primário, verificou que a realidade nas escolas portuguesas ficava a grande distância das condições comuns em Inglaterra.

Em 1963, apresentou ao Ministro das Obras Públicas um estudo muito completo de uma nova linha de mobiliário escolar, propondo a construção dum protótipo que deveria ser testado, durante algum tempo, para se observar a sua adequação funcional.

A construção experimental do mobiliário para o ensino primário baseava-se nos seguintes princípios:

- “- Por muito bem estudadas que sejam as dimensões do banco e da mesa, é sempre muito difícil ligá-los entre si para que se ajustem perfeitamente às medidas do aluno. Considera-se preferível ser este ou o professor a realizar o ajustamento;
- O mobiliário constituído por cadeiras e mesas separadas é muito mais fácil de arrumar, especialmente quando é desenhado tendo em vista essa possibilidade. Torna-se, deste modo, viável criar, na sala de aula, espaços livres onde se podem organizar jogos, danças ou agrupamentos corais;
- Permite este tipo de mobiliário reunir, de formas variadas, diversas mesas, agrupando os alunos de modo mais destacado para a atenção do professor, o que é de grande utilidade quando, numa sala de aula, se reúnem várias classes;
- Esta disposição tira ao ambiente da sala o aspecto rígido e um tanto monótono que a caracterizava;
- Torna-se mais fácil a limpeza da sala.”<sup>173</sup>

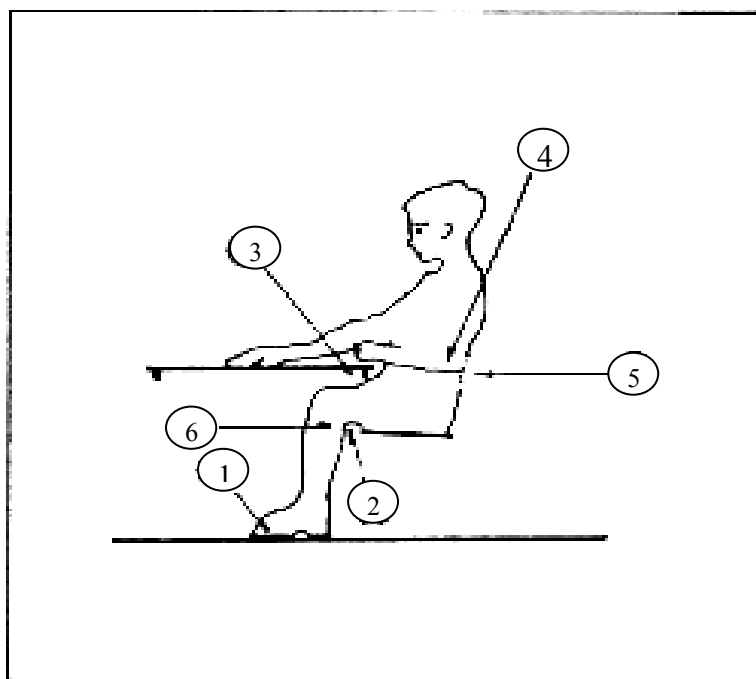
O estudo baseava-se na coordenação da postura dos alunos, durante as aulas, e em dados antropométricos de crianças portuguesas.

- “Considerava-se indicativo de boa postura a combinação de seis pontos:
- 1 - Pés bem assentes no pavimento;
  - 2 - Ausência de pressão entre o assento e a face inferior da coxa;
  - 3 - Folga entre a perna e a face inferior da mesa;
  - 4 - Cotovelo ao nível do tampo da mesa ligeiramente abaixo;
  - 5 - Costas em contacto com o espaldar da cadeira na região lombar, abaixo das espáduas;
  - 6 - Folga entre a face posterior da perna e o topo do assento.”<sup>174</sup>

---

<sup>173</sup> BEJA, Filomena e outros (1996). *Muitos anos de escolas vol. II - edifícios para o ensino infantil e primários anos 40 - anos 70*. Lisboa: Centro de Documentação e Informação, p. 276.

<sup>174</sup> Idem. ibidem., p. 277.



Para o dimensionamento das peças foi seguido o critério de escalonamento baseado na estatura dos alunos: foram criados quatro escalões que abrangiam as crianças dos 7 aos 12 anos.

O dimensionamento da mesa - secretária em uso foi estabelecido tomando como referência a estatura média de indivíduos do sexo masculino.

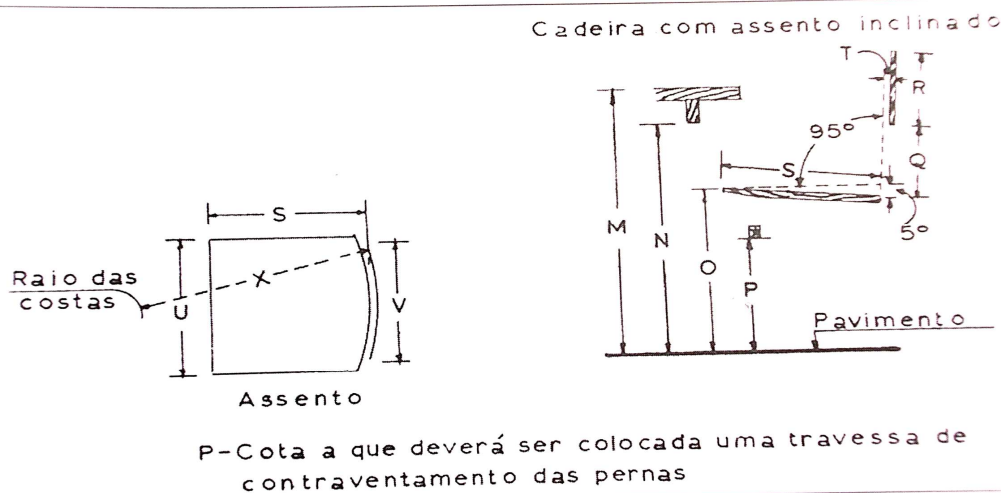
Os valores assinalados no quadro são as dimensões mínimas de deveriam ser respeitadas.<sup>175</sup>

---

<sup>175</sup> idem. ibidem.

Dimensões em cm (Ver dia- grama)	Modelos considerados (cadeira com o assento inclinado)			
	A	B	C	D
M	45,5	50,6	55,7	62,0
(a) N	37,9	44,3	49,3	55,6
O	27,9	31,7	35,5	39,3
(a) P	19,0	20,9	23,5	26,0
Q	12,7	15,2	15,8	17,1
R	12,7	12,7	14,6	16,5
S	24,1	27,9	31,1	35,5
T	0,63	0,63	1,27	1,90
U	25,4	30,4	30,4	35,5
V	22,8	25,4	25,4	27,9
X	40,6	40,6	40,6	40,6

Quadro II – O diagrama apresentado relaciona os valores do quadro anterior com a sua aplicação prática.<sup>176</sup>



A previsão de vinte mesas duplas e quarenta cadeiras para os alunos duma sala de aula era explicada do seguinte modo pelo autor do trabalho:

- O número de lugares da solução que se propõe é justificado pelo conhecimento que temos do número de alunos com que, normalmente, funcionam as salas de aula;

<sup>176</sup> idem. ibidem.

- Na realidade, o Ministério da Educação Nacional considera como razão bastante para a criação de um lugar de professor a existência de 35 crianças em idade escolar;

- Estamos convencidos que o número de lugares que vem sendo considerado (48) foi estabelecido em período bem diferente do actual, em que uma carência aflitiva de salas de aula conduzia, com frequência, a uma superlotação das mesmas.



*Foto XIX - O novo mobiliário escolar disposto de forma tradicional, numa sala de aula (1970).<sup>177</sup>*

A Comissão para Aquisição de Mobiliário deu parecer favorável a estas propostas de mobiliário, considerando-os bem elaborados. A 4 de Março de 1964, o Ministro Arantes e Oliveira homologou o Parecer da Comissão.

Depois de observado o comportamento do protótipo, o novo mobiliário passou a ser entregue nas escolas primárias do tipo Rural e Urbano que iam sendo construídas. A distribuição espacial da sala continuaria a ser a tradicional, definida em portaria de

---

<sup>177</sup>idem. ibidem., p.279.



1935<sup>178</sup> e que estabelece a organização do espaço na sala de aula, de forma prescritiva. Sendo aplicada esta legislação em todo o país, as salas de aula do Estado Novo apresentavam grande uniformidade e uma estrutura rígida.



*Foto XX - Edifício Rural. Uma nova geração, uma nova mentalidade.*<sup>179</sup>

Impõe-se uma nova pedagogia que reconhece aos alunos o direito ao trabalho de grupo e à mobilidade no espaço da aula. As salas do tipo Rural e Urbano, projectadas no início da década de 1970, eram já uma resposta à nova dinâmica do ensino primário, tornando-se evidentes as vantagens da utilização do mobiliário estudado alguns anos antes. No entanto, a organização espacial constituía uma concepção espartilhada, que impedia a implementação de novas estratégias pedagógicas.

<sup>178</sup> Circular 88, de 28-5-1935, da Direcção Geral do Ensino Primário.

<sup>179</sup> BEJA, Filomena e outros (1996). *Muitos anos de escolas vol. II - edifícios para o ensino infantil e primários anos 40 - anos 70*. Lisboa: Centro de Documentação e Informação, p.280.

### **3.2 - O mobiliário escolar e material didáctico das escolas de Portalegre**

O decreto nº 134, de 29 de Março de 1911, reforça as competências das Câmaras Municipais relativamente à responsabilidade do material escolar e do mobiliário.

A Câmara Municipal de Portalegre procurou seguir as directrizes governamentais, tentando, de acordo com os recursos disponíveis, satisfazer sempre as necessidades de material e mobiliário escolar dentro das suas possibilidades económicas. Tal poderá ser constatado a partir da análise das Reuniões de Câmara, de que são exemplo as actas das sessões de 28 de Março e 16 de Maio de 1908.

“(…) do professor official da escola do sexo masculino da freguesia de S. Lourenço reclamando contra o facto de lhe não ter sido ainda satisfeita completamente, uma requisição que assignára de mobiliario para a sua escola e pedindo a intervenção da Camara sobre o assumpto.”<sup>180</sup>

“Acerca do officio da sub - inspecção escolar apresentado numa das sessões anteriores e que vinha acompanhado de cinco requisições de material para as escolas do concelho, o vereador do respectivo pelouro, senhor Augusto Tavares, é de parecer que o fornecimento do mesmo material seja feito por meio de concurso publico e segundo um programa que apresentou e que a Camara approvou para servir de base ao concurso que opportunamente será aberto.”<sup>181</sup>

Houve sempre uma preocupação por parte da Câmara em satisfazer as requisições de mobiliário solicitadas pelos professores, com os objectos pedidos. Em Novembro 1914, o mobiliário solicitado nas requisições era o seguinte: duas secretarias em castanho, três cadeiras de braços em nogueira, um contador mecânico e um estrado.

Este mobiliário, assim como o material didáctico, estava de acordo com o Decreto nº 216, de 15 de Setembro de 1913. As secretárias e as cadeiras eram mobiliário para o professor e esse mobiliário seria colocado em cima do estrado de madeira. O Contador mecânico era material didáctico para uma escola.

“ O Presidente comunicou à Comissão que tendo de satisfazer umas requisições de mobiliário escolar, para algumas escolas deste concelho, e que constam de duas secretarias em castanho, três cadeiras de braços em nogueira, um

---

<sup>180</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 28 de Março de 1908.

<sup>181</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 16 de Maio de 1908.

contador mecânico e um estrado, mandará saber o preço porque se comprometiam fazer aqueles objectos, aos carpinteiros cidadãos Carlos Brito, Joaquim Maria Mendes Paiva, Joaquim António Feiteira e Joaquim Fortunato Cara d'Anjo, deles obteve os seguintes preços na totalidade, Brito quarenta e quatro escudos; Pavia, quarenta escudos; Feiteira, quarenta e seis escudos e vinte centavos e Cara d'Anjo trinta e oito escudos e sessenta centavos. Parecia-lhe pois que devia mandar fazer o mobiliário ao cidadão Cara d'Anjo, visto ser a proposta particular mais vantajosa, pelo que submetia aos seus colegas a resolução deste assunto. A Comissão deliberou que fosse encarregado o cidadão Cara d'Anjo da obra executar.”<sup>182</sup>

O esforço de equipamento das escolas encontra-se patente nas transcrições seguintes, datadas de 1915 e 1917, nas quais se dá satisfação às necessidades transmitidas pelos professores das Escolas da Sé e de S. Lourenço.

“Ofício do professor da escola oficial do sexo masculino da freguesia da Sé acusando a recessão do devido material escolar que requisitou e enviando um mapa de Cabo Verde que foi em duplicado faltando-lhe o mapa do Estado da Índia, Macau e Timor.”<sup>183</sup>

“Ofício do professor da escola de São Lourenço pedindo para lhe ser fornecido um mapa de Portugal para a sua escola, editado pela casa Guillard, Ailland & C<sup>a</sup>.

A Comissão Executiva deliberou satisfazer a requisição logo que seja possível.”<sup>184</sup>

Em 1918, a vereação demonstra empenho e diligência na prossecução do objectivo de equipar as escolas em tempo útil com os materiais solicitados, procurando adquiri-los com a maior rapidez possível, de acordo com os recursos financeiros da edilidade e com a disponibilidade dos respectivos materiais no comércio da cidade, recorrendo-se aos fornecedores externos apenas quando tal necessidade se manifestasse de forma imperiosa.

Tomaz Garção, sendo apenas o vereador substituto do pelouro da Instrução demonstra um conhecimento aprofundado da realidade das escolas do concelho, em termos de equipamento, fazendo sentir a necessidade da aquisição de mobiliário (carteiras) de três diferentes tamanhos, de acordo com a idade dos alunos.

“O senhor Vereador Tomaz Garção, disse que tendo lhe sido distribuído o pelouro da instrução por motivo de licença concedida ao vereador D. José Sequeira (...) e ao mesmo tempo tendo-lhe sido entregues as requisições de material escolar feitas pelos professores deste concelho, acompanhadas do relatório feito por aquele

---

<sup>182</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 19 de Novembro de 1914.

<sup>183</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 14 de Outubro de 1915.

<sup>184</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 25 de Outubro de 1917.

colega, juntamente com um apanhado de todas as requisições, leu atentamente o dito relatório, no qual se traduz toda a boa vontade do nosso ilustre colega, parecendo-lhe no entanto que não precisarão de recorrer ao processo nele aconselhado para a aquisição de qualquer material escolar. De harmonia pois com o que lhe pareceu mais pratico, visto o estudo do mobiliário escolar estar já completado por pessoas competentes e assentes as condições da sua construção, resolveu fazer um novo apanhado das requisições, dividindo os objectos constantes nelas em duas categorias a saber: Primeira – objectos que podem ser adquiridos em Portalegre – Segunda – objectos que devem ser fornecidos por qualquer casa de Lisboa ou Porto que se ocupem da venda de objectos desta especialidade. Ainda também na dúvida de que a verba constante do orçamento da Câmara para este fim pudesse comportar toda a despesa dividiu os mesmos objectos em dois grupos: um, cuja a aquisição lhe pareceu mais urgente; e o outro daqueles que devem ser adquiridos se a verba orçada o permitir. Esta divisão que fez, consta das duas notas que vem submeter à apreciação da Câmara, constando também delas, na que se refere aos objectos a adquirir nesta cidade, a relação daquele material que em algumas escolas precisa de reparação, parecendo-lhe preciso que este material seja transportado para Portalegre para esse fim. Ainda figura nas notas alguns objectos que na relação (...) , estavam com a observação de pedidos, supondo ele que esses objectos foram já encomendados por aquele senhor vereador. Relativamente as carteiras que conforme consta da nota, devem ser de cinquenta, deve dizer à Câmara que foi informado ter a vereação transata a um (...) casa do Porto, as que foram fornecidas para a escola do sexo masculino de Ribeira de Niza, o que o levou a visita-la, tendo-lhe ficado dessa visita a impressão de que aquele mobiliário satisfaz plenamente ao fim a que se destina, e lhe parece que a Câmara andarà avisadamente se adquirir das mesmas carteiras para satisfazer as requisições dos professores. Como já teve ocasião de frisar as carteiras devem ser de três tamanhos para estarem em harmonia com a estatura e idade das criança que constituem a população escolar.

A Comissão deu plenos poderes ao senhor Vereador para resolver o assunto de harmonia com os interesses da escola e deste município.”<sup>185</sup>

A Câmara Municipal de Portalegre e a sua vereação, já em 1919, manifestam a sua preocupação relativamente às questões sociais, nomeadamente através da aprovação da aquisição, por requisição da professora, de material escolar destinado a crianças carenciadas da Freguesia de S. Julião.

“ Ofício da professora da escola móvel de São Julião, pedindo para lhe ser fornecido um despertador, papel, tinta, ardósias e lápis, sendo o relógio para a escola e os outros objetos para seis alunos muito pobres.

A Comissão atendendo à justiça do pedido deliberou atende-lo devendo ser incluída no primeiro orçamento complementar a importância das despesas.”<sup>186</sup>

A preocupação do equipamento das escolas persiste na ordem do dia em finais de 1919, quando se trata da distribuição do material e equipamento existente no armazém municipal pelas escolas do concelho.

<sup>185</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 7 de Março de 1918.

<sup>186</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 10 de Novembro de 1919.



“A comissão por proposta do Senhor Vereador d’Instrução, deliberou que fosse distribuído pelas escolas de instrução primária deste concelho, o mobiliário e o material de ensino existente no armazem municipal.”<sup>187</sup>

Em 1925, a Câmara Municipal procurava satisfazer as necessidades de equipamento das escolas, custeando a expensas próprias os respectivos materiais, sendo, apenas posteriormente, ressarcida dos gastos pelo Ministério da Instrução.

“( ...) officio da Direcção Geral de Contabilidade Publica do Ministério da Instrução comunicando ter sido expedida a necessária autorização para a restituição a esta Camara da quantia de dois mil quatrocentos e sessenta e oito escudos da entrega feita para custeamento das despesas de material e diversos da instrução da instrução primaria. (...)”<sup>188</sup>

De igual modo, célere foi a implementação, em 1934, da indicação superior para colocação de um retrato de sua Excelência, o Presidente da República, em cada uma das 35 salas de aula do concelho de Portalegre.

“Officio - Circular da Inspeção do Distrito Escolar de Portalegre, comunicando a deliberação superior de em todas as salas de aula de ensino primário ser colocado, em devidas condições, o retrato de sua Excelência o Presidente da Republica, e pedindo o auxilio material da Câmara para levar a efeito a mesma determinação no que respeita a este concelho, para o qual serão necessários trinta e cinco retratos que podem ser adquiridos no fotografo Sampayo, de Lisboa, a cinco escudos cada. Depois da informação do senhor António Barata de que aquele número se encontra reduzido aproximadamente a metade resolveu a Comissão por unanimidade fazer o fornecimento dos retratos devidamente emoldurados às escolas que forem indicadas.”<sup>189</sup>

No ano de 1936, foi elaborado para todas as escolas pertencentes ao Distrito de Portalegre um levantamento do mobiliário escolar e do material didáctico existente em cada uma das salas dessas escolas. O levantamento foi efectuado num impresso próprio, o qual foi realizado, para o efeito, na tipografia Nuno’Alves em Portalegre. Na parte da frente do impresso eram recolhidos informações sobre as escolas, como por exemplo: o organismo a que pertenciam as escolas, as características físicas do edificio, o número de salas e as suas dimensões. Incluía ainda uma fotografia da escola. Na parte de trás do impresso era feito o levantamento do mobiliário escolar e do material didáctico.

Este conjunto de Documentos encontra-se no Centro de Área Educativa do Alto Alentejo, em Portalegre (que, entretanto, mudou de funções e de designação).

<sup>187</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 2 de Dezembro de 1919.

<sup>188</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 30 de Abril de 1925.

<sup>189</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 2 de Maio de 1934.

Os documentos referem-se às escolas de Portalegre que existiam em 1936 e, destas, apenas um edifício tinha sido construído de raiz, na cidade, para ser escola. Os outros tinham inicialmente outras funcionalidades, sendo adaptados posteriormente a escolas.

## DISTRITO ESCOLAR DE PORTALEGRE

Concelho de *Portalegre*

Escola Primária n.º *1* para o sexo *feminino*

de *Cidade de Portalegre* freguesia de *S. Domingos*

de *1865*, publicado no D. do G. n.º *de 11* de *3* de *1865*

### EDIFÍCIO ESCOLAR

Tipo *Anta Remendada*

A quem pertence? *Estado*

Quantas salas de aula tem? *3*

Comp. *6,25-5,16-1,0*

Largura *5,85*

Altura *4*

Superf. *35,88-35,92-38,5*

Cubagem *182,7-183,7-234*

Superf. lumin. *96,41-58-102,5*

N.º de janelas *6*

Data da construção *Portalegre*

Qual a orientação da fachada? *Nordeste*

Tem visinhanças prejudiciais? *Não* Qual o pavimento das salas de aulas? *Solado* Qual o estado de conservação? *Regular* Tem pátio coberto para recreio das crianças? *Não* Tem vestiário? *Não* Tem sala de biblioteca ou gabinete de professores? *Não* Tem urinóis? *Não* Tem latrinas? *Não* Quais as condições higiénicas do edifício? *Bom* Idem pedagógicas? *Bom* De que lado recebem os alunos luz? *Regulada* O edifício tem habitação para o professor? *Não* De quantos compartimentos se compõe? *4*

Observações —

	de 19	D. do G. n.º	de 1	/ 19
2.º lugar: Dec. de <i>12</i> de <i>5</i> de <i>1914</i>	D. do G. n.º <i>57</i>	de <i>1</i>	/ 19	
Ent. em fun. Desp. de <i>1</i>	D. do G. n.º	de <i>1</i>	/ 19	
3.º lugar: Dec. de <i>1</i>	D. do G. n.º	de <i>1</i>	/ 19	
Ent. em fun. Desp. de <i>1</i>	D. do G. n.º	de <i>1</i>	/ 19	
4.º lugar: Dec. de <i>1</i>	D. do G. n.º	de <i>1</i>	/ 19	
Ent. em fun. Desp. de <i>1</i>	D. do G. n.º	de <i>1</i>	/ 19	
5.º lugar: Dec. de <i>31</i> de <i>7</i> de <i>1934</i>	D. do G. n.º <i>184</i>	de <i>11</i>	/ 19	
Ent. em fun. Desp. de <i>31</i> de <i>7</i> de <i>1934</i>	D. do G. n.º <i>184</i>	de <i>11</i>	/ 19	
6.º lugar: Dec. de <i>31</i> de <i>7</i> de <i>1934</i>	D. do G. n.º <i>184</i>	de <i>11</i>	/ 19	
Ent. em fun. Desp. de <i>31</i> de <i>7</i> de <i>1934</i>	D. do G. n.º <i>184</i>	de <i>11</i>	/ 19	
7.º lugar: Dec. de <i>1</i>	D. do G. n.º	de <i>1</i>	/ 19	
Ent. em fun. Desp. de <i>1</i>	D. do G. n.º	de <i>1</i>	/ 19	
8.º lugar: Dec. de <i>1</i>	D. do G. n.º	de <i>1</i>	/ 19	
Ent. em fun. Desp. de <i>1</i>	D. do G. n.º	de <i>1</i>	/ 19	

Foto XXI - Frente levantamento da Escola da Corredoura.

Arquivo do Centro de Área Educativa de Portalegre.



Mobiliário escolar e material didactico		
Tip. Nun'Alvares, Portalegre, 936-A 111		
Quantidade	Designação	Estado de conservação
3	Louros	Regulares
2	Guarda-livros	"
1	"	"
2	Guarda-livros	Bom
1	Brasão	"
1	Recomendação de 6.ª classe	Regulares
13	Partições em madeira	"
17	"	"
5	Bancos	"
1	Carteira escrita completa	"
1	"	"
2	Suprimentos para mapas	"
2	Mapas terrestres antigos	"
1	Mapa actual	"
2	Relógio de parede	"
2	Carteiras completas	Bom
2	Carteiras pequenas	"
2	Suprimentos para cadernos	Regulares
1	Mapa de Portugal	Bom
1	"	"
1	"	"
1	"	"
1	"	"
3	Carteiras de secretarias	Bom
Em 22 de Outubro de 1936		
Folha PROFESSOR directora		
Verifiquei.—O		
António de Jesus Rodrigues		

Foto XXII - Verso do levantamento efectuado em 1936.

Lista de material da escola do sexo feminino da freguesia de S. Lourenço (Escola da Corredoura) de Portalegre no ano de 1936<sup>190</sup>

<sup>190</sup> Arquivo do Centro de Área Educativa de Portalegre.



## DISTRITO ESCOLAR DE PORTALEGRE

Concelho de Portalegre

Escola Primária n.º 1 para o sexo masculino

da cidade de Portalegre freguesia de Sé

Criada por decreto de anterior a 1880

de 19   , publicado no D. do G. n.º    de    /    / 19   

Autorizado o seu funcionamento por despacho de    de 19    D. do G. n.º    de    / 19   

Convertida em    por decreto de 19    D. do G. n.º    de    / 19

2.º lugar: Dec. de    / 19    D. do G. n.º    de 24 / 11 / 19 88

Ent. em fun. Desp. de    / 19    D. do G. n.º    de    / 19   

3.º lugar: Dec. de    / 19    D. do G. n.º    de    / 19 04

Ent. em fun. Desp. de    / 19    D. do G. n.º    de    / 19   

4.º lugar: Dec. de    / 19    D. do G. n.º    de    / 19 04

Ent. em fun. Desp. de    / 19    D. do G. n.º    de    / 19   

5.º lugar: Dec. de 20 / 4 / 19 11 D. do G. n.º    de 20 / 4 / 19 11

Ent. em fun. Desp. de    / 19    D. do G. n.º    de    / 19   

6.º lugar: Dec. de    / 19    D. do G. n.º    de    / 19 28

Ent. em fun. Desp. de    / 19    D. do G. n.º    de    / 19   

7.º lugar: Dec. de    / 19    D. do G. n.º    de    / 19 31

Ent. em fun. Desp. de    / 19    D. do G. n.º    de    / 19   

8.º lugar: Dec. de    / 19    D. do G. n.º    de    / 19 31

Ent. em fun. Desp. de    / 19    D. do G. n.º    de    / 19

### EDIFÍCIO ESCOLAR

Tipo independente

A quem pertence? à Câmara Municipal

Quantas salas de aula tem? oito

Comp. 7,40 m

Largura 4,14 m

Altura 2,68 m

Superf. 38,91 m<sup>2</sup>

Cubagem 104,27 m<sup>3</sup>

Superf. lumin. 402 m<sup>2</sup>

N.º de janelas 3

Qual a orientação da fachada? S.O.

Qual o pavimento das salas de aulas? criado

Qual o estado de conservação? Bom

Tem vestiário? Sim

Tem sala coberta para recreio das crianças? Sim

Tem urinóis? Sim

Tem biblioteca ou gabinete de professores? Sim

Quais as condições higiénicas do edifício? Bom

Item pedagógicas? deficientes

De que lado recebem os alunos luz? Surgido

O edifício tem habitação para o professor? Sim

De quantos compartimentos se compõe?   

Observações - For. Decreto de 21 de Novembro de 1933, publicado no D. 10 de 2 de Janeiro de 1934, foram criadas, nesta Escola, as 9.ª e 10.ª lugares.

A Escola de Instrução Primária n.º 1 desta cidade de Portalegre, em duas salas da horta municipal n.º 1 e o anexo n.º 1 de que se serve também, pertencem à horta municipal n.º 1.




Foto XXIII - Frente do levantamento da Escola n.º 1 da Sé.

Arquivo do Centro de Área Educativa de Portalegre.







# DISTRITO ESCOLAR DE PORTALEGRE

Concelho de Portalegre  
Escola Primária n.º A para o sexo Masculino

de 1936, publicado no D. do G. n.º 128 de 3 / 6 / 1936.  
da Escola dos Combateiros da 1.ª Guerra frequentista de 21  
Criada por decreto de 30 de Maio

Autorizado o seu funcionamento por despacho de  
de 1936 D. do G. n.º 231 de 2 / 10 / 1936.

Convertida em		por decreto	
de	de	D. do G. n.º	de
2.º lugar:	Dec. de	/ 19	D. do G. n.º de / 19
Ent. em fun.	Desp. de	/ 19	D. do G. n.º de / 19
3.º lugar:	Dec. de	/ 19	D. do G. n.º de / 19
Ent. em fun.	Desp. de	/ 19	D. do G. n.º de / 19
4.º lugar:	Dec. de	/ 19	D. do G. n.º de / 19
Ent. em fun.	Desp. de	/ 19	D. do G. n.º de / 19
5.º lugar:	Dec. de	/ 19	D. do G. n.º de / 19
Ent. em fun.	Desp. de	/ 19	D. do G. n.º de / 19
6.º lugar:	Dec. de	/ 19	D. do G. n.º de / 19
Ent. em fun.	Desp. de	/ 19	D. do G. n.º de / 19
7.º lugar:	Dec. de	/ 19	D. do G. n.º de / 19
Ent. em fun.	Desp. de	/ 19	D. do G. n.º de / 19
8.º lugar:	Dec. de	/ 19	D. do G. n.º de / 19
Ent. em fun.	Desp. de	/ 19	D. do G. n.º de / 19

# EDIFICIO ESCOLAR

Tipo Festiveira  
A quem pertence? Particular

Quantas salas de aula tem? 1

Comp. 6m  
Largura 8-25-  
Altura 3m  
Superf. 31,50  
Cubagem 94,50  
Superf. lumin. a 3,30  
N.º de janelas 2

Data da construção 1850  
Qual o estado de conservação Bom  
Qual a orientação da fachada? Sul  
Tem visinhanças prejudiciais? Não Qual o pavimento das salas de aulas? Madeira Qual o estado de conservação? Bom Tem patio coberto para recreio das crianças? Não Tem vestiário? Tem Tem sala de biblioteca ou gabinete de professores? Tem Tem urinóis? Tem Tem latrinas? Tem Quais as condições higiénicas do edificio? Boas Item pedagogicas? Boas De que lado recebem os alunos luz? do lado esquerdo O edificio tem habitação para o professor? Não De quantos compartimentos se compõe? sete

Observações —

*Foto XXV - Frente do levantamento da Escola do Largo dos Combatentes.*

*Arquivo do Centro de Área Educativa de Portalegre.*



Mobiliário escolar e material didactico		
Tip. Nun'Alvares, Portalegre, 936-A 111		
Quantidade	Designação	Estado de conservação
1	Secretaria em mogno	Bom
2	Cadeiras em mogno	si
2	Restantes para livros	si
1	Panteiro de dois metros	si
1	baixa métrica completa	si
1	coleção de Lous. de Escabel	si
1	leontador de parede em pinho	si
10	Tinteiros, sendo 30 de porcelana	si
1	Tinteiro para duas tintas	si
1	Apagador para quadro preto	si
1	Globo terrestre	si
1	Barros - lousas em prasa	si
1	Forest - Mapa de Portugal, emvernizado	si
1	Labral - Mapa de Portugal Ultramarino	si
1	Forest - Mapa dos termos geográficos	si
1	Idem - Mapa planisférico	si
1	Mapa dos chefes de Estado	si
1	Idem dos Navegadores	si
13	Carteiras bipessoas em pinho	si
2	Mesas para sete lugares cada uma	si
11	Forest - Mapa das 6 partes do Mundo, politico e fisico	si
1	Progreddar - Mapas do esqueleto humano	si
3	Herbários	si
1	Quadros preto	si
1	Bandeira Nacional devidamente requardada	si
1	Suposte para mapeas	si
1	Religio de parede	si
1	Cabide para 20 lugares	si
1	Suposte para livros etc.	si
1	Retrato do chefe de Estado, emoldurado	si
1	Cadeira para professor em mogno	si
1	Quadro, para quadros preto	si
1	Transpendedor idem	si

Em 3 de Novembro de 1936

O PROFESSOR,

*Jose Maria de Oliveira*

Verifiquei. — O

Foto XXVI - Verso do impresso do levantamento efectuado em 1936.

Lista de mobiliário e material didáctico da Escola do Largo dos Combatentes – Portalegre, no ano de 1936 (a escola funciona num edifício que inicialmente não estava destinada a funções escolares).<sup>192</sup>

<sup>192</sup> Arquivo do Centro de Área Educativa de Portalegre.



**DISTRITO ESCOLAR DE PORTALEGRE**

Concelho de Portalegre

Escola Primária n.º 3 para o sexo Feminino

Asilo da Infância Desvalida freguesia de S. Lawrence

Criada por decreto de 18 de Março

de 1929, publicado no D. do G. n.º 67 de 22 de 1929

Autorisado o seu funcionamento por despacho de

de 19 D. do G. n.º de 1 de 19

Convertida em

de 19 D. do G. n.º de 1 de 19

2.º lugar: Dec. de 18 de 1929 D. do G. n.º 67 de 22 de 1929

Ent. em fun. Desp. de 1 de 19 D. do G. n.º de 1 de 19

3.º lugar: Dec. de 1 de 19 D. do G. n.º de 1 de 19

Ent. em fun. Desp. de 1 de 19 D. do G. n.º de 1 de 19

4.º lugar: Dec. de 1 de 19 D. do G. n.º de 1 de 19

Ent. em fun. Desp. de 1 de 19 D. do G. n.º de 1 de 19

5.º lugar: Dec. de 1 de 19 D. do G. n.º de 1 de 19

Ent. em fun. Desp. de 1 de 19 D. do G. n.º de 1 de 19

6.º lugar: Dec. de 1 de 19 D. do G. n.º de 1 de 19

Ent. em fun. Desp. de 1 de 19 D. do G. n.º de 1 de 19

7.º lugar: Dec. de 1 de 19 D. do G. n.º de 1 de 19

Ent. em fun. Desp. de 1 de 19 D. do G. n.º de 1 de 19

8.º lugar: Dec. de 1 de 19 D. do G. n.º de 1 de 19

Ent. em fun. Desp. de 1 de 19 D. do G. n.º de 1 de 19

**EDIFÍCIO ESCOLAR**

Tipo Qual

A quem pertence? a Junta

Quantas salas de aula tem? 1

Comp. 270

Largura 453

Altura 335

Superf. 278210

Cubagem 9766430

Data da construção 1929

Superf. tumin. 5608

Qual o estado de conservação? Bom

N.º de janelas 2

Qual a orientação da fachada? Norte

Tem vishanços prejudiciais? Não

Qual o estado de conservação? Bom

Qual o pavimento das salas de aulas? Solado

Qual o estado de conservação? Bom

Tem patio coberto para recreio das crianças? Não

Tem vestiário? Não

Tem sala de biblioteca ou gabinete de professores? Não

Tem urinóis? Não

Tem latrinas? Não

Quais as condições higiénicas do edifício? Bom

Idem pedagógicas? Regular

De que lado recebem os alunos luz? Nordeste

O edifício tem habitação para o professor? Não

De quantos compartimentos se compõe? 1

Observações —

Foto XXVII - Frente do levantamento da Escola do sexo feminino Asilo da Infância Desvalida.

Arquivo do Centro de Área Educativa de Portalegre.



Mobiliário escolar e material didactico		
Tip. Nun'Alvares, Portalegre, 936-A 111		
Quantidade	Designação	Estado de conservação
1	Mapas de áreas e medidas	Mau
1	Mapas de Portugal actual	Bom
4	Quadros de Agricultura	Mau
1	Mapa Mundo	Bom
1	Mapa da Europa	Mau
1	Mapa do Império Colonial de Portugal	Bom
1	Mapa do corpo humano	Bom
13	Carteiras	Bom
1	Quadro preto	Bom
1	Caixa métrica	Feminino
1	Secretaria	Bom
1	Caixa poltrona	Bom
1	Esfera	Bom
1	Mapa de Portugal actual	Bom
Em 31 de Outubro de 1936		
O PROFESSOR, <i>Maria J. Medeiros Gomes</i>		Verifiquei. — O

Foto XXVIII - Verso do levantamento efectuado em 1936.

Lista de mobiliário e material didáctico da Escola sexo feminino Asilo da Infância Desvalida – Portalegre, no ano de 1936 (a escola funciona num edifício que inicialmente não estava destinada a funções escolares).<sup>193</sup>

<sup>193</sup> Arquivo do Centro de Área Educativa de Portalegre.

As listas de material didáctico e mobiliário que a seguir se apresentam são referentes aos objectos existentes nas salas de aula na década de 30, nas escolas da cidade de Portalegre e organizam-se em quadros de duas entradas. Os quadros apresentados surgem da análise das fichas do levantamento efectuado em 1936,<sup>194</sup> junto das escolas primárias, e relativo exactamente ao mobiliário e material didáctico que nelas existia.

*Quadro III - Material escolar das Escolas de Portalegre (levantamento de 1936)*

<i>Material escolar</i>	<i>Escola nº1 Masculina e Escola nº 2 Feminina - da Sé</i>	<i>Escola nº 4 masculina e nº4 feminina Liga dos Combatentes da G. Guerra</i>	<i>Escola nº 1 feminina Corredoura S. Lourenço</i>	<i>Escola nº 3 feminina Asilo da Infância Desvalida</i>
Mapa de pesos e medidas	-	-	-	1
Mapa de Portugal continental	3	-	1	1
Mapa do Mundo	-	-	-	1
Mapa da Europa	-	-	1	1
Mapa do Império Colonial Port.	-	-	1	1
Mapa do corpo humano	16 (quadros)	-	1	1
Mapa de Portugal Insular	-	-	-	1
Quadros de agricultura	-	-	-	4
Caixa métrica	27	1	2 – Uma completa e uma incompleta	1
Esfera terrestre	-	-	2	1
Esfera armilar	4	-	1	-
Suporte para mapas	-	1	3	-
Colecção de Dons de Froebel	-	1	-	-
Contador de parede de pinho	-	1	-	-
Globo terrestre	-	1	-	-
Barros – Lusíadas em prosa	-	1	-	-
Forest – Mapa de Portugal envernizado	-	1	-	-
Cabral - Mapa Ultramarino	-	1	-	-
Forest – Mapa dos termos geográficos	-	1	-	-
Forest – Mapa planisfério	-	1	-	-
Mapa dos chefes de estado	-	1	-	-
Mapa dos navegadores	-	1	-	-
Forest – Mapa das 5 partes do Mundo, político e físico	-	11	-	-
Progrediar – mapa esqueleto humano	-	1	-	-

<sup>194</sup> Estas fotos destas listas estão apresentadas nas páginas anteriores.

Herbário	-	3	-	-
Bandeira	-	1	-	-
Suporte para livro	-	1	-	-
Retrato do Chefe de Estado	6	1	-	-
Régua para quadro preto	-	1	-	-
Transferidor para quadro preto	-	1	-	-
Esquadro para quadro preto	-	1	-	-
Balança de braços iguais	1	-	-	-
Balança de Roberval	3	-	-	-
Pesos de ferro	14	-	-	-
Pesos de latão	24	-	-	-
Sólidos geométricos	28	-	-	-
Esteres pequenos	4	-	-	-
Medidas de capacidade em folha de alumínio	41	-	-	-
Decímetro cúbito	3	-	-	-
Bússola	2	-	-	-
Níveis de pedreiro	3	-	-	-
Níveis de bolha de ar	1	-	-	-
Motivos de gesso	14	-	-	-
Fotos do Presidente do Conselho	6	-	-	-
Foto do João de Deus	1	-	-	-
Fotos dos alunos da escola	5	-	-	-
Frascos para sementes	12	-	-	-
Tarro de cortiça	1	-	-	-
Obelisco de cartão	1	-	-	-
Modelo em ogiva	1	-	-	-
Carimbo da escola e almofada	1	-	-	-
Animais domésticos em miniatura	4	-	-	-
Instrumentos de física	14	-	-	-
Caveira	1	-	-	-
Decímetro quadrado	1	-	-	-
Quadro sobre a bandeira	1	-	-	-
Contadores mecânicos	2	-	-	-
Proveta para areómetro		-	-	-
		-	-	-

A análise do quadro realizado com os dados das listas sobre material didático existente nas diferentes escolas da cidade de Portalegre revela-nos que, em 1936, as escolas não estavam equipadas de forma equilibrada.

A escola com maior diversidade de materiais didáticos era a escola da Sé, e estes materiais privilegiavam o ensino da Matemática e das Ciências. Era, então, a única escola na cidade de Portalegre com fotografias do Presidente do Conselho.

A escola melhor equipada com mapas era a escola do Asilo da Infância Desvalida, mas não possuía os restantes materiais didácticos relacionados com o ensino da Matemática e das Ciências.

Estes documentos revelam-se fundamentais para o conhecimento dos materiais didácticos que existiam nas escolas de Portalegre.

Um procedimento semelhante foi feito para o mobiliário das mesmas escolas e que consta também dos documentos de 1936.

*Quadro IV - Mobiliário das Escolas de Portalegre (levantamento de 1936)*

<i>Mobiliário</i>	<i>Escola nº1 Masculina e Escola nº 2 feminina da Sé</i>	<i>Escola nº 4 masculina e nº4 feminina Liga dos combatentes da G. Guerra</i>	<i>Escola nº 1 feminina Corredoura S. Lourenço</i>	<i>Escola nº 3 feminina Asilo da Infância Desvalida</i>
Quadros pretos de ardósia	10	1		1
Apagador de quadro preto		1		
Secretárias	9	1 (mogno)	3	1
Cadeiras de 2 lugares	155	13 pinho		
cadeiras	29	2 (mogno)	4 de braços 3 vulgares	1 de braços
Secretária	1			
Bancos e estrados	16		5 bancos	
Tinteiros em secretária	7		3	
Tinteiros para alunos	7	40 (30 de porcelana)		
Tinteiro para duas tintas	-	1		
Cabides	30	1 de 40 lugares		
Floreiras	9			
Relógios	2	1 de parede	2 de parede	
Estante	1 pequena	2 (livros)		
Haste para bandeira	1			
Quadro de madeira (ardósia)	1			
Bengaleiro	1			
Lavatórios	8		2 + 2 pequenos	
Balde e jarro	1			
Toalhas	4			
Esponjas	3			
Bilha de barro	1			
Copo de vidro	1			
Balde para esfregar	1			
Joalheira	1			
Armários	2		1	
Ponteiro		1 (de 2 m)		
Mesas para 7 alunos		2		
Cadeira prof.		1		

Carteiras em madeira			43	13 (...)
Carteiras em ferro e madeira			17	
Suporte para livros			2	
Mesa carteira de 6 gavetas			1	
Guarda livros			2	
Escarradores	4			

A análise do quadro realizado com os dados das listas sobre mobiliário existente nas diferentes escolas da cidade de Portalegre revela-nos que, em 1936, não era igual em todas as escolas. No entanto, existiam em todas escolas secretárias para os professores, havendo, relativamente aos outros equipamentos, realidades diferentes conforme as quatro escolas.

Assim, podemos considerar que o apetrechamento das escolas não obedecia a um plano uniforme, sendo o resultado de diferentes aquisições, um pouco ao sabor dos acontecimentos e das possibilidades, oferecidas pelo mercado local, para aquisição do mobiliário e restante equipamento.

Em 1946, na sequência do esforço efectuado para o equipamento das escolas, a Câmara Municipal custeou, por proposta do Vereador do Pelouro da Cultura, o equipamento das escolas do Concelho de Portalegre com 3 quadros pretos, em vez de um único.

“ (...) por proposta do Vereador do Pelouro da Cultura, pedir a inclusão no mobiliário de cada escola de três quadros pretos, por a experiência demonstrar que um apenas não basta às exigências, do ensino, sugereitendo-se a Câmara ao acréscimo da despesa resultante da alteração do plano estabelecido.”<sup>195</sup>

Em 1956, num concurso para o fornecimento de 5 mobílias para as escolas do Distrito de Portalegre, por falta de alternativa local, a Delegação para as Obras das Construções Escolares Primárias teve de propor superiormente a adjudicação de mobiliário metálico.

O Ministro Arantes e Oliveira autorizou, a título de experiência.<sup>196</sup>

<sup>195</sup> Acta da reunião da Câmara Municipal de Portalegre, de 9 de Abril de 1946.

<sup>196</sup> BEJA, Filomena e outros (1996). *Muitos anos de escolas vol. II - edificios para o ensino infantil e primários anos 40 - anos 70*. Lisboa: Centro de Documentação e Informação, p. 275.



*Foto XXIX - Carteiras em que a madeira se reduzia aos tampos montados em estruturas metálicas.<sup>197</sup>*

No arquivo do Centro de Área Educativo encontra-se um novo levantamento do material didático existente em cada uma das salas de aula de cada escola desta cidade, na década de 60. Em cada folha desse levantamento encontra-se também descrito o número de lugares masculinos e femininos em funcionamento em cada escola, o número de salas e aula e o material existente em cada uma delas.

---

<sup>197</sup> Foto cedida pelo prof. Daniel Balbino.



Este levantamento da década de 60 já corresponde à realidade dos edifícios construídos para o funcionarem expressamente como escolas e cuja história é reconstituída, anteriormente, neste trabalho.<sup>198</sup>



*Foto XXX - Edifício escolar da Fontedeira.*

*Arquivo do Centro de Área Educativa de Portalegre.*

<sup>198</sup> Com excepção da anexa ao Magistério Primário e da escola da Praceta, inaugurada em 1973, que vem substituir a da Fontedeira (então desactivada).



DIRECÇÃO DO DISTRITO ESCOLAR DE PORTALEGRE  
CONCELHO DE PORTALEGRE

Lugares em funcionamento

M	F	C/C
4	4	1

Núcleo de - PORTALEGRE  
Edifício escolar-Masculina nº1 e  
Feminina nº 2

Tipo Salas  
P.C. 8

Material didáctico existente em cada uma das salas de aula

	sala1	sala2	sala3	sala4	sala5	sala6	sala7	sala8
Flanelógrafos	-	-	1	-	-	-	-	-
Balança ordinária	-	-	1	-	1	-	-	-
Colecção de pesos	-	1	-	-	1	-	-	-
" " medidas	-	1	-	-	1	-	-	-
" " sólidos geom.	1	-	-	-	1	1	-	-
Carta de Portugal Cont.	1	1	-	-	1	1	2	1
" " " Ultram.	1	1	1	-	1	2	-	1
Mapa Mundi	-	1	-	-	-	1	1	-
Aparelho de T.S.F.	-	-	-	-	1	-	-	-
Globo	1	-	-	-	1	-	-	-
Colecção de material FOC	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquina de projecção fixa	-	-	-	-	-	-	-	-
Diapositivos	-	-	-	-	-	-	-	-
Filmes	-	-	-	-	-	-	-	-
Colecção de material C/C	-	-	-	-	-	-	-	-

Outro material: 1 banco de carpinteiro, um armário com ferramentas, 3 planisférios, 1 mapa do corpo humano; 2 mapas da Europa, 1 mapa de Portugal Insular, 1 mapa do Brasil, 1 mapa dos descobrimentos, 2 mapas do esqueleto humano.

Foto XXXI - Lista de material didáctico da Escola da Fontedeira – Portalegre na década de 60.<sup>199</sup>

<sup>199</sup> Arquivo do Centro de Área Educativa de Portalegre.



*Foto XXXII - Edifício escolar da Corredoura.  
Arquivo do Centro de Área Educativa de Portalegre.*



DIRECÇÃO DO DISTRITO ESCOLAR DE PORTALEGRE  
CONCELHO DE PORTALEGRE

Lugares em funcionamento

M	F	Ms	C/C	P
3	3	-	-	-

Núcleo - Portalegre  
Edifício Escolar-Masculina nº3 e  
Feminina nº4

Tipo                      Salas  
P.C.                                  6

Material existente em cada uma das salas

	sala 1	sala 2	sala 3	sala 4	sala 5	sala 6
Flanelógrafos	1	1	1	1	1	1
Balança ordinária	1	1	1	-	-	1
Colecção de pesos	-	1	1	-	-	1
" " medidas	1	-	1	-	-	1
" " sólidos geom.	1	-	1	1	-	1
Carta de Portugal Continental	3	2	2	1	1	1
Carta de Portugal Ultramarino	3	2	2	1	1	1
Mapa Mundi	2	2	2	1	1	1
Aparelho de T.S.F.	-	1	-	-	-	-
Globo	-	1	-	-	-	1
Colecção de material F.O.C.	-	-	-	-	-	-
Máquina de projecção fixa	-	-	-	-	-	-
Diapositivos	-	-	-	-	-	-
Filmes	-	-	-	-	-	-
Colecção de material C/C	-	-	-	-	-	-
Outro material :						

Foto XXXIII - Lista de material didáctico da Escola da Corredoura – Portalegre na década de 60.<sup>200</sup>

<sup>200</sup> Arquivo do Centro de Área Educativa de Portalegre.

Edifício das ESCOLAS MASCULINA Nº 5 E FEMININA Nº 6



*Foto XXXIV- Edifício escolar da Estrada da Serra.  
Arquivo do Centro de Área Educativa de Portalegre.*



Direcção do Distrito Escolar de PORTALEGRE			
CONCELHO DE PORTALEGRE			
Lugares em funcionamento		Núcleo - PORTALEGRE	
M	F	Edifício escolar- Masculina nº5 e	
2	2	Feminina nº6	
		Tipo	Salas
		P.C.	4

Material didáctico existente em cada uma das salas de aula

	sala 1	sala 2	sala 3	sala 4
Flanelógrafos	1	1	1	1
Balança ordinária	1	-	1	-
Colecção de pesos	1	-	1	-
" " medidas	1	-	1	-
" " sólidos geométricos	1	-	1	-
Carta de Portugal Continental	1	2	3	1
" " " ultramarino	1	2	2	1
Mapa Mundi	-	1	-	-
Aparelho de T.S.F.	-	-	-	1
Globo	-	-	-	1
Colecção de material F.O.C.	-	-	-	-
Máquina de projecção fixa	-	-	-	-
Diapositivos	-	-	-	-
Filmes	-	-	-	-
Colecção de material C/C	-	-	-	-
Outro material:				

Foto XXXV - Lista material didáctico da Escola da Estrada da Serra.

Portalegre na década de 60<sup>201</sup>

<sup>201</sup> Arquivo do Centro de Área Educativa de Portalegre.

Edifício das ESCOLAS MASCULINA Nº 7 E FEMININA Nº 8



*Foto XXXVI - Edifício da Escola do Magistério Primário de Portalegre, onde funcionava a Escola da Sé, escola primária anexa à do Magistério Primário (a localização exacta no edifício está assinalada a tinta azul). Arquivo do Centro de Área Educativa de Portalegre.*



DIREÇÃO DO DISTRITO ESCOLAR DE PORTALEGRE  
CONCELHO DE PORTALEGRE

Lugares em funcionamento

M	F
2	3

Núcleo - PORTALEGRE

Edifício Escolar - Masculina nº7 e  
feminina nº8

Tipo	salas
S.T.	5

Material didáctico existente em cada uma das salas

	sala 1	sala 2	sala 3	sala 4	sala 5
Flanelógrafos	1	1	1	1	1
Balança ordinária	1	1	1	1	1
Colecção de pesos	1	1	1	1	1
" " medidas	1	1	1	1	1
" " sólidos geom.	1	1	1	1	1
Carta de Portugal Continental	1	1	1	1	1
" " " Ultramarino	1	1	1	1	1
Planisfério	1	1	1	1	1
Globo	-	-	-	-	-
Colecção de material F.O.C.	-	-	-	-	-
Máquina de Projecção fixa	-	-	-	-	-
Diapositivos	-	-	-	-	-
Filmes	-	-	-	-	-
Colecção de material C/C	-	-	-	-	-
Outromaterial :					

Foto XXXVII - Lista de material didáctico da Escola da Sé (escola anexa à Escola do Magistério Primário) – Portalegre na década de 60.<sup>202</sup>

<sup>202</sup> Arquivo do Centro de Área Educativa de Portalegre.

*Quadro V- O seguinte quadro surge da análise das fichas da Direcção do Distrito Escolar de Portalegre sobre o material didáctico existente nas escolas primárias de Portalegre na década de 60.*

<i>Lista de material</i>	<i>Escola da Fontedeira Masculina nº1 Feminino nº 2 (8 salas de aula)</i>	<i>Escola da Corredoura Masculina nº 3 Feminino nº 4 (6 salas de aula)</i>	<i>Escola da Estrada da Serra Masculina nº 5 Feminino nº 6 (4 salas de aula)</i>	<i>Escola da Sé (edifício Magistério) Masculina nº 7 Feminino nº 8 (5 salas de aula)</i>
Flanelógrafos	1	6	4	5
Balança ordinária	2	4	2	5
Colecção de pesos	2	3	2	5
Colecção de medidas	2	3	2	5
Colecção sólidos geom.	3	4	2	5
Carta de Portugal Cont.	7	10	7	5
Carta de Portugal Ultra.	7	10	6	5
Mapa Mundi	3	9	1	5
Aparelho de T.S. F.	1	1	1	0
Globo	2	1	1	0
Colecção de material Foc	0	0	0	0
Máquina de projecção fixa	0	0	0	0
Diapositivos	0	0	0	0
Filmes	0	0	0	0
Colecção de material C/C	0	0	0	0
Banco de carpinteiro	1	0	0	0
Armário com ferramentas	1	0	0	0
Planisférios	3	0	0	5
Mapa do corpo humano	1	0	0	0
Mapa da Europa	2	0	0	0
Mapa de Portugal Insular	1	0	0	0
Mapa do Brasil	1	0	0	0
Mapa dos descobrimentos	1	0	0	0
Mapa do esqueleto humano	2	0	0	0
Balança decimal	0	0	0	0



Da análise das listas de material das escolas, por sala de aula e do quadro elaborado a partir dessas listas, verifica-se que alguns materiais só existem na escola da Fontedeira. Os materiais que só existem nessa escola são os seguintes: um banco de carpinteiro, um armário de ferramentas, um mapa do corpo humano, um mapa de Portugal Insular, um mapa do Brasil, um mapa dos Descobrimentos e dois mapas do esqueleto humano.

Em relação aos outros materiais didácticos, a escola melhor equipada é a escola da Sé, no edifício do Magistério Primário. Nesta escola funcionavam cinco salas de aula e todas tinham os mesmos materiais didácticos. Salienta-se que esta escola funcionava como uma escola e aplicação anexa à Escola do Magistério Primário de Portalegre.

“Aqueles escolas [de aplicação anexas à Escola do Magistério Primário de Portalegre] entraram, seguidamente, nos concursos gerais para o preenchimento dos lugares vagos, voltando à tutela pedagógica e administrativa da Direcção Escolar do ensino primário, no distrito. Uma destas escolas de aplicação anexas, conhecida como Escola da Sé (a Escola n.º 4, que funcionara nas instalações da Escola do Magistério Primário e, no final dos anos setenta, passara para as antigas instalações do Liceu, no Palácio Achaoli), desaparece no ano lectivo de 1987/88 quando as instalações passaram a ser ocupadas pela Escola Superior de Educação”<sup>203</sup>

Nas restantes escolas nem todas as salas estavam equipadas com o mesmo material didáctico.

Na escola da Corredoura todas as salas de aula tinham: flanelógrafo, carta de Portugal Continental, Carta de Portugal Ultramarino e Mapa Mundi.

As salas de aula das escolas da Sé, Corredoura, Estrada da Serra e Assentos possuíam Carta de Portugal Continental e carta de Portugal Ultramarino. Na escola da Fontedeira, das oito salas de aula existentes, só duas salas não possuíam Carta de Portugal Continental e outras duas também não possuíam Carta de Portugal Ultramarino. Este facto mostra bem a importância que era dada, na época à Pátria Portuguesa e aos temas de natureza nacionalista.

---

<sup>203</sup>MOGARRO, M. J.(2001) A Formação de professores no Portugal contemporâneo - a Escola do Magistério Primário de Portalegre. Tese de Doutoramento. Cáceres/Lisboa: Universidade de Estremadura/ Universidade de Lisboa, p.405.



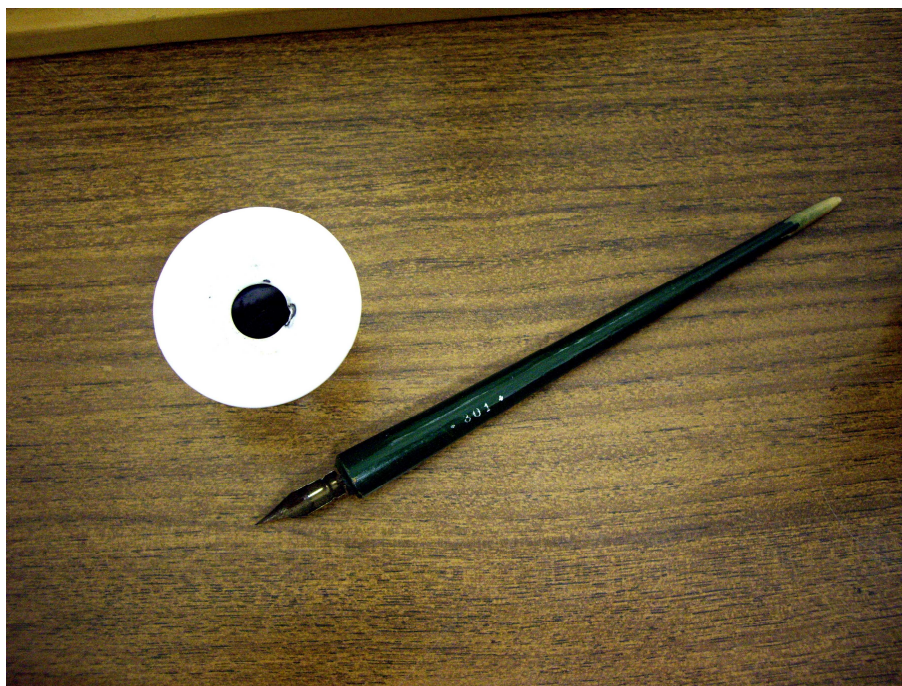
Foto XXXVIII - Mapa do Corpo Humano<sup>204</sup>



Foto XXXIX - Caixa métrica.<sup>205</sup>

<sup>204</sup> Mapa do Corpo Humano ainda existente na escola do 1º Ciclo de Alegrete.

<sup>205</sup> Foto cedida pelo professor Daniel Balbino.



*Foto XL - Tinteiro em porcelana para os alunos.<sup>206</sup>*



*Foto XLI - Colecção de pesos.<sup>207</sup>*

---

<sup>206</sup> Foto do Arquivo particular do prof. Francisco Simão.

<sup>207</sup> Foto do Arquivo particular do prof. Francisco Simão.





*Foto XLII - Sala de aula da Escola da Sé anexa à Escola do Magistério Primário, do ano de 1966.<sup>208</sup>*



*Foto XLIII - Reconstituição de uma sala de aula, com materiais e mobiliário das escolas do Concelho de Campo Maior.<sup>209</sup>*

<sup>208</sup> Foto cedida pela professora Aldonsa Calvário.

<sup>209</sup> Exposição etnográfica realizada no Centro Comunitário de Campo Maior, Setembro de 2006.

## Considerações Finais

A análise efectuada às actas das reuniões da Câmara Municipal de Portalegre, no período em estudo, demonstra a preocupação manifestada pela Câmara Municipal de Portalegre em relação ao ensino primário, às condições de aprendizagem dos alunos e aos professores. As deliberações tomadas nas reuniões de Câmara tinham a preocupação de satisfazer as necessidades das escolas e de cada sala para a instrução primária, de modo a combater o analfabetismo, evidenciando preocupações pedagógicas e proporcionando, sempre que possível, as melhores condições de higiene e conforto para alunos e professores.

“(...) os municípios portugueses assumiram uma estratégia de integração e de valorização local através da instrução pública. Ou seja, em termos de modelo histórico, a construção do município político e administrativo sempre envolveu a construção do município pedagógico. (...) no caso português, é possível referenciar algumas conjunturas históricas, em que se observa um reforço da integração e autonomização municipal, como é igualmente possível observar, na média e na longa duração, particularmente para o período compreendido entre meados do século XIX e meados do século XX, uma acentuada orientação política no sentido da autonomização municipal. Contrariando essa longa duração no sentido da autonomização pedagógica (embora variando de intensidade em algumas conjunturas), com o Estado Novo o município foi integrado na corrente político-administrativa da governação centralizada da educação e da instrução.”<sup>210</sup>

Também o município de Portalegre assumiu uma atitude de valorização da instrução pública mesmo quando se verificavam condições adversas. O município seguiu sempre as directrizes emanadas pelo estado, tendo sido analisados todos os pedidos e propostas realizadas no âmbito do pelouro da instrução, os quais foram sempre satisfeitos, na medida do possível.

O município de Portalegre revela consciência da importância da escola na formação das novas gerações e na construção de uma sociedade assente na instrução acessível a todos os cidadãos. No âmbito desta centralidade educativa, entre 1900 e 1974 foram construídos 4 edifícios destinados a escolas na cidade de Portalegre.

A história narrada nesta investigação sobre os edifícios escolares construídos nesta cidade reporta-se apenas aos procedimentos administrativo, revelando detalhes

---

<sup>210</sup> MAGALHÃES, Justino (2006). O Local e a Educação: Para a História do Município Pedagógico - *Revista de Administração Local*. nº 215. Setembro – Outubro, pp.609, 610.

sobre a forma como a Câmara Municipal de Portalegre desencadeou cada um dos processos para a construção das escolas primárias na cidade.

Ao analisar as actas das reuniões camarárias referentes à construção das escolas da Corredoura, Fontedeira, Estrada da Serra e Praceta podemos concluir que a Câmara Municipal seguiu sempre as indicações legislativas regulamentadoras da construção de escolas primárias, emanadas do Ministério da Instrução Pública (até 1936) e do Ministério da Educação Nacional (após aquela data), através dos respectivos serviços. A edilidade sempre desencadeou os necessários processos administrativos, mesmo quando dificuldades financeiras a obrigavam a diferir no tempo a concretização das medidas aprovadas.

A construção dos edifícios escolares surge de uma comunicação permanente, sob a forma de ofícios, entre a Câmara Municipal, o Governador Civil e os órgãos representantes do poder central, responsáveis pela fiscalização e construção dos edifícios escolares. Há uma regularidade nos procedimentos, que se repetem de processo para processo, mas garantem o empenho do poder local na construção e apetrechamento das escolas da cidade.

A edilidade demonstra preocupação com a saúde das crianças, com o seu bem-estar e conforto na escola, de forma a garantir que a frequentem com assiduidade. Tal atitude contribuía, de forma determinante, para o combate ao analfabetismo que assolava o país em geral e o distrito de Portalegre, em particular.

Também em Portalegre, como no resto do país, a Escola, como lugar, não implicou sempre um lugar especificamente construído de raiz para esse fim. Muito pelo contrário, o habitual durante muitos anos foi recorrer-se a edifícios locais não pensados para escolas. Foi longo o percurso até que as salas de aula de Portalegre se localizassem em espaços construídos especificamente para esse fim. Exemplo disto é o facto de a construção do primeiro edifício escolar datar do ano de 1900, tendo passado, entretanto, quarenta e cinco anos até que se pudesse assistir à construção de um outro edifício escolar, totalmente concebido de raiz.

No período em estudo, de 1900 a 1974, foram construídos 4 edifícios escolares de raiz na cidade de Portalegre. No que diz respeito à tipologia, o primeiro edifício construído foi o da Escola da Corredoura, tratando-se de um edifício tipo Adões Bermudes.

A este seguiram-se a construção de dois edifícios do Plano dos Centenários, correspondentes, respectivamente, aos edifícios das escolas da Fontedeira e da Estrada da Serra.

O último edifício construído foi o da Escola da Praceta. Trata-se de um edifício Sem Plano, o qual veio substituir o edifício da Escola da Fontedeira, entretanto desactivado.

Ao mesmo tempo houve escolas a funcionarem em edifícios que inicialmente não estavam destinados às funções escolares, na década de 30, e que eram as seguintes: Escola nº1 masculina e escola nº 2 feminina da Sé; Escola nº 3 feminina - Asilo da Infância Desvalida e a Escola nº 4 masculina e nº 4 feminina da Liga dos Combatentes da Grande Guerra. Na década de 60, existia ainda uma escola a funcionar num edifício que não fora construído para esse fim-era a escola da Sé, escola anexa à escola do Magistério Primário.

É evidente a clara afirmação do Estado, que supervisiona os procedimentos e as decisões, mas existe um esforço constante do município para responder às necessidades locais.

O município de Portalegre não fez das questões pedagógicas uma bandeira constante da sua actividade, mas sempre respondeu do ponto de vista local e de forma adequada e consistente às necessidades das escolas e da população escolar. Isto é, não podemos dizer que tomava iniciativas no campo educativo mas assumia as suas responsabilidades pedagógicas de forma persistente, ao longo do tempo e de forma consistente na regularidade dos procedimentos administrativos legais. É nestes termos que se aproxima do conceito de município pedagógico.

Pode-se assim dizer que a educação era valorizada pelo poder municipal e considerada um investimento útil para o desenvolvimento da comunidade local.

## **Fontes e Bibliografia**

### **1. Legislação escolar de 1866 a 1976.**

*Diário do Governo*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1866 -1976.

### **2. Arquivo do Centro de Área Educativa de Portalegre**

*Levantamento de edifícios escolares, mobiliário escolar e material didáctico do Distrito Escolar de Portalegre*. 1936.

*Levantamento de edifícios escolares e material didáctico*. Direcção Escolar do Distrito de Portalegre, Concelho de Portalegre, Núcleo de Portalegre. S.d. [provavelmente, década de 60.]

### **3. Imprensa Local**

Semanário “*A Plebe*”, de 15 Fevereiro de 1903

Semanário “*A Plebe*”, de 7 de Junho de 1903

“O Distrito de Portalegre”, de 11 de Fevereiro de 1903

“O Distrito de Portalegre”, de 2 de Outubro de 1955

### **4. Actas das Reuniões da Câmara Municipal de Portalegre.**

#### **Livro de Actas nº 39**

Acta da reunião de Câmara de 14 de Dezembro de 1900

#### **Livro de Actas nº 41**

Acta da reunião de Câmara de 28 de Março de 1908

Acta da reunião de Câmara de 16 de Maio de 1908

#### **Livro de Actas nº 42**

Acta da reunião de Câmara de 22 de Janeiro de 1912

Acta da reunião de Câmara de 21 de Agosto de 1913

Acta da reunião de Câmara de 8 de Janeiro de 1914

Acta da reunião de Câmara de 26 de Março de 1914

Acta da reunião de Câmara de 23 de Abril de 1914



**Livro de Actas nº 43**

Acta da reunião de Câmara de 19 de Novembro de 1914

Acta da reunião de Câmara de 4 de Março de 1915

Acta da reunião de Câmara de 14 de Outubro de 1915

Acta da reunião de Câmara de 11 de Novembro de 1915

**Livro de Actas nº 44**

Acta da reunião de Câmara de 12 de Outubro de 1916

Acta da reunião de Câmara de 7 de Dezembro de 1916

Acta da reunião de Câmara de 8 de Fevereiro de 1917

Acta da reunião de Câmara de 25 de Outubro de 1917

Acta da reunião de Câmara de 7 de Março de 1918

**Livro de Actas nº 46**

Acta da reunião de Câmara de 10 de Novembro de 1919

Acta da reunião de Câmara de 2 de Dezembro de 1919

**Livro de Actas nº 48**

Acta da reunião de Câmara de 30 de Abril de 1925

**Livro de Actas nº 53**

Acta da reunião de Câmara de 20 de Abril de 1932

Acta da reunião de Câmara de 22 de Novembro de 1932

Acta da reunião de Câmara de 1 de Fevereiro de 1933

Acta da reunião de Câmara de 27 de Junho de 1933

Acta da reunião de Câmara de 26 de Setembro de 1933

**Livro de Actas nº 54**

Acta da reunião de Câmara de 2 de Maio de 1934

Acta da reunião de Câmara de 4 de Dezembro de 1935

Acta da reunião de Câmara de 18 de Março de 1936

**Livro de Actas nº 59**

Acta da reunião de Câmara de 14 de Maio de 1945

Acta da reunião de Câmara de 26 de Setembro de 1945

**Livro de Actas nº 60**

Acta da reunião de Câmara de 11 de Fevereiro de 1946

Acta da reunião de Câmara de 9 de Abril de 1946

Acta da reunião de Câmara de 6 de Maio de 1946

**Livro de Actas nº 61**

Acta da reunião de Câmara de 23 de Junho de 1947

Acta da reunião de Câmara de 28 de Julho de 1947

Acta da reunião de Câmara de 18 de Agosto de 1947

**Livro de Actas nº 63**

Acta da reunião de Câmara de 26 de Abril de 1948

Acta da reunião de Câmara de 2 de Agosto de 1948

**Livro de Actas nº 65**

Acta da reunião de Câmara de 23 de Maio de 1949

**Livro de Actas nº 67**

Acta da reunião de Câmara de 28 de Abril de 1952

Acta da reunião de Câmara de 12 de Maio de 1952

**Livro de Actas nº 68**

Acta da reunião de Câmara de 20 de Julho de 1953

Acta da reunião de Câmara de 10 de Setembro de 1953

Acta da reunião de Câmara de 14 de Setembro de 1953

Acta da reunião de Câmara de 18 de Dezembro de 1953

Acta da reunião de Câmara de 26 de Abril de 1954

Reunião Ordinária do Conselho Municipal, de 14 de Setembro de 1954

Acta da reunião de Câmara de 31 de Maio de 1954

**Livro de Actas nº 70**

Acta da reunião de Câmara de 16 de Maio de 1955

Acta da reunião de Câmara de 16 de Agosto de 1955

**Livro de Actas nº 72**

Acta da reunião de Câmara de 16 de Abril de 1957

**Livro de Actas nº 73**

Acta da reunião de Câmara de 25 de Abril de 1958

**Livro de Actas nº 74**

**Livro de Actas nº 75**

Acta da reunião de Câmara de 1 de Abril de 1960

**Livro de Actas nº 82**

Acta da reunião de Câmara de 12 de Janeiro de 1965

Acta da reunião de Câmara de 6 de Abril de 1965

Acta da reunião de Câmara de 6 de Julho de 1965

Acta da reunião de Câmara de 29 de Junho de 1965

**Livro de Actas nº 88**

Acta da reunião de Câmara de 26 de Outubro de 1970

Acta da reunião de Câmara de 21 de Junho de 1971

**Livro de Actas nº 89**

Acta da reunião de Câmara de 18 de Outubro de 1971

Acta da reunião de Câmara de 22 de Novembro de 1971

Acta da reunião de Câmara de 29 de Novembro de 1971

**Livro de Actas nº 90**

Acta da reunião de Câmara de 21 de Agosto de 1972

Acta da reunião de Câmara de 21 de Agosto de 1972

Acta da reunião de Câmara de 13 de Novembro de 1972

Acta da reunião de Câmara de 5 de Fevereiro de 1973

**Livro de Actas nº 91**

Acta da reunião de Câmara de 24 de Abril de 1973

Acta da reunião de Câmara de 8 de Maio de 1973

Acta da reunião de Câmara de 29 de Maio de 1973

Acta da reunião de Câmara de 16 de Outubro de 1973

Acta da reunião de Câmara de 13 de Novembro de 1973

Acta da reunião de Câmara de 16 de Agosto de 1974

## 5 - Bibliografia

ALMEIDA, Alberto de Jesus. O papel dos municípios na educação em Portugal. *Revista Ibero - Americana de Educação*. [Consultado em 20 Maio de 2007] disponível em [www: <URL:http://www.rieoei.org/deloslectores/826Almeida.PDF>](http://www.rieoei.org/deloslectores/826Almeida.PDF): ISSN: 1681 – 5653.

AAVV (2001). *História e memória da escola. Actas: 3º Encontro de história regional e local do distrito de Portalegre*. Lisboa: APH. – 2 vol.

BEJA, Filomena e outros (1989). *Muitos anos de escolas vol. I - 1ª parte: edifícios para o ensino infantil e primário até 1941*. Lisboa: Centro de Documentação e Informação.

BEJA, Filomena e outros (1996). *Muitos anos de escolas vol. II - edifícios para o ensino infantil e primários anos 40 - anos 70*. Lisboa: Centro de Documentação e Informação.

CEBOLA, Dionísio (1997). *Direcções Escolares (Subsidio para a sua história)*. Portalegre: Edições do Autor.

CEBOLA, Dionísio (1983). *O Ensino Primário no Distrito de Portalegre*. Portalegre: Edição da Assembleia Distrital de Portalegre.

CEBOLA, Dionísio (2001). *A Escola Primária no Distrito de Portalegre*. Nisa: Edição Câmara Municipal de Nisa.

FERNANDES, Rogério (1994). *Os Caminhos do ABC – Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras*. Porto: Porto Editora.

FERNANDES, Rogério (1985). *Bernardino Machado e os problemas da instrução pública*. Lisboa: Livros Horizonte.

FERNANDES, Rogério (1999). Dois anos de trabalho no ensino básico (1974 - 1976) *Educação, Sociedade e Culturas. Revista da Associação de Sociologia e Antropologia da educação*. Porto: Edições Afrontamento, nº 11, de Março, pp. 9 - 27.

FERNANDES, Rogério. *Histórias das inovações educativas (1875 - 1936)*

FERNANDES, Rogério (1978). *O pensamento pedagógico em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa.

FERRÃO, João, e outros (1997). *Poder Central, Poder Regional, Poder Local - Uma Perspectiva Histórico*. Lisboa: Edições Cosmos.

FOUCAULT, Michel (1987). *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes.

GONDRA, J.G.( 2000). *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial*. Tese de doutoramento. São Paulo: Faculdade de Educação.

LOURO, Guacira Lopes (1995). A escola e a pluralidade dos tempos e espaços. in: COSTA, Marisa Vorraber. *Escola básica na virada do século*. Cultura, política e currículo. Porto Alegre: FAGED/UFRGS.

MAGALHÃES, Justino (org.) (1998). *Fazer e Ensinar História da Educação*. Braga: Universidade do Minho.

MAGALHÃES, Justino (1994). *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime. Um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*. Braga: Universidade do Minho.

MAGALHÃES, Justino (2006). O Local e a Educação: Para a História do Município Pedagógico - *Revista de Administração Local* nº 215. Setembro – Outubro, pp.609, 610.

MOGARRO, Maria João (2001) *A Formação de professores no Portugal contemporâneo - a Escola do Magistério Primário de Portalegre*. Tese de Doutoramento. Cáceres/Lisboa: Universidade de Estremadura/ Universidade de Lisboa 2 vol.

MOGARRO, Maria João (2006). Arquivo e Educação. A construção da memória educativa. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 1, pp. 71-84. [Consultado em Agosto de 2008] disponível WWW: <<http://sisifo.fpce.ul.pt>>

NETO, Wenceslau Gonçalves. *Município Pedagógico*. [Consultado em Agosto - 2008] disponível em www: <URL: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_municipio\\_pedagogio.ht](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_municipio_pedagogio.ht)>

NÓVOA, António (1987). *Le Temps des professeurs. Analyse socio-historique de la profession enseignant au Portugal (XVIII e XXe siècle)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, vol. II.

NÓVOA, António (1990). Álvaro Viana de Lemos: um pedagogo da Educação Nova. *Arunce. Revista de Divulgação cultural*, nº 3-4, 1990, pp.51-107.

NÓVOA, António (2005). *Evidentemente - Histórias da Educação*. Porto: Edições ASA.

OLIVEIRA, César de (dir.) (1996). *História dos municípios e do poder local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*. Lisboa: Círculo de Leitores.

PEIXOTO, Augusto César de Magalhães (1922). *Descentralização do ensino primário*. Lisboa: Imprensa Nacional.

PINHAL, João (1977). *Os Municípios e a Descentralização Educacional em Portugal*, pp.177-195, In *A Administração da Educação: Investigação, Formação e Práticas*. Lisboa: Fórum Português de Administração Educacional.

PINTASSILGO, Joaquim (1998). *República e Formação de Cidadãos - a Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.

RICO, Antón Costa(1997). Mobiliario, dotación y equipamiento escolar en el siglo XIX. Historia de la Educacion. *Revista Interuniversitaria*. Ediciones Universidade de Salamanca, vol. 16, pp. 91- 112.

SAMPAIO, José (1975-1977). *O Ensino Primário. 1911-1969. Contribuição monográfica*. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência - Centro de Investigação Pedagógica, 3 vols.

SILVA, Carlos Manique (2002) *Escolas belas ou espaços são? : uma análise histórica sobre a arquitectura escolar portuguesa 1860-1920*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

WOFF. S. F.(1992). *Espaço e Educação: os primeiros passos da arquitectura das escolas públicas paulistas*. São Paulo.

VARELA, Júlia (1995). *Categorias espaços - temporais e socialização escolar: do individualismo ao narcisismo*. In: COSTA, Marisa Vorraber. *Escola básica na virada do século*. Cultura, política e currículo. Porto Alegre: FAGED/UFRGS.

VARELA, Júlia (1999). *Categorias espaço - temporais e socialização escolar: do individualismo ao narcisismo*. In: COSTA, Marisa (org.). *Escola básica na virada do século: cultura, política, currículo*. Porto Alegre: FAGED/UFRGS.

VIÑAO, Antonio Frago. (1993-94) Del espacio escolar y la escuela como lugar: propuestas e cuestiones. *Historia de la educación*. vol. XII-XIII, Madri, pp. 17-74.

VIÑAO, António Frago (1995). *Revista Brasileira de Educação*. Set / Out / Nov / Dez. n.º 0.

VIÑAO, Antonio Frago; ESCOLANO, Agustín (1998). *Currículo, espaço e subjectividade: a arquitectura como programa*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A.

VIÑAO, António Frago (1998). *Tiempos Escolares, Tiempos Sociales*. Barcelona: Editorial Ariel.



VIÑAO, António Frago (2000). *El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. Contemporaneidade e Educação*. Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada (IEC). Rio de Janeiro, nº 7.